

José Nilo Bezerra Diniz

**PAISAGENS MARGINAIS:
UM ESTUDO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA DE
LOCALIDADES PORTUÁRIAS
NO SERTÃO BRASILEIRO(1808-1851) E NO DESERTO
DO SUDOESTE AFRICANO (1884-1914)**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Marcus de
Souza Correa.

Coorientadora: Prof. Dr^a. Eunice
Sueli Nodari.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Diniz, José Nilo Bezerra

Paisagens marginais : um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914) / José Nilo Bezerra Diniz ; orientador, Sílvio Marcus de Souza Correa ; coorientadora, Eunice Sueli Nodari. - Florianópolis, SC, 2014.

201 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História ambiental . 3. História das paisagens. 4. Usos das águas. 5. Terras secas. I. Souza Correa, Sílvio Marcus de. II. Sueli Nodari, Eunice . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título

José Nilo Bezerra Diniz

TÍTULO: SUBTÍTULO (SE HOUVER)

Este (a)Dissertação/Tese foi julgado(a) adequado(a) para obtenção do Título de “...”, e aprovad(o)a em sua forma final pelo Programa ...

Local, x de xxxxx de xxxx.

Prof.xxx, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^axxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

Prof.^axxxx, Dr.^a
Corientadora
Universidade xxxx

Prof.xxxx, Dr.
Universidade xxxxxx

A meus pais, Cícero
Diniz e Antônia
Diniz.

AGRADECIMENTOS

Registrar em breves linhas todos aqueles que contribuíram para a realização dessa pesquisa é matéria difícil, senão impossível, visto que a memória é seletiva. Por isso, inicialmente, faço um agradecimento geral a todos que de algum modo se sintam partícipes da confecção deste trabalho, inclusive, ao leitor(a) que agora o tem em mãos.

Em seguida, agradeço a toda a minha família pelo apoio incondicional, mesmo sem amiúde compreender o propósito de tais leituras e tais estudos. Muito obrigado Cícero Batista Diniz, meu pai, homem trabalhador, por mobilizar seus recursos para me dar um bom suporte educacional e por me mostrar o sabor da leitura. À Antônia Bezerra de Moraes Diniz, minha mãe, por se preocupar tanto com meu bem estar – menos por demonstrar com tamanha dramaticidade. Aos meus irmãos, Mactoin e Bel, por tornar tão aprazível uma inevitável convivência.

Muito obrigado a todos os membros do grupo de pesquisa *História, natureza e cultura*, da Universidade Federal do Ceará, de onde partiu os primeiros bosquejos, rascunhos e idéias que agora tomam forma de dissertação. Deixo um especial agradecimento aos seus líderes: Kênia Sousa Rios, que me fez embarcar nessas águas e que com muita delicadeza e trato torcia o leme e me tirava dos navífragos obstáculos da pesquisa, sem o seu apoio há muito teria encalhado; e Eurípedes Antônio Funes, que, servindo de contra peso da balança, exigia com especial afincio e severidade muitas leituras e alguns escritos, mostrando que pesquisa em História é empreitada árdua e que deve ser encarada como tal; agradeço por ter aprendido com o mestre do rigor. Agradeço também ao grande Gabriel, Daniel Alencar, Romário Bastos e Cesinha, que compuseram o grupo.

Sou igualmente grato ao meu orientador, Sílvio Marcus de Souza Correa, pela atenção dada em todas as fases do trabalho, pelas indicações de leitura, por me apresentar à História da África e por coletar para mim e outros membros do LEHAf as fontes dispersas em arquivos europeus e africanos, sem as quais nossas pesquisas não seriam possíveis. E à minha coorientadora, Eunice Sueli Nodari, por assumir esse fardo quando do afastamento do Sílvio para um pós-doutorado.

Sou muito grato por partilhar do mesmo interesse de pesquisa que Emy Falcão e pela oportunidade de conviver e aprender imensamente com ele.

Aos meus colegas de graduação da Universidade Federal do Ceará, Zé Airton, Plauto, os dois Andersons, Jonh Michael, André,

Lucas Nogueira e Neto Almeida, pelos bons e maus momentos durante esse profícuo e intenso período de convivência.

Agradeço ao Leonardo Ibiapina e ao Tom Zé, que juntamente comigo deixaram o Ceará para tentar estudar em Florianópolis. Tenho certeza de que foram anos de ajuda mútua e muito companheirismo, embora eu tenha abusado nos pedidos e favores.

Aos que me receberam em Florianópolis e ajudaram a me sentir em casa. Ao Douglas Pavoni, ao Klayton, ao Eder Martins, ao Diego Bissigo, ao Jaime, à Luana, à Jeniffer e todos os outros colegas do mestrado com quem tive o prazer de conversar e aprender.

Pelas traduções em língua alemã, agradeço à Tayná Lobo, bolsista de Iniciação Científica e colaboradora do LEHAF; e à Angela Lima, colega de turma, tradutora oficial, amiga de saída e tudo mais, que amiúde interrompeu seus compromissos e responsabilidades para traduzir minhas fontes.

A todos os membros do Labimha, especialmente, Samira Moretto, Esther Rossi Luís Fagundes e Aline pelas tarde de conversa e muito trabalho no laboratório. Outrossim, agradeço aos membros do LEHAF por me ajudarem nas reflexões em África Alemã.

À Ana Carolina, que de cupcake em cupcake, a cada transcrição em gótico, dentre outros mimos, conseguiu recuperar o seu lugar nos agradecimentos. À Pri da psicô, um obrigado.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Aos professores participantes da banca examinadora Alex Giuliano Vailati, Eurípedes Antonio Funes e Paulo Pinheiro Machado pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

“Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! - só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?” Guimarães Rosa, 1956.

RESUMO

A presente pesquisa tem como foco as relações entre *história, natureza e cultura* presentes nos usos das águas de duas regiões portuárias de interesse periférico tanto no Império brasileiro, quanto para o Império alemão. As localidades portuárias de Aracati, no Ceará, e Lüderitz, na então *Deutsche Südwest-Africa* (Atual Namíbia), enfrentavam problemas de disponibilidade de água doce em superfície. O desafio de abastecer essas urbes em “terras secas” contou com diferentes estratégias, técnicas e tecnologias de obtenção de água, seja pela diferença de disponibilidade hídrica, seja pelas escolhas tomadas para resolver a questão. As decisões e soluções tomadas modificaram a percepção e a relação dos habitantes com as águas em ambas as localidades nos confins dos supracitados impérios. Por outro lado, os limites naturais do clima árido e semiárido aproximam em alguns pontos a experiência das duas regiões estudadas, sobretudo, no que concerne ao modo de exploração da terra e de ocupação colonial. O recorte temporal segue desde a abertura dos portos do Brasil às “nações amigas”, em 1808, até o fechamento da alfândega de Aracati, em 1851; e desde a chamada de “Partilha da África”, em 1884, até a ocupação da colônia alemã do sudoeste africano pelas tropas britânicas e sul-africanas, em setembro de 1914.

Palavras-chave: Uso das águas. Terras secas. História das paisagens.

ABSTRACT

This research focuses on the relationships between history, nature and culture that there are in the uses of the waters of two port peripheral regions of interest in both the Brazilian Empire and for the German Empire. The port towns of Aracaty, Ceará and Lüderitz, in the Deutsche Südwest - Africa (now Namibia), had problems of availability of fresh water in the surface. The challenge of supplying these metropolises in "drylands" had different strategies, techniques and technologies of obtaining water, is the difference in water availability, whether the choices made to resolve the issue. The decisions and solutions taken changed the perception and the relationship of the inhabitants with water at both locations in the confines of the aforementioned empires. Moreover, the natural limits of the arid and semiarid approach at some points the experience of the two studied regions, especially in as regards the mode of exploitation of land and colonial occupation. The time frame is from the opening of the ports of Brazil to "friendly nations ", in 1808, until the closing of Customs Aracaty in 1851 , and since called the " Scramble for Africa" in 1884 , until the occupation of the colony German in African Southwest by British and South African troops in September 1914.

Keywords: Use of water. Drylands. History of landscapes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa político da atual Namíbia.....	34
Figura 2 – Mapa de Köppen.....	39
Figura 3 – Mapa das estradas coloniais da capitania do Ceará.....	72
Figura 4 – Mapa étnico do sudoeste da África no final do século XIX.....	81
Figura 5 – Estações missionárias no sudoeste da África, 1877-1900.....	84
Figura 6 – “Beim Brunnenbau [construindo um poço]”.....	93
Figura 7 – “Frau wird von Kirri erschlagen [mulher é morta por Kirri]”.....	97
Figura 8 – Expansão da rede ferroviária da África do Sudoeste Alemã desde 1895 até 1915.....	104
Figura 9 – Ilha de Ichaboe, 1912.....	115
Figura 10 – Campos de diamante.....	121
Figura 11 – Elaboração de paisagens contíguas ao estuário do rio Jaguaribe.....	127
Figura 12 – PLANTA do Porto, e Villa do Aracati".....	134
Figura 13– Detalhe do porto de Aracati elaborado por Richard Dixon (1829)	147
Figura 14 – Esboço do pote utilizado no abastecimento de Aracati.....	154
Figura 15 – “Moinho de vento nos arrabaldes de Aracati, 2 de setembro de 1859. Todo fabricado de carnaúba”.....	155
Figura 16 – Instalações do primeiro condensador de água da Cidade.....	169
Figura 17 – Condensador privado da Sociedade Pomona de Diamantes.....	171
Figura 18 – Transporte de água em Lüderitz, 1909.....	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Sesmarias na capitania do Siará Grande.....	66
Tabela 2 – Resumo de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal: e do seu valor (início do século XVIII).....	74
Tabela 3 – Arrecadação de Impostos sobre comercialização exterior e nacional, nos portos de Fortaleza e Aracati 1847- 1854 (réis).....	77
Tabela 4 – crescimento populacional das vilas, depois municípios de Aracati e Fortaleza.....	79
Tabela 5 – Origem étnica e quantidade de processos crimes registrados em Lüderitz entre 1905 e 1915 (somente dos grupos com mais de 10 casos).....	107
Tabela 6 – Produção e preço da água dessalinizada de Lüderitz durante a colonização alemã.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
NAN	National Archives of Namibia
AN	African Newspapers

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1: REGIÕES PORTUÁRIAS NAS FÍMBRIAS DOS IMPÉRIOS: ARACATI, NO BRASIL E LÜDERITZ, NA ATUAL NAMÍBIA.....	37
1.1 Territórios sobrepostos: breve panorama sobre a ocupação e o domínio das águas em terras secas do hemisfério sul.....	37
1.2 O “porto do sertão”: Aracati entre centro e periferia.....	52
1.2.1 <i>A crise açucareira no contexto do post bellum.....</i>	<i>53</i>
1.2.2 <i>O gado em combate com os índios.....</i>	<i>58</i>
1.2.3 <i>A vila de Aracati e os sertões do Jaguaribe.....</i>	<i>69</i>
1.3 A colonização alemã no sudoeste africano.....	80
1.3.2 <i>De Angra Pequena à baía de Lüderitz.....</i>	<i>99</i>
CAPÍTULO 2: PAISAGENS DO OLHAR NO NORDESTE BRASILEIRO E NO SUDOESTE AFRICANO.....	109
2.1 A paisagem desértica de Lüderitz.....	114
2.2 A paisagem hídrica de Aracati.....	124
2.2.1 <i>Aracati pelos olhos de membros da administração portuguesa.....</i>	<i>129</i>
2.2.2 <i>O olhar de viajantes estrangeiros.....</i>	<i>138</i>
CAPÍTULO 3: MODALIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS REGIÕES PORTUÁRIAS DE ARACATI E LÜDERITZ.....	149
3.1 Usos das águas em Aracati.....	149
3.1.2 <i>José da Maia, o senhor das águas.....</i>	<i>156</i>
3.2 Usos das águas em Lüderitz.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
FONTES.....	189
BIBLIOGRAFIA.....	193

INTRODUÇÃO

O ponto de chegada do aqueduto é sempre a cidade, a grande esponja feita para absorver e irrigar, Nínive e seus jardins, Roma e suas termas [...] As metáforas superficiais definem a cidade como um aglomerado de pedras, diamante facetado ou carvão fuliginoso, mas cada metrópole pode ser vista também como uma grande estrutura líquida, um espaço delimitado por linhas de água verticais e horizontais, uma estratificação de lugares sujeitos a marés e inundações e ressacas, onde o gênero humano realiza um ideal de vida anfíbia que corresponde à sua vocação profunda. (Ítalo Calvino).

Quando o escritor Ítalo Calvino, em sua intimidade diária, gira a torneira para esquerda e vê jorrar água sobre suas mãos, imediatamente percebe que os percursos do líquido são inteiramente distintos dos caminhos naturais. Quer por meio de um complexo emaranhado de canos e tubulações, bombas e reservatórios, quer sobre o dorso das mulas que carregam os barris, as águas nos chegam como um prêmio ao esforço da cultura e não como algo que os humanos dispõem naturalmente.

As cidades são o espaço por excelência dessa manipulação hídrica, para onde fazem correr esse líquido passageiro, onde os humanos vivem sua condição anfíbia. A experiência de uma urbe em uma região árida ou semiárida é exemplar nesse sentido, pois demonstra como o domínio da água faz com que esta apareça na superfície em quantidade mais elevada e mais regular do que a natureza dispõe, fazendo da cidade um verdadeiro território das águas. Mas o acesso às águas nunca é feito de modo equânime e as formas de se apropriar desse precioso líquido estão sujeitas, se é que se pode enumerar, a três imperativos básicos: a natureza, a tecnologia e o tipo de sociedade. Sua captação e distribuição encontram balizas e limites na natureza; a técnica e tecnologia aplicada em sua domesticação são historicamente construídas e as formas sócias de se apoderar dela produzem intrincadas relações de poder.

As bases para uma história social do abastecimento já foram lançadas por Daniel Roche (2000) em seu livro *História das coisas*

*banais*¹. Ao estudar a utilização das águas na França do Antigo Regime, o autor destacou três soluções principais para o problema de abastecimento urbano: a exploração dos recursos subterrâneos por meio de poços; a coleta direta em rios, regatos, lagoas, olhos d'água, etc.; e a captação e transporte de fontes mais distantes através de aquedutos ou canalização subterrânea. Em fins do século XVIII e no correr do XIX, o aumento de uma exigência de higiene coletiva entrou em choque com os hábitos de consumo de água. Na França, sobretudo em Paris, a coleta direta das águas fluviais foi progressivamente sendo substituídas pela canalização e não tardou para que aparecessem conflitos por parte de um grande número carregadores que se viram ameaçados pela expansão da rede de canalização.

No Brasil, a maior referência no tema é o trabalho de Denise Bernuzzi de Sant'anna, intitulado *Cidade das águas* (2007). Nessa obra, a autora analisa o antigo descompasso entre disponibilidade hídrica natural e acesso da população para a água. No Brasil, segundo a autora, “o descompasso entre abundância natural e pobreza no tratamento e na distribuição social do líquido pode ser brutal, provocando situações tão catastróficas quanto à desertificação de regiões naturalmente desprovidas de caudalosos veios aquáticos” (SANT'ANNA, 2007, p. 294). A experiência da capital paulista no século XIX foi elucidativa a esse respeito, pois mesmo estando em uma região riquíssima de mananciais, córregos e no “entre rios” a população sofreu ora com a falta d'água, ora com o excesso.

A partir da história social do cotidiano, Sant'anna tenta reconstruir a paisagem hídrica da cidade, percebendo os antigos caminhos das águas e pontos de coleta e de que modo estas se tornaram “invisíveis” através do represamento, da difusão dos encanamentos urbanos, do soterramento de lagoas e várzeas, e até da canalização de rios. Além disso, realiza um excelente trabalho ao cruzar as políticas urbanas, as noções de higiene em meados do século XIX, os discursos científicos e as relações de trabalho na disputa pelo controle dos usos do precioso líquido.

A questão da água potável atualmente indica o quanto a sua carência pode estar vinculada a problemas de acesso e distribuição social e não somente ao potencial hídrico disponível na natureza².

¹Ver ainda: (GOUBERT, 2008; 2006)

² Recentemente, foi notícia o caso de Mbuji-Mayi, cidade ribeirinha da República Democrática do Congo, em que a água engarrafada era mais cara que a cerveja, e como somente poucos podiam arcar com esse custo, a maioria da

Acreditando que ao lançar luz sobre qualquer experiência pretérita de relacionamento com a água é possível produzir uma reflexão da forma como ela é vista, tratada e utilizada no presente, busca-se aqui dialogar e contribuir com essa discussão através de um olhar em perspectiva sobre as localidades portuárias de Aracati (Brasil) e de Lüderitz (Namíbia).

Quando em 1928 o historiador Marc Bloch propôs um programa de história comparada para a Europa, estabeleceu limites e delimitou fronteiras bastante específicas:

“Estudar paralelamente sociedades ao mesmo tempo vizinhas, contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum” (BLOCH, 1998, p. 205).

Em sua proposta, Bloch sistematizou um método comparativo que apontava semelhanças e diferenças entre as nações europeias de natureza análogas. É interessante notar que isso ocorre justamente no período entre guerras, onde o chauvinismo tinha se demonstrado algo muito perigoso. Apoiado na perspectiva sociológica herdada de Durkheim, no entanto, Bloch tentava se afastar das descrições do passado para dar lugar às explicações dos processos históricos. Esta perspectiva se limitava a “comparar o comparável”, seguindo recortes temporais e espaciais tradicionais. (THEML; BUSTAMANTE, 2007, pp. 3-4).

Outra proposta, agora levada a cabo principalmente por Jean Pierre Vernant e Marcel Detienne, produziu um entendimento muito mais abrangente do estudo comparado na história por não se prender a modelos de sociedade ou formular leis sociais, mas se pautar em um *conjunto de problemas* passível de ser estudado em diferentes sociedades de forma coletiva e colaborativa. O chamado *Modelo Detienne* consiste em estabelecer pontos convergentes entre pesquisas históricas, ainda que inseridas em diferentes regimes de historicidade, e, então, compará-las de forma que não se estabeleça hierarquias, ou visões etnocêntricas (DETIENNE, 2004). A pesquisa em torno de um

população sofria com a falta de água. Disponível em: <http://www.courrierinternational.com/article/2012/09/21/l-eau-potable-plus-chere-que-la-biere>, acessado em 22 de agosto de 2012, às 19:00 horas.

interesse/problema comum pode ser adequada também às pesquisas individuais, “observando segundo seu enfoque a maneira com que diferentes eventos se comportam diante de um conjunto de problemas” (MORAES, 2009, p. 5).

Destarte, caminharemos pela senda aberta por Detienne, utilizando-se do método de nome homônimo. A proposta é entender como a água foi vista e utilizada em Aracati e em Lüderitz. Para tanto, será discutido as representações das paisagens em que as urbes estão inseridas, elaboradas pelos viajantes estrangeiros ³. Além disso, analisaremos como a “questão da água” – mediada pela técnica e pela disponibilidade no ambiente – foi tratada em ambos os lugares.

A cidade de Aracati se desenvolveu nas margens do rio Jaguaribe há cerca de quinze quilômetros de sua foz. A Vila de Santa Cruz do Aracati, fundada em 1748, surgiu do povoado “Porto dos Barcos”, devido ao núcleo urbano considerável e ao desenvolvimento econômico da região, que lhe conferiu traços singulares, sendo a única vila do Siará Grande criada por motivações econômicas durante o século XVIII (VIANA JÚNIOR; SILVA; NOGUEIRA, 2011: 83-84). O próprio nome do povoado permite inferir a importância do rio na demarcação espacial da vila, na escolha do sítio e a importância que este iria desempenhar na dinâmica social e econômica de Aracati.

O “porto do sertão” – como foi chamado por sua especialização na economia do couro e, sobretudo, do charque – foi “o centro econômico mais dinâmico da capitania do Siará Grande, posição que manteve durante boa parte do século XIX” (OLIVEIRA, 2006: 809). Não obstante, esse curso de água de importância inquestionável para o estabelecimento e perpetuação de Aracati, que servindo de porto deu passagem e abrigo às inúmeras embarcações que aportavam naquelas paragens, não atendia a necessidade mais básica dos humanos: a ingestão de suas águas.

³ O estudo das representações, segundo Chartier, é fundamental ao conhecimento histórico se pensado como um campo de “concorrências e de competições” entre diversos grupos sociais que tentam legitimar seus projetos, suas escolhas, seu indivíduos. Assim entendidas, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002: 17).

A cidade está localizada no estuário do rio Jaguaribe. Este é o espaço no qual ocorre o encontro entre água doce e salgada, tendo suas “feições resultantes da transgressão holocênica que afogou os vales dos rios.” O que o caracteriza é “a presença da ação da maré em toda sua extensão”(MORAIS, 1996, p. 222). O resultado da transgressão marinha sobre o leito do rio é uma configuração biótica diferente que suporta a salinidade: as matas nas áreas alagadas são de mangue, os peixes são, também, de água salgada. No caso do Jaguaribe, deve-se levar em consideração, ainda, que por ser um rio basicamente localizado no semiárido, não possui vazão hídrica suficiente para empurrar completamente a água salgada do leito do rio nem mesmo nos meses de maior precipitação; e na estação seca o índice de água salgada chega a cerca de 90% da massa de água total no interior da calha (DIAS; MARINS; MAIA *et.al.* 2007). Dessa forma, é necessário ressaltar a peculiaridade de Aracati do século XIX em relação a outras vilas da Província, pois, mesmo não se apropriando do rio para o abastecimento, necessitava dele de outras formas.

Não obstante a salinidade das águas na área estuarina, a presença de um solo sedimentar formado pelos grãos de areia transportados do alto e médio curso do Jaguaribe, faz com que Aracati possua um potencial hídrico subterrâneo tolerável, de modo que a vazão hídrica de um poço varia de 5 a 10 m³/h nas dunas, e com média de 3,9 m³/h nos domínios sedimentares (VIEIRA; FEITOSA; BENVENUTI, 1998).

A exploração desse recurso, no século XIX, se deu principalmente por meio da construção de poços, pelos quais eram exumadas as águas que jaziam no subsolo. As formas de organização adventícias, trazidas de além-mar, se amalgamaram às características do território, aproveitando-se dos recursos naturais assim significados e do que se pode chamar de conhecimento tradicional. Assim, os habitantes de Aracati, juntamente com as autoridades locais, buscaram contornar os infortúnios da falta de água apelando para soluções pouco transformadoras do espaço circundante. A criação de poços, e moinhos de ventos feitos com matéria prima beneficiada da carnaúba, são exemplos de respostas aos problemas de abastecimento que demandaram baixo custo.

Uma rede de trabalhadores pobres carregavam potes e barris em um duplo movimento: levavam água pura das cacimbas até as casas e transportava as águas servidas até o rio, que era o destino final. Àqueles que não podiam pagar pelo serviço de entrega, restava-lhes a

despesa das gotas do próprio suor para garantir os litros necessários à sua sobrevivência ou ainda delegar a obrigação a mulheres e crianças.

Os poucos pontos públicos de coleta da vila, como a Cacimba do Povo e a Travessa da Cacimba, eram referências para encontros e lugares de sociabilidade, mas a profusão de gentes que necessitavam da água para o próprio consumo, para vender, para lavar roupas, para dar aos animais, dentre outros, era também pretexto para discussões e desavenças cotidianas. Somavam-se às fontes públicas as cacimbas particulares e os escusos meios do clientelismo entre os seus proprietários e os indivíduos que necessitavam delas.

A questão do abastecimento também foi alvo de iniciativas particulares. Ao perceber que a distribuição de água poderia ser um filão, o estrangeiro José da Maia solicitou e obteve o privilégio para explorar um olho d'água localizado a cerca de uma légua da vila. Segundo o contrato assinado em 1837, o contratante deveria canalizar água suficiente para as necessidades de toda a população, em troca poderia lucrar com o direito exclusivo sobre a venda no prazo de trinta anos. Porém, o projeto de fazer a água do sítio Beirada chegar até a vila foi malgrado tanto por parte da população que discordava da taxa de 20 mil réis por cada pote ou balde quanto pelas torrentes do Jaguaribe, que fizeram frente às correntezas puras e calmas que corriam confinados nos canos de tijolo e cal, destruindo-o praticamente por completo na enchente de 1839.

O transbordamento periódico do Jaguaribe obrigava as pessoas a deixarem suas casas em busca de pontos mais elevados ou àqueles que possuíam sobrados, a se abrigarem no pavimento superior; e a falta de água potável era uma contradição. Com o baixar das águas restavam as marcas da cheia tanto nas paredes quanto na memória dos que passaram pela experiência.

Em que pese o transtorno das enchentes, o rio era importantíssimo na dinâmica econômica e social de Aracati e seu território foi intensamente disputado por navegantes, pescadores, quimoeiros, etc. Desde a abertura dos portos em 1808 até o fechamento da alfândega em 1851, a atividade portuária foi hegemônica. A atitude dos moradores, em geral, e da pequena elite comerciante, em particular, em relação ao rio necessariamente passava pela atividade portuária, sendo a atribuição de fatores positivos ou negativos à natureza mediada pelos interesses da manutenção portuária.

A orla marítima da atual Namíbia era conhecida pelos europeus desde as primeiras incursões lusas em seu périplo africano. No entanto,

chamaram os portugueses de Costa dos Esqueletos o imenso areal que se estende a perder de vista pela maior parte do litoral. Apenas uma pequena região portuária cognominada de Angra Pequena era eventualmente utilizada por estes navegantes, que insistiram em olhar para esse trecho como um “território do vazio”. Em 1883, o comerciante alemão Adolf Lüderitz teve por intento comprar terras na costa africana.

Em 25 de agosto daquele ano, o explorador alemão Heinrich Vogelsang exarou por escrito um contrato em africâner com o líder nama Joseph Frederiks, através do qual as terras de Angra Pequena tornaram-se posse do comerciante de Bremen Franz Adolf Lüderitz (CORREA, 2013). No ano seguinte, o chanceler alemão Otto Von Bismarck aceitou a proposta de Lüderitz de anexar a pequena região portuária ao Segundo Império Alemão. Já o comerciante, continuou a comprar terras de líderes nama e a financiar expedições com vistas a descobrir o potencial mineral do deserto africano até 1886, ano em que seu afã expansionista o levou à morte por afogamento no rio Orange durante uma expedição que contou com o apoio financeiro da Sociedade de Colonização Alemã (*Deutsche Kolonialgesellschaft*). Como homenagem póstuma, Angra Pequena recebeu o nome de *Lüderitzbucht* (Baía de Lüderitz).

A inserção da Alemanha na disputa colonial através da anexação de territórios foi motivo de incertezas na época. Otto Von Bismarck entendia que faltava à Alemanha companhias comerciais para explorar o continente africano, além de um contingente para protegê-lo. No entanto, sua posição mudou entre 1884 e 1885. Há duas interpretações clássicas que explicam a adesão de Bismarck na corrida colonial: a primeira, defendida por A.J.P Taylor, a explica por questões de política externa entre a França e a Alemanha; a segunda, defendida por H.-U. Wehler, por exemplo, entende que o imperialismo alemão foi uma iniciativa de política interna e era uma forma de imperialismo social com vistas a desviar as atenções da opinião pública acerca da crise econômica de 1873. Do ponto de vista ideológico, o interesse colonial era anterior à adesão do chanceler e dois livros formam a base desse pensamento colonial: *Alemanha necessita de colônias?* de Friedrich Fabri (1879) e o *Colonização alemã* de Hübbe-Schleiden (1881) (WESSELING, 2009, pp. 260-263).

A experiência colonial alemã na África, a partir de 1884, enfrentou problemas de diversas ordens. A tentativa de realizar o intento de civilização a uma região desértica desafiou o saber científico da época. A questão da potabilidade da água é uma ótima porta de entrada para se pensar a empresa colonial alemã, pois demonstra um ideal de

civilização onde impera o desejo de dobrar a natureza perante o racionalismo científico, ao mesmo tempo em que deixa entrever os interesses de empresas e companhias particulares nesse domínio colonial.

A baía de Lüderitz (Lüderitzbucht) está localizada na porção austral do deserto da Namíbia, cuja formação data de 55 milhões de anos atrás (**figura 1**). No sentido norte-sul, a região pode ser dividida em Namíbia Central que vai desde o rio Uniab até o rio Kuiseb, e Namíbia Sul que vai do Kuiseb até a cidade de Lüderitz. No sentido litoral-sertão, pode-se dividir o deserto em litoral, centro e interior. O índice médio de precipitação no litoral é o menor de todos, variando entre 2 e 20mm por ano ⁴.

As razões pelas quais a baía de Lüderitz possui índices pluviométricos tão baixos estão relacionadas: do ponto de nível latitudinal, a sua posição (26° 38' 45" S) em uma zona de alta pressão; do ponto de vista longitudinal, a existência de uma corrente marítima de águas frias – a *corrente de Benguela* –, que impede a evaporação e, por conseguinte, a existência de um clima úmido (ROSS, 2005, p. 95-96). Comparada, por exemplo, com a cidade de Blumenau (26° 54' 32" S) que está na mesma latitude, mas sob a influência de uma corrente marítima quente – a *corrente do Brasil* – ter-se-á em média uma diferença anual de 2000 mm.

As soluções levantadas para contornar a falta de água nessa pequena baía no sudoeste africano foram diversas, mas sempre impingidas pelos conhecimentos da engenharia. Por alguns anos desde a fundação em 1884, Lüderitz foi parcialmente abastecida por um navio pipa hebdomadário proveniente da cidade do Cabo, cerca de 1000 quilômetros ao sul, sendo bastante elevado o valor do metro cúbico. A água ficou ainda mais cara no período da guerra anglo-bôer (1899-1902) na África do Sul. A partir de 1897, além da água vinda do Cabo, a cidade passou a ser suprida por sua primeira usina de destilação de água do mar, o *Lüdetitz Condensor* (WAPPLINGE, 1962, p.2). No mesmo período o engenheiro hidráulico Theodor Rehbock esteve na colônia alemã realizando estudos com vistas a identificar as melhores e mais abundantes fontes de água e as melhores formas para cada uso.

Durante a guerra colonial (1904-1907), Lüderitz foi um importante ponto estratégico, no qual estacionaram milhares de soldados alemães, bem como seus animais de guerra, como o cavalo e o camelo

⁴ Disponível em : <http://worldwildlife.org/ecoregions/at1315>, acessado em 27 de março de 2013, às 09:28.

para o deslocamento das tropas no deserto. Com a economia aquecida pelas tropas, a cidade se transformou rapidamente e a abertura de bares, cafés e hotéis foram ambientes de emulação social que produziram um novo ambiente de sociabilidade (CORREA, 2012b); ao mesmo tempo, para lá afluíam cada vez mais prisioneiros de guerra que seriam incorporados em trabalhos forçados e ocupariam o campo de concentração na Shark Island, ilha próxima à baía. Na mesma época, a firma Lenz deu início à construção da ferrovia que ligaria as localidades de Lüderitz e Aus e que seria em larga medida construída com o trabalho forçado.

Com a demanda por água potável intensificada muito rapidamente e após constantes reclamações públicas por causa do alto valor do metro cúbico, um novo dessalinizador foi instalado em 1906. A companhia responsável pela construção dos trilhos de ferro já possuía o próprio dessalinizador, com capacidade diária para 100 m³, cujo excesso de água tratada era vendido para a cidade (CORREIA, 2013, p. 06).

A descoberta de diamante nas cercanias da cidade em 1908 alimentou no horizonte de expectativa dos alemães a esperança de consolidar um povoado no deserto, mas a utilização de condensadores – públicos e particulares – foi um problema durante toda a experiência colonial. O custo com maquinário e sua manutenção, juntamente com o carvão consumido pelas máquinas tornava a produção de água destilada muito onerosa.

Algumas explorações em busca de fontes d'água foram realizadas no entorno dos areias de Lüderitz e resultou na descoberta do manancial de Anichab, já conhecido pelos nativos. Não tardou para que aparecesse um interessado em explorar a venda de água. Em 1909, o comandante H. von Blottnitz entregou um projeto ao governador da colônia para canalizar as águas de Anichab até Boot Bay, e então trazê-la até Lüderitz por meio da navegação de cabotagem ⁵. Porém, o projeto recebeu parecer negativo por ser a água de Anichab considerada imprópria para o consumo humano – embora os nativos a consumissem –, além de ser problemática por ordens de engenharia hidráulica – embora no projeto constasse que o bombeamento poderia ser feito com baixo custo caso a força dos ventos fosse aproveitada.

⁵ Correspondência do Comandante H. von Blottnitz ao Sr. F. von Lindequist. Lüderitzbucht, 20.11.1909. In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements(1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek.

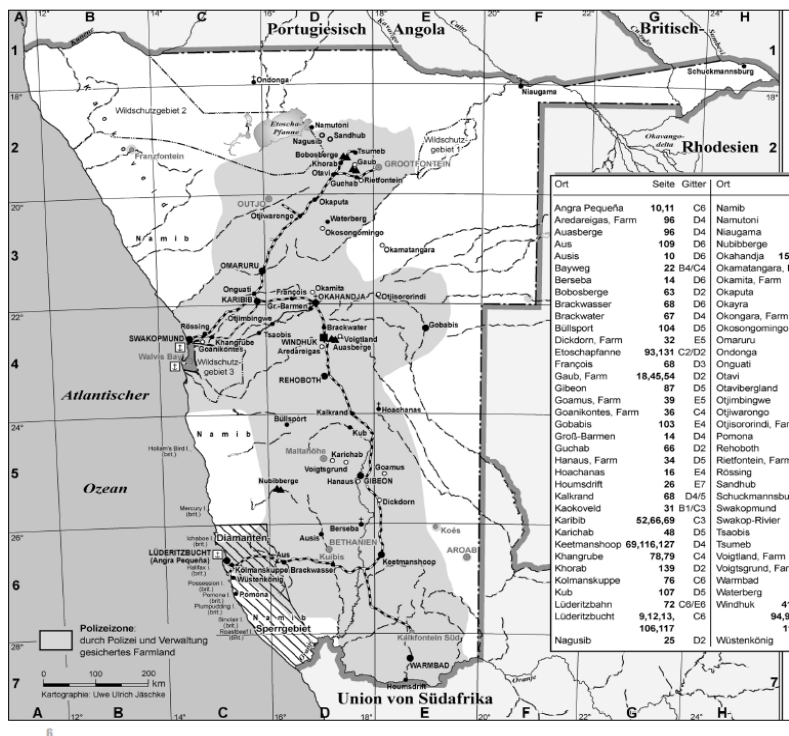


Figura 1: Mapa político da atual Namíbia. A região diamantina de Lüderitz está representada pelas linhas paralelas. In: SCHMIDT, Wilhelm R. **Deutsch-Südwest-Afrika:** fotos aus der Kolonialzeit 1884-1918. Frankfurt: Universitätsbibliothek Frankfurt a. M., 2001. p. 6.

O estudo de duas regiões de colonização e processos históricos distintos pode ajudar a compreender as relações estabelecidas com as águas. Idiossincrasias e similitudes podem ser pensadas a partir dessa dupla análise sobre um mesmo problema, mais ainda, permite compreender as escolhas que atualmente estão sendo tomadas para solucionar o problema do acesso à água no mundo.

Ancorado no discurso de uma carência mundial de água, o investimento em dessalinização tem expandido as tecnologias necessárias para a sua realização. Graças a técnicas como osmose reversa, dessalinização térmica e congelamento, em 2010, ela

representou 10% da produção de água doce do planeta ⁶. As experiências de Aracati e Lüderitz que estiveram tão longe no passado agora confluem em um movimento, pois os dessalinizadores – agora sem pretensões de tornar potável a água do mar, mas apenas de reduzir a salinidade de alguns poços – estão começando a se fazer presentes em diversas cidades do nordeste brasileiro, inclusive em Aracati. As formas de abastecimento mais modernas baseadas no conceito de dessalinização, no entanto, convivem com os métodos tradicionais, revelando múltiplas temporalidades. Quiçá, um caso tão distante, nos confins do II Império colonial alemão, possa ajudar a entender as políticas de abastecimento de apelo modernizantes que agora aportam no semiárido do Brasil.

Aliás, o projeto de lograr água doce através da dessalinização da água do mar não é novo no Brasil. Não se pode olvidar que em meio a grande seca de 1877-79, o eminente engenheiro André Rebouças exorou pela a imediata instalação de aparelhos para destilar água do mar em Fortaleza e outras regiões portuárias afligidas pela seca. Ele calculou que seriam necessários 13.500 m² de superfície aquecida para destilar 6.480.000 litros, o suficiente, segundo ele, para abastecer uma cidade de 64 mil habitantes (REBOUÇAS, 1877). No entanto, seu conselho não foi ouvido, igualmente a tantas outras vozes de engenheiros e especialistas que se levantaram em favor da destilação.

⁶ Disponível em: <http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/meio-ambiente/dessalinizacao-voce-ainda-vai-beber- dessa-agua>, acessado em 9 de novembro de 2012, às 15:23 horas.

Capítulo 1 REGIÕES PORTUÁRIAS NAS FÍMBRIAS DOS IMPÉRIOS: ARACATI, NO BRASIL E LÜDERITZ, NA ATUAL NAMÍBIA.

1.1 Territórios sobrepostos: breve panorama sobre a ocupação e o domínio das águas em terras secas do hemisfério sul

As terras secas representam um terço da superfície terrestre do planeta. Elas estão presentes em todos os continentes habitados e são geralmente caracterizadas pela taxa de precipitação baixa e irregular e pelo alto índice de evapotranspiração, mas também podem estar relacionadas a terras com boa disponibilidade de água no solo, porém com um alto nível de salinização. No primeiro caso, entende-se como uma aridez climática, enquanto no segundo, como uma aridez plantar (VERHEYE, 2009). A aridez pode ser definida a partir de diferentes critérios, o mais objetivo, sem dúvida é em relação ao clima, em particular, relacionado aos valores de precipitação.

Em sua forma mais simples e objetiva, a definição climática divide em terras áridas, com precipitação anual inferior a 200 mm; e em zonas semiáridas, com precipitação anual maior que 200 mm e menor que 500 mm. De modo mais complexo, pode-se substituir este critério pelo da precipitação eficaz, que leva em conta outras variáveis, como o índice de ventilação e a média anual da temperatura (VERHEYE, 2009).

A maior parte das terras secas se encontra disposta nas zonas intertropicais, entre as latitudes 10° e 35° tanto norte quanto sul. No entanto, o posicionamento latitudinal não é suficiente para identificar todos os pontos de incidência destes climas, pois também podem ser encontrados próximos à linha do Equador, como é o caso do Nordeste Seco do Brasil e do deserto de Nazca, no Peru. Sua existência em diversas posições latitudinais e em altitudes variadas produz feições bastante distintas. Por isso, é necessário um instrumento mais complexo do que o entendimento da posição geográfica para classificar e identificar estas regiões.

A partir de 1884, o biólogo russo Wladimir Köppen (1846-1940) desenvolveu um mapa climático do mundo com base no mapa da vegetação mundial elaborado por De Candolle (1855), sendo retificado e atualizado inúmeras vezes, sobretudo, por Rudolf Geiger (1894-1981). A classificação climática Köppen é, ainda hoje, a mais utilizada, pois sua eficácia reside em não tomar o clima apenas pela temperatura, ou pela precipitação anual, mas por sua associação à fitofisionomia dos ambientes. Ao acreditar ser a vegetação natural a melhor expressão de

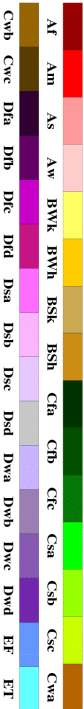
um clima, Köppen alterou significativamente o foco de observação climática.

Desse modo, o biólogo entendia que para determinado grau de secura, quanto maior a temperatura, maior teria que ser a precipitação para corresponder à evaporação que resultaria nesta secura; e que se as chuvas se concentrassem no inverno a precipitação seria menor do que se ocorressem na estação quente (SÁ JÚNIOR, 2009, p. 17). Em 1948, o esquema de Köppen seria revisitado por Thomthwaite, introduzindo o conceito de *evapotranspiração*, no qual não se considerava apenas a temperatura, mas o coeficiente de perda de água de um ambiente pelo vento, umidade, radiação solar e pelas plantas. Desde então, as zonas secas são entendidas de acordo com a eficácia das chuvas, sendo um ambiente úmido aquele em que a precipitação fosse maior que a evapotranspiração; e um ambiente seco onde houvesse um déficit nessa relação (VERHEYE, 2009, p. 8).

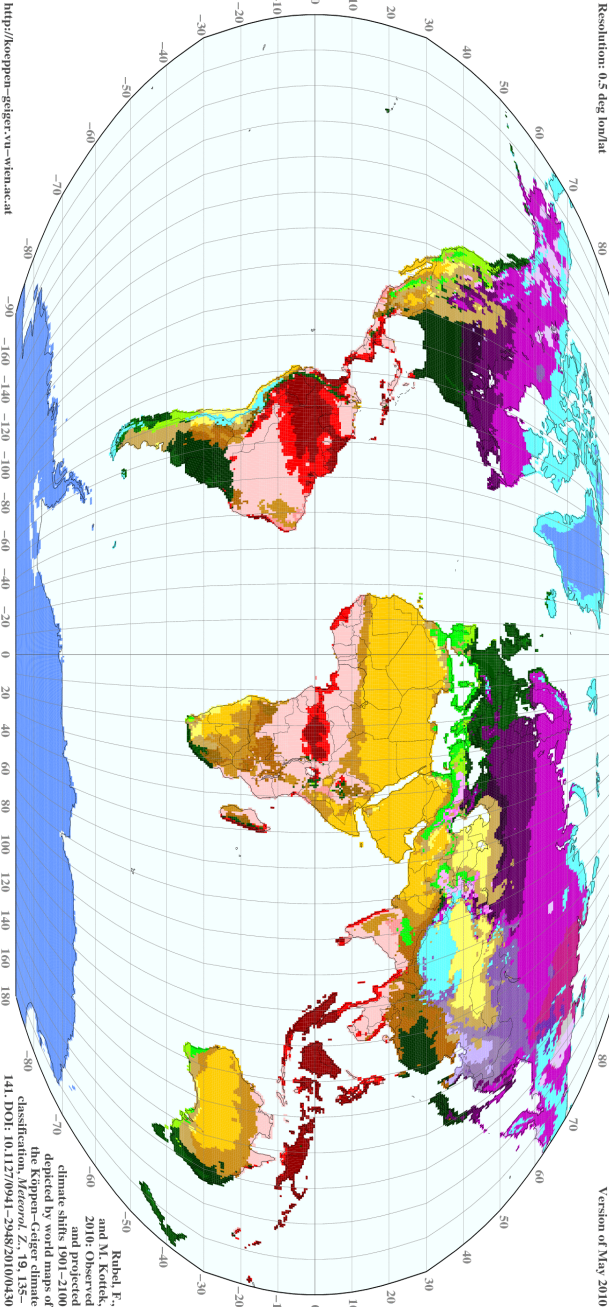
Com base em seu mapa, é possível distinguir 29 tipos possíveis de clima, que estão agrupadas em cinco classes climáticas. A classe dominante por área de terra é “árida *B* (30,2%), seguida de frio *D* (24,6%), tropical *A* (19,0%), temperado *C* (13,4%) e polar *E* (12,8%)”. O tipo mais comum de temperatura individual por área de terra é o clima desértico de baixa altitude e latitude *BWh* (14,2%), seguido pelo clima tropical *Aw* (11,5%) (PEEL; FINLAYSON; MACMAHONT: 2007, 1642-3). A classe *B* é a única considerada seca, e está subdividida em outras duas categorias: os desertos (*BW* ou climas áridos), em que o índice de precipitação é insuficiente para a produção de culturas arvenses, como o milho, trigo, cevada, soja, etc.; e as estepes (*BS* ou climas semiáridos), nos quais a precipitação é suficiente para a realização de determinadas culturas desde que se faça uso de técnicas e de gestão do solo adequadas.

World Map of Köppen–Geiger Climate Classification

observed using CRU TS 2.1 temperature and GPCC Fall v4 precipitation data, period 1976 to 2000



Resolution: 0.5 deg lonlat



Main climates

- A: equatorial
- B: arid
- C: warm temperate
- D: snow
- E: polar

Precipitation

- W: desert
- S: steppe
- f: fully humid
- s: summer dry
- w: winter dry
- m: monsoonal

Temperature

- h: hot arid
- k: cold arid
- a: hot summer
- b: warm summer
- c: cool summer
- d: extremely continental
- E: polar frost
- T: polar tundra

Figura 2: Mapa de Köppen

<http://koeppen-geiger.vu-wien.ac.at>

Robert F. and M. Kottek, 2010: Observed climate shifts 1960–2100 depicted by world maps of the Köppen–Geiger climate classification. *Meteorol. Z.*, 19, 135–141. DOI: 10.1127/0941-2948/2010/0430

Version of May 2010

Com base no mapa acima, pode-se identificar pontos de incidência do “Clima de estepe quente” (*BSh*) do hemisfério sul no nordeste do Brasil, no nordeste da Austrália, e na região central da África austral, formada pela Namíbia, Botsuana, África do Sul e Zimbábue. Já o “Clima das regiões desérticas frias” (*BWk*) se encontra no litoral da Namíbia. No primeiro clima, predomina uma vegetação xerófila, composta por gramíneas, cactáceas, herbáceas e arbustos; já no segundo, a cobertura vegetal do solo é diminuta, deixando as rochas e dunas expostas às intempéries e os tipos de vegetais são muito reduzidos, sendo em sua maioria espécies variadas de cactos. Embora sejam ambientes distintos, de modo que o segundo é significativamente mais seco, a carência de água em superfície é um traço comum, e se constitui como o principal embaraço à vida humana caso não se respeite seus ciclos hidrológicos.

Dentre os empecilhos ocasionados pela escassez de água em superfície, destaca-se a impossibilidade de fazer vicejar espontaneamente uma agricultura em escala significativa para grandes estocagens. Isso só foi possível em regiões de semiárido em meados do século XX, quando se logrou produzir grandes quantidades de alimentos em ambientes secos às expensas de considerável gasto de energia, do esgotamento dos recursos hídricos subterrâneos e através de profundas transformações dos ciclos hidrológicos do ambiente, como foi o caso da exploração do aquífero de Ogallala, nas grandes planícies dos Estados Unidos, desde a década de 1930, das águas subterrâneas conduzidas do sul da Líbia rumo ao norte até as cercanias de Trípole, por volta de 1980. (MCNEILL, 2003, pp. 191-199).

Estas terras só se tornam eficazmente produtivas sobre a base de um trabalho preliminar, metódico e bem orientado, o que não se parece em nada com a grande lavoura, monocultora, predatória e destrutiva das sociedades coloniais. Por isso, se se observa historicamente a expansão europeia sobre estes territórios, percebe-se que sua colonização foi tardia em relação a outras áreas úmidas onde se poderiam produzir artigos de agricultura tropical, ou fornecer força de trabalho para isto. O historiador Alfred Crosby, ao estudar a expansão europeia sobre territórios que denominou de Neoeuropas, argumenta que os europeus preferiam ambientes que facilitassem a reprodução do seu modo de vida e, sobretudo, dos seus animais e plantas. Segundo o historiador estadunidense, “onde existem hoje populações brancas nas partes mais quentes, mais frias, mais secas e mais úmidas e, em geral, mais inóspitas das Neoeuropas, é porque um grande número de imigrantes brancos foi

atraído para as regiões mais hospitaleiras e espalhou-se a partir delas” (CROSBY, 2011, p. 158).

Um breve vôo sobre estas terras secas, como será realizado a partir de agora, pode indicar traços convergentes no modo de ocupá-las e explorá-las por parte dos europeus e seus descendentes

Nos pampas do Prata, com inúmeras espécies de herbáceas e gramíneas, além de aguadas em abundância, os rebanhos se multiplicam espontaneamente e, em 1691, o padre Sepp diz ter visto 50 mil cabeças serem arrebanhadas na margem esquerda do Uruguai em apenas dois meses (ALENCASTRO, 2000, pp. 340-41). Nessa região úmida de pastagens, que, em forma de semicírculo, estende-se da baía Blanca, no sul a Córdoba, no oeste, e a Porto Alegre, no norte, e em cujo centro está Buenos Aires, recebeu a maior concentração de imigrantes europeus da América do Sul.

Já as terras secas da Patagônia muito tardiamente foram ocupadas por fazendeiros e pelo gado. Foi com a chamada “conquista do deserto” (1878-1885), guerra contra os índios situados ao sul do rio Negro e levada a cabo pelas campanhas militares do general Julio Roca, que o governo argentino expandiu sua fronteira rumo ao sul. Segundo Mariano Nagy (2008), dentre as consequências do alargamento da fronteira sobre o semiárido, destacam-se o extermínio sistemático dos indígenas e a distribuição das terras para a criação de gado.

Na América portuguesa, a efetiva ocupação do semiárido das Capitanias do Norte da América portuguesa só ocorreu a partir da segunda metade do século XVII, um século e meio após a colonização de áreas úmidas litorâneas que possuíam solos de massapé, favoráveis ao plantio da cana de açúcar⁷. Como Capistrano de Abreu já observou, os primeiros colonos evitavam as caatingas, que formam um bioma seco, sob a justificativa de que faltava pasto para a criação do gado, o que mais tarde deixou de ser um problema, porque “entre uma catinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perde a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das secas” (ABREU, 1988, p.52).

Não obstante, desde meados do Quinhentos, as boiadas de Sergipe “se multiplicam e, no meado do século, já formam um apêndice indispensável à economia açucareira” (ALENCASTRO, 2000, p. 340). No ritmo da marcha do gado, os colonos portugueses empurravam os

⁷ Um levantamento concluído em 1609 por Diogo de Campos Moreno já dava conta da existência de 81 engenhos nas capitanias de Pernambuco Itamaracá e Paraíba (MELLO, 2012, p. 12).

grupos indígenas e dilatavam os sertões. As fazendas de criar vão progressivamente ocupando as margens do São Francisco e de outros rios. O gado das fazendas, depois, segue em direção a Salvador, sobretudo, por Jaremoabo e Jacobina. Em 1711, Antonil já enumerava cerca de 500 currais de gado “postos na borda do Rio de S. Francisco, na do Rio das Velhas, na do Rio das Rãs, na do Rio Verde, na do Rio Peramerim, na do Rio Jacuipe, na do rio Itapicurú, na do Rio Real, na do Rio Vaza-Barris, na do Rio de Sergipe; e de outros rios”. Quanto ao número de rezes, o autor não ousa estimar por temer não parecer crível, mas deixa como referência os até 50 mil meios de sola que eram mandados da Bahia para o Reino, bem como os 40 mil de Pernambuco (ANTONIL, 1837, pp. 197; 202).

Na África, os portugueses se fizeram presentes desde o século XV, primeiramente em feitorias insulares, nas ilhas de São Tomé, Santiago e Cabo Verde, e ocupando feitorias litorâneas, como o Forte de São Jorge da Mina no Golfo da Guiné, estabelecendo alianças com os reinos locais, como o Benim e o Congo. Porém, deixaram de fora do circuito Atlântico o litoral árido que se estende desde o sul de Benguela até o Cabo para se fazer presente novamente nas margens do Índico. Se na costa Atlântica a presença se deu, sobretudo, através do comércio de escravizados, o mesmo não ocorreu na costa do Índico. O tráfico humano, que era controlado por árabes de Oman, continuou voltado para o mercado de escravos do golfo Pérsico, tanto que somente em 1756, Moçambique recebeu a primeira tabela aduaneira para a exportação de escravos. O frágil domínio português se fazia presente através da distribuição de *prazos*, que era uma porção de terra concedia ao *prazeiro* no período de três gerações, podendo, ao fim, ser o contrato renovado ou não (ALENCASTRO, 2000, pp. 15-20). Embora o sistema tenha se mostrado falho e o real domínio português da região houvesse sido quase nulo até o século XIX, a presença de colonos em Quilimane e Zambézia asseguraram certa continuidade da presença portuguesa.

A costa desértica do sudoeste da África, que se estende desde o sul da atual Angola até o Cabo, desde muito cedo foi alvo de inúmeros marcos de posse, sem, no entanto, significar uma efetiva ocupação. Diogo Cão, durante a sua segunda viagem, alcança o Cabo Negro e Cabo da Cruz em 1486, anos depois Bartolomeu Dias nomearia de Angra Pequena um pequeno porto na porção mais árida do deserto (MORAIS, 2007, p. 29).

O interesse pela região ganhou um novo impulso com a ocupação do Cabo pelos holandeses em 1652. O Cabo da Boa Esperança era visitado por embarcações de inúmeras bandeiras desde o

início do século XVI, onde os marinheiros abasteciam os reservatórios de água, caçavam o leão marinho, reparavam os cascos dos navios e negociavam principalmente metais e tabaco por rezes com os grupos criadores de gado *cóis*⁸ que frequentavam a costa desde antes da chegada dos europeus. Ao longo dos anos, o contato com os *cóis* foi se tornando mais frequente e mais desfavorável para os nativos. Porém, o descontentamento nativo caminhou a passos largos após a criação da colônia e da presença de produtores de gado holandeses, que passaram a disputar as áreas de pastagens. A resposta veio por meio do abigeato, de pequenas rias, da destruição das culturas, das hortas e dos pomares holandeses. Seis anos após a criação da colônia, deflagrou-se a guerra contra os grupos nativos que duraria até 1660, com negociação da paz e dos limites da colônia (SILVA, 2002, p. 759-777). No entanto, os colonos holandeses fazendeiros e seus descendentes, ou *bôeres*, continuaram a se expandir para além da baía de Tafel rumo ao norte e leste, ultrapassando as margens do rio Liesbeek na última década do século XVII. No início do século XIX, os *bôeres* já transitavam com seus imensos carros de bois por toda a extensão do deserto do Kalahari (SILVA PORTO, 1986). Porém, a costa desértica permanecia desocupada pelos europeus, e cada vez mais habitada por grupos caçador-coletores San, que se deslocavam para lá tanto por causa dos ataques de grupos pastores *Cóisque* haviam perdido território para os *bôeres*, quanto pela fuga da caça para aquelas bandas.

Em 1793, o capitão do *Meermin* anexou Walvis Bay para os holandeses. Dois anos depois foi a vez dos britânicos tomarem a Colônia do Cabo e, em 1796, o capitão do *Star*, Alexander, reivindicar posse de Walvis Bay e Angra Pequena, sem, no entanto, haver uma anexação formal britânica até 1878 (WALLACE, 2012, p. 57). Afora expedições de reconhecimento e projetos coloniais levantados por Portugal, Holanda e Inglaterra nenhuma experiência colonial havia ocorrido de fato no deserto da Namíbia até a criação em Cabo Negro do povoado de Moçâmedes, em 1840 e a instalação de suas fazendas de gado⁹.

Por fim, observa-se agora o caso da Austrália. A presença europeia no continente australiano ocorreu desde o início do século

⁸ Juntamente com os *san*, os *cóis* formavam os grupos habitantes das terras áridas África Austral. Os primeiros eram caçador-coletores, enquanto os segundos eram criadores.

⁹ O deserto da Namíbia não se limita ao país Namíbia, de sorte que o povoado de Moçâmedes se encontra no extremo norte do deserto, mas em território de Angola.

XVII através dos holandeses, que ainda tentavam compreender e dominar os ventos e correntes que os levassem às Índias Orientais. Em 1619, um capitão chamado Edel explorou trechos da costa ocidental Austrália, que por muito tempo foi chamada por seu nome. Não faltaram viagens exploratórias holandesas e britânicas para esta ilha, dentre as quais estão a do holandês Abel Tasman James (1642), do inglês William Dampier (1699) e, a mais famosa de todas, a do capitão James Cook e do naturalista Joseph Banks a bordo do *Endeavour* (1770) (SUTHERLAND, 1894, pp. 1-11). A colonização da Austrália começou pouco depois da viagem do capitão Cook, com a criação de uma colônia penal inglesa em 1788. Sua fundação tinha por escopo abrigar o excedente populacional indesejado da Inglaterra e tornar-se produtiva de alguma forma, colmatando as fissuras deixadas pela perda das colônias americanas. Como observou Edward Said, a Austrália funcionaria como um lugar de regeneração para os condenados ingleses, que, não raro, poderiam até mesmo prosperar, mas que não seriam incorporados novamente a pátria mãe (SAID, 2011, pp. 14-15).

Uma das primeiras embarcações da colonização inglesa que aportou em águas australianas, em 1788, onde é hoje Sydney, trazia consigo além de presos e grãos, quatro vacas e dois touros comprados na Cidade do Cabo. Em carta enviada para lorde Sydney o governador da incipiente colônia, A. Phillip, lamenta a perda dos animais que haviam sido inseridos no intuito de formarem rebanhos:

eu teria a satisfação de ver o gado e os cavalos medrarem; mas o homem que assiste ao criador, tinha os deixado por um período curto de tempo, então, eles desviaram-se e acabaram se perdendo. A perda de quatro vacas e dois touros não serão facilmente reparadas. Perdão, meu senhor, por essas tediosas narrativas de roubos e perdas; mas esse é o único modo que tenho de dar a sua Senhoria uma débil ideia da situação na qual fui colocado. Dos animais de criação adquiridos no Cabo, parte morreu na travessia, e a maior parte do que restou desde o desembarque ¹⁰.

¹⁰ T. do A.: “I had the satisfaction of seeing the cows and horses thrive ; but the man who attended the former, having left them for a short time, they strayed and were lost.f The loss of four cows and two bulls will not easily be repaired. Pardon, my Lord, these tedious relations of robberies and losses; it is the only means I have of giving your Lordship a faint idea of the situation in which I am

A vida não foi fácil no primeiro ano da colônia. A pequena população de animais domésticos trazida do Cabo estava em vertiginoso declínio. É possível perceber o quanto os ventos não sopravam em favor de Phillip e da colônia que deveria gerir. Em outra correspondência sua para lorde Sydney meses depois: "Eu perdi agora todas as esperanças de recuperação de dois touros, e dos animais de criação, quatro vacas que se perderam, e uma única ovelha resta das mais de setenta das quais eu adquiri no Cabo por minha própria conta e por meio do Governo".¹¹

O que o governador não podia imaginar, no entanto, é que o gado desgarrado não houvesse sido abatido pelos aborígenes, ou houvesse padecido de fome ou doenças. Fora dos limites da colônia, o gado encontrou bom pasto e se multiplicou; e distante do trato e dos cuidados humanos, em pouco tempo, tornou-se bravo. Em menos de uma década, em 1795, os bois voltaram a ser vistos, agora pelo novo governador, John Hunter, que após realizar algumas incursões pelo interior de Nova Gales do Sul, aquém das Montanhas Azuis, pôde avistar o que seria uma manada:

subimos uma montanha, da qual observamos um rebanho de quarenta pastando em uma bela pastagem do Vale. Eu estava agora ansioso em averiguar de qual raça eles seriam, se nativos originais do país, como alguns podem imaginar, ou os descendentes daqueles que tínhamos, há muito, como perdidos, mas, nessa tentativa fomos desapontados, fomos descobertos e atacados muito furiosamente por um touro imenso e feroz, que em contrapartida se fez necessário para nossa própria segurança, atirar nele. Era tal sua violência e força, que seis balas foram disparadas, antes que

placed. Of the live stock purchased at the Cape, part died on the passage, and the greatest part of what remained since landing". Depacho n° 4 emitido pelo governador Phillip para Lorde Sydney em 9 de julho de 1788. In: **Historical records of Australia: governors' despatches to and from England, 1788-1796**. Vol. 1. The library Committee of the Commonwealth Parliament, 1914, p. 50.

¹¹ T. do A.: "I have now given up all hopes of recovering the two bulls and Live stock, four cows that were lost, and one sheep only remains of upwards of seventy which I had purchased at the Cape on my own account and on Government's account". Depacho n° 7 emitido pelo governador Phillip para Lorde Sydney em 22 de setembro de 1788. **Historical records of Australia**. Op. Cit. p. 77.

alguém ousasse se aproximar. Eu fiquei satisfeito em saber que eles eram da estirpe do Cabo da Boa Esperança, e sem dúvida da prole daqueles que tínhamos perdido em 1788, nesse tempo, contamos Sessenta e um em número, jovens e velhos. Eles haviam escolhido uma bela porção do país para pastar, onde eu farei de tudo em meu poder para prevenir de serem perturbados, ou de algum modo incomodados, pelo qual por este tipo de trabalho, será considerável ¹².

A quantidade de muares era tal que Hunter inicialmente punha em dúvida a sua procedência, acreditando poder ser animais naturais do continente, o que foi desmentindo somente após uma observação mais acurada. Embora não existisse nenhuma espécie de bois em todo o continente, a suspeita do governador se justificava por ser igualmente inacreditável que animais tão viçosos e em número dez vezes maior do que os evadidos sete anos antes pudesse ter alguma relação, mas a ausência de grandes predadores, zoonoses, ou de outro grande herbívoro que competisse pelo pasto facilitou sobremaneira a proliferação do gado.

¹² T. do A.: we ascended a Hill, from which we observed an Herd of Forty feeding in a beautiful Pasture in the Valley. I was now anxious to ascertain of what Breed they were, whether Natives originally of this Country, as some might imagine, or the Descendants of those we had so long lost, but in this Attempt we were disappointed by being discovered and attacked most furiously by a large and very fierce Bull, which rendered it necessary for our own Safety, to fire at him. Such was his Violence and Strength, that six Balls were fired through, before any Person dared approach him. I was now satisfied that they were the Cape of Good Hope Breed, and no Doubt the Offspring of those we had lost in 1788, at this Time we counted Sixty-one in number, young and old. They have chosen a beautiful Part of the Country to graze in, where I will do all in my Power to prevent their being disturbed, or in any way annoyed, by which for this kind of labour, are considerable. Depacho n° 7 emitido pelo governador Hunter para o duque de Portland, em 21 dedezembro de 1795. In: **Historical records of Australia**: governors' despatches to and from England, 1788-1796. Vol. 1. The library Committee of the Commonwealth Parliament, 1914, pp. 550-51.

É possível que ele também estivesse cômico de outras experiências anteriores semelhantes, sobretudo, nos pampas argentinos, quando resolveu preservá-los.

Em três décadas, porém, as manadas bravias passaram de uma importante reserva de alimento que poderia ser facilmente caçada e abatida a um estorvo insuportável. Além de servir de caça grossa para os foragidos, competiam com os humanos pelas terras cultiváveis de Nova Gales do Sul. Desde a abertura da estrada que cruzava as Montanhas Azuis, realizada no governo de Macquarie (1815), a importância do gado brávio se minorou consideravelmente, pois doravante os fazendeiros colonos se expandiam para oeste, ocupando as terras semiáridas, mas de boa forragem, do outro lado da cadeia de montanhas. As fazendas estabelecidas nas “novas terras descobertas” espalhavam-se nas margens dos rios Lachlan e Macquarie (SUTHERLAND, 1894, pp. 38-42). Em face disso, uma nova política era aplicada ao gado brávio ao longo da segunda década do Oitocentos: buscava-se dar cabo a eles, domesticando novamente e conduzindo os melhores espécimes para as fazendas, ou simplesmente matando-os. Um tal senhor George Johnston obteve relativo sucesso nesta empresa ao domesticar 230 cabeças em seis meses, enquanto as restantes seriam exterminadas¹³. A partir de então, estava estabelecida a sociedade pastoril australiana, que, sem dúvida, estava numericamente muito melhor representada pelo gado, que girava em torno de milhões, do que de colonos.

Como pode ser observado, ao lado da pegada do colonizador europeu – ou à frente dela – em ambientes secos estava sempre o casco

¹³ Despacho nº 12 de 1820 emitido pelo governador Macquarie para o conde Bathurst em 28 de fevereiro de 1820 In: **Historical records of Australia: governors' despatches to and from England, 1819-1822**. Vol. 10. The library Committee of the Commonwealth Parliament, 1917, p. 280.

do boi; mas dentre os grandes animais domésticos ¹⁴, o porco é o que possui o melhor índice de aproveitamento de proteína. Ele converte um quinto do que come em alimento para o consumo humano, ao passo que o boi transforma apenas um vigésimo ou menos (CROSBY, 2011, p. 183). Sua capacidade de reprodução é imensamente superior ao da vaca, pois pode ter até dez filhotes em uma ninhada. Então, por que os suínos não abriram os ecossistemas áridos para os europeus? Por que não se formou uma sociedade dependente e com relações profundas com este animal tal como pode ser vista com o boi?

Dentre os fatores que concorreram para isto, destacam-se: primeiro, os suínos são onívoros e onde não há grande disponibilidade de proteínas e carboidratos concentrados, muitas vezes acabam por competir com humanos. O mesmo não ocorre com o boi, que por ser herbívoro pode se alimentar de folhas, brotos, ervas e gramíneas e, por isso, não compete por alimento com os humanos; é capaz de digerir a celulose e transformá-la em leite, carne, fibra e couro. A segunda vantagem do gado *vacum* em relação ao porco é o ótimo funcionamento do seu sistema termorregulador, que possibilita sua existência tanto em lugares frios, quanto em lugares quentes e secos, como os ecossistemas áridos, enquanto o porco não tolera a forte incidência solar e necessita de fácil acesso à água, adaptando-se melhor em florestas. E por fim, os porcos não servem de animal de tração.

Além disso, as terras secas são ricas em um elemento essencial para a manutenção da vida do gado: o sal. Por possuir altas taxas de evaporação e drenagem deficiente, seus solos são rasos, secos e salinos. Sérgio Buarque de Holanda conta que por volta da terceira década do Setecentos os sertanistas do Cuiabá dos primeiros anos tiveram grande dificuldade de inserir o gado *vacum* justamente pela escassez deste bem, que “constituía verdadeiro artigo de luxo, faltando geralmente para o consumo dos moradores e, algumas vezes para os próprios batizados” (HOLANDA, 1945, p. 82). Já no semiárido das capitanias do norte não faltava um barreiro prene de sal.

Destarte, o europeu encontrou no gado bovino a melhor ferramenta para dominar os vastos sertões e semi-áridos espalhados pela África e América do Sul e Austrália. O pastoreio tomou, portanto, a predileção de colonizadores das estepes argentinas, da caatinga brasileira e dos semiáridos africano e australiano. Se a carência de água

¹⁴ Segundo Jared Diamond (2008, pp.157-176), existem 148 grandes mamíferos (aqueles com mais de 45 quilos em média) terrestres. Destes, apenas 14 espécies foram domesticadas, dentre elas, o porco, a vaca, a ovelha, a cabra e o cavalo.

impossibilitava uma agricultura em escala significativa de produtos de interesse colonial, a existência de inúmeras espécies forrageiras quase sugeria a atividade pastoril.

Por outro lado, o gado muar e cavalar por onde passou acirrou ainda mais a competição ecológica com os outros seres vivos, inclusive, os humanos, bem como perturbou os ecossistemas. Com a inserção do gado pelo europeu ou por seus descendentes, as paisagens semiáridas sofreram profundas transformações. Estes animais foram responsáveis por quase extinguir algumas espécies nativas, como o “capim canguru” australiano, e pela inserção e dispersão de inúmeras plantas exóticas nos ambientes por onde passaram, como o caso da alcachofra brava e o cardo de Castilha nos pampas, além de quase sempre estarem no centro das disputas entre colonizadores ou colonos e nativos (CROSBY, 2011, pp.167-171).

Não é somente o ambiente que será modificado pelo colonizador, pelos seus descendentes e pela sua biota. O próprio colono modificará seu modo de vida e seus hábitos, transformando-se em face da natureza e das novas formas de se relacionar com ela. Incorporará, em maior ou menor escala, a experiência dos autóctones para mitigar a sede dos humanos e do gado, através de sofisticadas técnicas de obtenção de água potável.

Nos idos de 1845, Domingo Sarmiento, em *Facundo, ou civilização e barbárie*, já narrava a figura do especialista das estepes argentinas forjado nessa sociedade colonial, o *baqueano*, um gaúcho responsável por guiar uma campanha e que é capaz de reter na mente os preciosos pontos de água, segundo o autor, ele “encontra uma trilha que cruza o caminho que se percorre: ele sabe a que remota aguada ela leva; se encontra mil delas, e isso num espaço de cem léguas, ele as conhece uma por uma, sabe de onde vêm e para onde vão” (SARMIENTO, 2012, p. 112).

De igual modo, Sérgio Buarque de atenta para a

intuição admirável e verdadeiramente divinatória desses rudes topógrafos que são os sertanejos. Pela configuração, pelo colorido do terreno, por algum sinal só perceptível a olhos experimentados, sabem dizer com certeza a senda que há de levar a alguma remota aguada (HOLANDA, 2011, p. 391).

Saber onde encontrar uma fonte de água que não está às vistas, ou de que plantas se valerem para se hidratar, em alguns casos, poderia significar a diferença entre a vida e a morte. Urgia, pois, conhecer os olhos d'água, os vegetais e as plantas que pudessem socorrer o sedento habitante do sertão, ou um viajante. É bastante conhecida a descrição fantástica que o padre Fernão Cardim faz em meados do século XVI sobre a “árvore que tem água”, e que, segundo o autor,

se dá em os campos e sertão da Bahia em lugares aonde não ha água; he muito grande e larga, nos ramos tem huns buracos de comprimento de hum braço (pie estão cheios de água que não tresborda nem no inverno, nem no verão, nem se sabe donde vem esta água, e quer delia behão muitos, quer poucos, sempre está em o mesmo ser, e assi serve não somente de fonte, mas ainda de hum grande Rio caudal, e acontece chegarem 100 almas ao pé delia, e todos ficão agasalhados, bebem, e laváo tudo o que querem, e nunca falta água; he muito gostosa, e clara, e grande remédio para os que vão ao sertão quando não achão outra (CARDIM, 1925, p. 67).

Euclides da Cunha, em *Os sertões*, exalta o engenho do sertanejo, que aprendeu com a experiência indígena uma importante característica das plantas xerófilas: a existência de tecidos vegetais em suas raízes e xilopódios bem desenvolvidos e adaptados às funções de acumular amido e água¹⁵. De acordo com o escritor, “no pino dos verões, um pé de macambira é para o matuto sequioso um copo d'água cristalina e pura”; [na estiagem], “arranca as raízes túmidas dos umbuzeiros, que lhes dessedentam os filhos, reservando para si o sumo adstringente dos cladódios do xiquexique”. Aliás, atribui ao umbuzeiro

¹⁵ Segundo Guimarães Duque (2011, p.28), somente em 1936, Karl Suessenguth, do Museu de Munique, ao estudar o sistema radicular das xerófilas e encontrar batatas nas raízes de muitas árvores, como aroeira, cipaúba, umbuzeiro, faveleiro, timbaúba, tingui, embiratanha castanhola, mucunã, etc., percebeu que “a defesa externa da planta contra o clima é secundária, as raízes exercem a função principal guardando água e nutrientes para, nas ocasiões difíceis, reformar sua vida e reconstituir o seu corpo vegetativo”.

o povoamento do sertão, “tão estéril nele escasseiam os carnaubais tão providencialmente dispersos nos que convizinham até o Ceará” (CUNHA, p. 1997, pp. 51, 151, 57).

Assim, a ocupação e colonização destes ambientes secos, denominados muitas vezes genericamente de *deserto*, ou *sertão*¹⁶, guardam algumas semelhanças mesmo quando realizados em momentos distintos. Pode-se perceber como traços fundamentais: a fixação adventícia em lugares estratégicos próximo a fontes ou cursos de água, a guerra e extermínio dos povos nativos de forma intencional e estratégica¹⁷ e a criação de gado como atividade principal da expansão colonial. É o caso da efetiva colonização das capitânicas do norte da América portuguesa (1690-1720) e da África Alemã do Sudoeste (1884-1914), que será tratado mais detidamente em seguida.

Nos próximos tópicos serão analisados dois casos distintos de ocupação dessas terras secas. Atentar-se-á principalmente para a interação dos diversos agentes adventícios com os novos ambientes. Nesse sentido, faz-se mister pensar não só os seres humanos, mas os ventos, correntes, animais e condições climáticas, ou seja, todos os elementos bióticos e abióticos que formam o ambiente circundante, “porque a vida é mutirão te todos, por todos remexida e temperada” (ROSA, 1986, p. 406), inclusive, pelos não humanos.

¹⁶ Segundo Russell Wood (1998), a palavra “sertão”, muito utilizada em Angola e Brasil, do ponto de vista geográfico, “abrangia a extensão crescente, árida e semi-árida, dos interiores de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, até Piauí, Ceará e Maranhão, submetida aos excessos de temperatura e clima, a longos período de seca, violentas tempestades e inundações relampejantes. Unia-se a isto uma vegetação composta de erva daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos, constituindo-se em obstáculo a possíveis intrusos”.

¹⁷ Refere-se a “Guerra dos Bárbaros” (1650-1720) nos sertões das Capitânicas do Norte e os levantes *herero* e *nama* (1904-1908), durante a guerra colonial na África Alemã do Sudoeste.

1.2 O “porto do sertão”: Aracati entre centro e periferia

Vinte legoas para o rio Grande, tem pelo Certoã huma fermosa Povoação, com o nome do rio Jaguaribe, que por ella passa, o qual seis legoas para o mar faz huma barra sufficiente a embarcaras pequenas, que vão a carregar carnes, de que abunda com excesso aquelle Paiz.¹⁸

Antes mesmo de ser erigida uma vila, o pequeno povoado às margens do rio Jaguaribe já se fazia noticiar por Sebastião da Rocha Pita em sua *História da América Portuguesa* como um país rico em carnes. A economia periférica da carne seca, praticada desde a primeira década do século XVIII, possuiu relevante importância na dinâmica colonial da América portuguesa. Além do abastecimento interno (LOBO, 1978 p. 69), sabe-se da importância do comércio de carne seca no tráfico atlântico de escravos. O produto era usado para alimentar os escravos que estavam prestes a serem embarcados para atravessar o Atlântico. No ano de 1793, Luis Antônio de Oliveira Mendes relatou que teria sido o pernambucano Raimundo Jalamá o responsável pela introdução da Carne do Ceará na dieta dos africanos. Segundo o autor, ao observar as péssimas condições físicas dos escravos que atravessavam o oceano Atlântico, o então administrador da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba em Angola, o Jalamá, teria substituído a ração feita a partir do peixe salgado e conservado no azeite, a savelha, pela carne de gado produzida nas capitânicas do norte da América portuguesa (OLIVEIRA, 2009, pp. 505-516).

O surgimento das primeiras oficinas de salga na foz do rio Jaguaribe e a posterior especialização na fabricação e no comércio da carne salgada, ou carne do Ceará como era chamado o charque em alhures da América portuguesa, bem como a produção de couros salgados tornaram a Vila de Santa Cruz do Aracati o centro mais dinâmico da Capitania do Ceará até a segunda metade do século XIX. Goulart (1965, p. 96) afirma que antes mesmo de ser elevada a condição

¹⁸ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa:** desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730, p. 127.

de vila, o número de reses abatidas anualmente na foz do rio Jaguaribe – à época, chamada de povoado Porto dos Barcos – apenas para atender a demanda da indústria saladeril, chegava a 18 000 bois. Esse número continuou crescendo após a ereção da vila e alcançou a importância de 50 000 abates anuais.

Do ponto de vista estrutural, a criação da vila de Santa Cruz do Aracati, em 1748; o seu desenvolvimento comercial ao longo dos séculos XVIII tendo por principal produto de exportação a carne salgada e outros derivados do gado vacum; as redes de fidelidade estabelecidas tanto com os sertões do Jaguaribe, quanto com a praça de Pernambuco podem ser melhor entendidos ao se observar o processo de conquista e efetiva colonização dos sertões das capitanias do norte, a partir de 1680, compreendido dentro do contexto estrutural que Vitorino Magalhães Godinho denominou de viragem estrutural do império para a América. Este processo de conquista se deu pelos interesses – ora confluentes, ora divergentes – de vários agentes, como o desejo da Coroa portuguesa de encontrar um caminho terrestre que ligasse o Estado do Maranhão ao Estado do Brasil, o interesse da elite colonial da região do açúcar de diversificar as fontes de rendimentos por meio da atividade criatória, o empenho da Igreja de converter os índios e o esforço dos terços para o apresamento indígena, no intuito de escravizá-lo.

1.2.1 A crise açucareira no contexto do post bellum

Até cerca de 1630, enquanto a atividade açucareira consumia quase todos os esforços da empresa colonial e tomava a maior parte da atenção da elite luso-brasileira, em razão dos exacerbados lucros provenientes dela, os conquistadores se restringiam a estreita faixa litorânea de zona da mata que bordejava a costa; e contentavam-se “de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (SALVADOR, 1918, p.19). Até a invasão holandesa, a região colonizada do norte do Estado do Brasil se caracterizava por “sua disposição latitudinal, pois a oeste a penetração não ia além dos setenta quilômetros do seu vetor mais ativo, que era a bacia do Capibaribe” (MELLO, 2001, p. 12).

A razão para isso, segundo Capistrano de Abreu (1988, p. 50), estaria na falta de diversidade de produtos coloniais por parte dos produtores, que por se limitarem basicamente ao açúcar, “não deviam se afastar muito do litoral marítimo, sob pena de, sendo um só o preço dos gêneros de exportação, não poderem competir com os fazendeiros mais vizinhos do mercado, cujo produto não se gravava com as despesas de

transporte”. Somente com a pecuária extensiva, foi possível tornar as grandes extensões dos sertões aproveitáveis para a Coroa portuguesa.

No que concerne às razões econômicas dessa ocidentalização, é importante destacar que desde a invasão holandesa à capitania de Pernambuco em 1630, a produção de açúcar do norte do Brasil declinou consideravelmente, não tornando, em momento algum, a atingir produção de antanho. Por volta de 1637, quando cessa a guerra de conquista, a Holanda havia confiscado 66 engenhos abandonados pelos seus proprietários e tantos outros estavam em fogo morto. Para que se tenha uma ideia do impacto da guerra sobre a exportação do açúcar, durante o que Evaldo Cabral de Mello denominou de *ante bellum*, ou seja, o período anterior à conquista holandesa, a capitania de Pernambuco era a maior produtora deste gênero, respondendo por cerca de 60% de toda a produção colonial, ao passo que em 1654, quando da definitiva expulsão holandesa de Recife, esta razão caiu para 10% (MELLO, 1975).

Observando em duração relativamente longa, o historiador Stuart Schwartz pôde periodicizar o crescimento do número de engenhos e da venda do açúcar da seguinte forma: um rápido crescimento entre 1570 e 1585, seguido de uma desaceleração até 1612; desta data até 1630, houve crescimento menos intenso, mas agora impulsionado pelo incremento tecnológico do engenho de “três paus”, ou de “palitos”, que era uma moenda de três cilindros verticais capaz de exaurir ainda mais a cana, aumentando seu rendimento (SCHWARTZ, 1988, pp. 146-163).

Desde a invasão holandesa em 1630, a produção açucareira de Pernambuco, Itamaracá e Rio Grande tiveram baixas na produção. A guerra durara até 1637 e deixara inúmeros engenhos abandonados ou parcialmente destruídos. Muitos engenhos foram tomados – e no caso dos engenhos abandonados, simplesmente incorporados – pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais para, depois, serem vendidos a novos proprietários luso-brasileiros ou para holandeses e judeus. Alguns proprietários, porém, não fugiam antes de deixar os canaviais queimados e destruídas as fábricas. Mesmo no período de paz, entre 1637 e 1645, as melhores previsões de produção orbitavam em torno de 22.000 caixas de açúcar, muito aquém das 33.000 produzidas no *ante bellum* (MELLO, 2007, pp. 105-106).

Após a definitiva expulsão dos holandeses em 1654, a capitania de Pernambuco sofria com os efeitos da guerra, que durara quase uma década (1645-1654). Como observou Evaldo Cabral, as guerras holandesas foram “guerras do açúcar”, não somente pela acepção de

mais relevo, que é a disputa das fontes de produção e do comércio pelo atlântico, mas, acima de tudo, por ser uma guerra majoritariamente financiada pelos recursos advindos da atividade açucareira ou “pelo sistema socioeconômico que se desenvolvera no Nordeste com o fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu” (MELLO, 2007, p. 12). Significa dizer que o custo da guerra recaiu sobre a sociedade colonial latifundiária, monocultora e escravista ao invés da Coroa. Foram os impostos extraordinários cobrados pela Coroa a partir da deflagração da insurreição luso-brasileira de 1645 que garantiram as provisões e a ração das tropas.

A situação complicava-se ainda mais pela queda no preço do açúcar no mercado europeu, puxado para baixo pela produção antilhana. Com sua própria produção assegurada, França e Inglaterra diminuíram progressivamente o açúcar brasileiro do seu mercado e, entre 1650 e 1710, a quantidade de açúcar nos mercados europeus se reduziu em 40%. De acordo com Stuart Schwartz (1988, p.162), a concorrência do açúcar trouxe dois fatores negativos para os produtores luso-brasileiros em longo prazo. Primeiro, a produção antilhana aumentava a demanda pelo escravo africano, tornando-o mais caro e, por consequência, elevando o preço do açúcar, que a esta altura já dependia em certa medida do trato atlântico. Segundo, a concorrência acabava por diminuir a margem de agência dos produtores luso-brasileiros, que não mais viam nas táticas de estocagem ou suspensão da mercadoria uma solução plausível para a queda dos preços. A elite açucareira buscava, pois, diversificar os rendimentos através das fazendas de criar ¹⁹.

Por isso, o *post bellum* foi marcado por certo ressentimento por parte a elite luso brasileira dos núcleos açucareiros ao não verem realizadas algumas de suas expectativas para com o rei português, como o término, ou ao menos o progressivo declínio da tributação extraordinária cobrada para arcar com as despesas da guerra de reconquista. Isso não veio a ocorrer, pois, se em 1649, os impostos extraordinários correspondiam a 63% da receita, em 1663 ainda equivaliam a 57%. Além disso, o Conselho Ultramarino fixou em cem homens o efetivo das tropas pagas e dispensou os “ricos da terra”

¹⁹ O estudo de Jean Baptiste Nardi (1996, p. 92) permite perceber que já nas últimas décadas do século XVII o gado deixava de ser um simples apêndice do negócio açucareiro e começava a ser introduzido no mercado atlântico, puxado, por exemplo, pelo negócio do tabaco, haja vista que o couro era largamente utilizado para embalar o fumo, correspondendo a cerca de 15% do valor final do rolo de fumo.

(MELLO, 2007, p. 172). De certo modo, estes se sentiam abandonados pela Coroa, que não reconhecia os serviços que haviam sido prestados.

Some-se a isso, a demora em resolver a quizila formada entre antigos e novos proprietários de engenho que não seria resolvida até 1669. Os primeiros acusavam os novos donos de traição por terem colaborado com a administração holandesa e eram apoiados pelo Desembargo do Paço, por exemplo; ao passo que os segundos, que financiaram a insurreição contra os batavos, retrucavam as acusações dizendo que a traição consistia em não permanecer na terra para lutar quando fosse oportuno, além de justificarem a fidelidade à Coroa portuguesa quando financiaram a guerra de reconquista, como consta no parecer do conde de Odemira, então presidente do Conselho Ultramarino (MELLO, 2007, pp 356-57). Nesta conjuntura, a situação da capitania era delicada e o equilíbrio de forças era instável. Cabe lembrar que até a assinatura do segundo tratado de Haia tanto as tropas pagas, quanto as ordenanças permaneciam em Pernambuco para assegurarem que não haveria uma retomada holandesa.

Por esse quadro de crise e instabilidade dos anos setenta do século XVII, Pedro Puntoni (2002, p. 192) explica que “as propostas inicialmente encetadas pelos governadores para os conflitos passavam pela utilização das tropas regulares estacionadas nas fortalezas, ou ainda pela mobilização das milícias das ordenanças em esquadras volantes”. Passados os primeiros anos da reconquista, e provada a eficácia dessa força militar, agora ela seria mandada para as capitanias anexas, a fim de expandir e dilatar as fronteiras.

No que concerne a sua organização, ela era composta por terços especiais criados durante as guerras holandesas (1630-1654), como o dos índios de Felipe Camarão e dos negros de Henrique Dias e seguia a estratégia militar da chamada “guerra brasílica” ou “guerra do Brasil”. Adotada por Matias de Albuquerque Coelho durante a resistência (1630-1636), a guerra brasílica possuía um “sistema misto”, no qual as forças regulares se concentravam

numa praça forte, o Arraial, guarnecida pela artilharia e pela tropa regular, com o emprego de contingentes irregulares que ocupavam a linha de estâncias ou postos avançados, que, sob a forma de meia lua, estendia-se de Olinda ao sul do Recife. Nos espaços intermediários, vagavam incessantemente essas companhias volantes, cujas emboscadas e assaltos visavam repelir as sortidas neerlandesas (MELLO, 2007, pp. 287-88).

Se por um lado, a guerra volante carecia de disciplina e treinamento militar da chamada guerra de Flandres, por outro, ela coadunava com as condições sociais e mesológicas do Estado do Brasil. Mesológicas, porque se adequava as condições ambientais tão diversas em relação à Europa. Mesológicas porque os sertanistas incorporaram muitas práticas indígenas da chamada “guerra no mato”, dentre as quais se destacava a dispensa da cavalaria e da infantaria em favor do combate individual, da dispersão dos soldados pelos matos quer da mata atlântica, quer da caatinga. Sociais porque conseguia mobilizar toda uma camada marginalizada da sociedade colonial, uma população livre e em idade produtiva que se concentrava nas vilas do açúcar, mestiços, índios.

Segundo Kalina Wanderlei da Silva,

O sertão das capitanias do norte, por sua vez, apesar da ausência de exploração econômica inicial, ou talvez por isso, torna-se lugar do desconhecido, do indefinido, mas também da transposição de mitos e imagens clássicas em um momento em que a área açucareira já não comporta esses mitos. Para a colônia açucareira, o *el dorado* não está no litoral, mas no sertão (SILVA, 2010, p. 214).

Enquanto estas imagens do *El dorado* alimentadas no imaginário dos habitantes do litoral, na qual o sertão estaria prenhe de prata e outros metais não se confirmava, a atividade criatória servia como a força motriz da economia do interior²⁰.

²⁰ No caso do Ceará, a crença no potencial metalífero do seu solo possui antiga e estendida narrativa. Durante cinco anos, de 1649 a 1654, os holandeses, a mando de Matias Beck, malograram na exploração da prata na Serra da Taquara, contígua à de Maranguape, coetaneamente, mais a oeste, na Serra da Ibiapaba, situação semelhante ocorria com Ricardo Caer. Quase um século depois, em 1743, esta mesma serra seria novamente perscrutada, agora por Antônio Gonçalves de Araújo, que alimentaria suas ambições argêntas até a sua morte. Em 1750, outro empreendimento foi levado a cabo, agora nas Minas de São José dos Cariris Novos, onde tentara-se sem sucesso a exploração aurífera. Passados mais um século, em 1859, a prospecção de metais valiosos ainda continuava sendo orientação indispensável para a Seção Geológica e Mineralógica da Comissão Científica de Exploração, chefiada por Guilherme

Nesse sentido, a efetiva conquista dos sertões pode ser entendida como uma solução para dissipar essas tensões vividas em Pernambuco do *post bellum*. Esta conquista ocorreu na cadência do passo do gado e por meio da guerra ao gentio dito tapuia ou “bárbaro” em uma série de episódios descontínuos e tidos na documentação coeva como “guerra dos bárbaros”. Após os conflitos empreendidos nas ribeiras, as terras antes ocupadas por índios se tornavam “desabitadas”, podendo ser distribuídas aos próprios conquistadores ou para outros colonizadores das vilas do açúcar que seguiam na esteira dos conflitos.

Tendo o negócio do gado como vetor de ocupação, a colonização foi efetuada por uma região de ocupação mais antiga, sobretudo, por colonos e militares advindos de Salvador e Olinda, tornando os sertões um território submetido a duas áreas de influência, a metrópole e a região açucareira que o colonizara (SILVA, 2010, pp. 225-238). É importante destacar que a própria Capitania do Siará grande esteve anexada à Pernambuco até 1799.

1.2.2 O gado em combate com os índios

Dentro do cenário de crise do comércio açucareiro, a pecuária dinamizou a economia colonial e serviu para a efetiva colonização das capitanias do norte. De acordo com Capistrano de Abreu (1907, p. 131), o povoamento ocorreu na esteira de dois movimentos distintos, posto que complementares: pelos “sertões de dentro”, com os conquistadores deixando a Bahia e rumando pelo rio São Francisco até o Maranhão; e os “sertões de fora”, que escoavam-se de Pernambuco, “começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam a corrente baiana e pernambucana”. No que tange aos “sertões de fora”, a corrente de povoamento seguiu o litoral e adentrou-se pelas ribeiras dos rios, que serviam de verdadeiras estradas do sertão.

As condições ecológicas dos sertões semiáridos da capitania do Ceará foram importantes definidoras do modo de ocupação do território, visto que tanto a criação de muares, quanto a distribuição de terras ocorreu com vistas a responder às limitações hidrológicas deste ambiente seco. No semiárido do Brasil, as chuvas são irregulares e sazonais. Uma média elaborada a partir das informações coligidas entre 1912 e 2002, aponta a existência de um período chuvoso, que vai de dezembro a maio, tendo no mês de março a maior pluviosidade (balanço hídrico

Capanema, na qual aparecia da segunda a sexta das treze orientações elaboradas (BRAGA, 2004, pp. 397-99, 193-196).

positivo); e outro seco (balanço hídrico negativo), variando entre os meses de junho a novembro, onde o mês de setembro é o de menor precipitação (DIAS, 2007, p. 40).

O clima seco e as chuvas mal distribuídas ao longo do ano impediram a formação de latossolos, que são solos profundos. Além disso, a formação cristalina do solo diminui o potencial de infiltração e a capacidade de acúmulo de água no subsolo, ao mesmo tempo em que é responsável pela aceleração do seu escoamento de superfície nos meses chuvosos. Ao sobrevir das chuvas, as águas correm céleres pelos veios e sulcos da terra em direção ao mar; e na mesma quantidade em que chegam, transformando o que antes eram ravinas em caudalosos riachos, vão-se, deixando apenas uma paisagem ausente, os rasgões na terra e na memória de quem viu a natureza transfigurar-se tão rápido.

Uma noção dessa configuração hídrica anterior à difusão da construção de barragens pode ser encontrada na carta do Ouvidor da Capitania do Ceará, Manoel Magalhães Pinto e Avelar, endereçada à rainha, D. Maria I, em 3 de fevereiro de 1787. Ao tratar dos embaraços causados pelas chuvas torrenciais às estradas e caminhos da capitania, o ouvidor relata que na estação chuvosa

pequenos regatos e torrentes, que no tempo da seca não levam agoa alguma, em os princípios da outra estação, desbordão de tal forma, e se tornão profundos, e caudalozos que fazem absolutam^{te} invadivens, impedindo toda a Comunicação e passagem de huas Villas para outras, e fiando interrompido por alguns mezes o Comércio interior do pais.²¹

Os rios a que o ouvidor se refere são rios intermitentes, que secam durante os meses de estiagem, deixando apenas algumas pequenas aguadas à mostra nos lugares em que haja afloramentos cristalinos dentro do leito, para servir de dique ou barragem natural. Também, é possível fazer uma cacimba ou poço nas margens do deflúvio. Assim, com exceção dos vales desses rios, no qual se pode encontrar um solo sedimentar formado pelos detritos arrolados pelas

²¹ Carta do ouvidor do Ceará, Manoel Magalhães Pinto e Avelar, à Rainha sobre a situação econômica da referida capitania. Quixeramobim, 3 de fevereiro de 1787. Quixeramobim. **Projeto Resgate**. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará. (1618-1632). AHU_ACL_CU_017, Cx.11, Doc. 644.

chuvas, nos lugares em que predominar o embasamento cristalino, o armazenamento de água estará comprometido.

Por isso, a ocupação do território por colonos pecuaristas teve de se adaptar a estas condições ecológicas. Tendo de dessedentar suas reses, cujo número era bem maior que a de suas famílias, os novos habitantes não podiam se afastar dos leitos dos rios e ribeiras, de onde se poderia, às vezes, abrir a terra até mesmo com as mãos e logo encontrar um fio cristalino de água. Ao analisar minuciosamente a distribuição geográfica das cartas de sesmarias, Thomas Pompeu Sobrinho (1979) concluiu que a expansão da pecuária seguiu os veios d'água, partindo da foz e se interiorizando até a cabeceira do rio. Na introdução deste trabalho póstumo, Raimundo Girão afirma que as primeiras doações as sesmarias tinham como frente ou *testada* a linha do litoral, servindo de “referência à largura ou *fundos* a linha do sertão”. Porém, segundo o autor,

as condições desfavoráveis do seu litoral e as propícias oferecidas pelas terras úmidas situadas às margens dos rios deslocaram as concessões para uma direção outra — a de serem atendidas rios-acima, da foz para as cabeceiras, o que, forçosamente, havia de imprimir, como imprimiu, aspecto topicamente potâmico ao povoamento do interior cearense (POMPEU SOBRINHO, 1979, p. 7)

Obedecendo ao avanço pelas ribeiras, por tanto, pelas terras mais úmidas, muitas vezes, os colonos justificavam o pedido da sesmaria por terem descoberto uma nova aguada, que poderia ser um riacho, uma lagoa, um brejo e até um olho d'água de onde se poderia tornar a terra produtiva. Foi este o caso de João Dantas Ribeiro, que em 20 de dezembro de 1732 solicita uma sesmaria porque “tem seus gados vacuns e Cavallares e não tem terras aonde os assituar, e porque na Ribeira do Jagoaribe hã Sobras como sejam dous olhos de agoa que estam junto a Serra do apody athe os providos do Riacho Figueredo”²².

Os solos eluviais e as rochas descobertas, que ocupam cerca de metade da superfície do atual estado do Ceará, guardavam importantes reservas de ervas forrageiras nativas que se prestavam à alimentação do

²² Carta de sesmaria doada em 20 de dezembro de 1732, nº 53 In: CEARÁ. **Datas de sesmaria**. Vol. 12, 1928, pp. 73-74.

gado, enquanto que os solos aluviais dos vales dos rios serviam de reserva hídrica durante o período seco. Nesse sentido, o movimento de expansão da pecuária não foi uma apenas busca por novas terras, foi também por água, pois de nada adiantaria uma imensidão de pastos se não houvesse uma fonte de água para troná-la produtiva.

No entanto, ao ressaltar as relações entre natureza e cultura, entre o regime hidrológico e a lógica de ocupação dos sertões é necessário tomar cuidado para não naturalizar a historicidade desse processo, como faz o historiador Raimundo Girão, ao afirmar que

não lhes sendo fácil nem retributiva a implantação do trabalho agrícola, por motivos vários, *a solução estaria na criação dos gados*, dada a íntima natureza dos campos de pastagens. Seria o boi o grande motor dessa nova economia [...] *Terra havia muita e para ocupá-la somente se faria preciso pagar com a coragem e mais alguns elementos materiais indispensáveis à fixação* (POMPEU SOBRINHO, 1979, p. 8. Grifos meus).

Ao entender o gado apenas como uma solução econômica às limitações físicas impostas pelas condições climáticas das terras secas do atual Nordeste, Girão induz a uma associação mútua e quase de cumplicidade entre os muares e as forragens do sertão, de modo que isto justifica a ocupação da terra, a expansão da pecuária e, na esteira, a truculência contra os indígenas. “Pagar com coragem” significa pagar com sangue. Conquanto nos primeiros anos as condições fossem muito favoráveis para multiplicação do rebanho, pois sobrevivia por volta de 90% das novas crias (POMPEU SOBRINHO, 1940, p. 160), com o aumento dessa população animal, novos problemas emergiram. É preciso, nesse sentido, atentar para os novos embates forjados a partir da inserção da atividade criatória nas capitanias do norte.

A quase ausência de predadores, zoonoses ou qualquer outro agente que abatesse o gado facilitou o seu aumento espontâneo. Do reino vegetal, apenas os *tinguís* (Mascaglia cartacca, Lefg; Macagnia rigida, Griseb; Magoni glabrata st. Hill) eram nocivos, ao passo que uma miríade de espécies de herbáceas e gramíneas que cresciam por entre as árvores da caatinga ou nas baixadas úmidas forneciam boas ramas mesmo nos meses de estiagem. Quanto à animália, somente algumas cobras peçonhentas, como a cascavel, a jararaca e a coral, e certo número de onças podiam causar algum dano ao fazendeiro.

Não obstante, a multiplicação dos rebanhos criados extensivamente, juntamente com a falta de manejo provocou o consumo desenfreado do pasto, reduzindo a biomassa disponível e desequilibrando a capacidade de algumas ervas medrarem novamente, notadamente, as de maior valor nutritivo, visto que eram as mais consumidas. Pompeu Sobrinho (1940, p. 170) observou que “isto, durante anos seguidos, acaba por eliminar aquelas boas ervas forrageiras, que são imediatamente substituídas por outras muito inferiores ou completamente inúteis”.

Outro problema que emergiu com a atividade criatória foi a maximização da percepção das secas periódicas até esta tornar-se uma calamidade. Com efeito, as secas são menos fenômenos climáticos do que socioculturais, haja vista que sem um contingente humano para senti-la e experienciá-la, ela inexistia. Foi através do aumento demográfico, da perda material, de animais domésticos e de capitais que os habitantes do sertão as sentiram cada vez mais.

É interessante observar que a população autóctone melhor lograva contornar as longas estiagens, dado que possuíam baixa densidade demográfica, podiam se deslocar para zonas mais úmidas, dominavam vasto conhecimento da flora que era fonte de água e alimento, cavavam poços e manipulavam os cursos dos rios para criar pequenas barragens em lugares estratégicos, servindo também à caça dos animais que buscassem estes reservatórios.

Já os sertanejos e vaqueiros, por serem mais populosos e relativamente bem fixados; por estarem responsáveis por enormes rebanhos que tinham de alimentar e dar de beber; por se encontrarem pouco abastecidos de víveres; e por subirem até as cabeceiras de todos os cursos d'água, mesmo os de menores proporções, capilarizando-se e embrenhado-se por todo o sertão, sobrecarregavam o sistema hídrico e sofriam com a falta de chuvas. Para que se tenha uma ideia do aumento populacional na capitania do Ceará, segundo o relatório do governador Jozé César de Menezes, a população girava em torno de 61 mil em 1782, já em 1808, o Governador Geral da Capitania, Barba Alardo de Menezes, estima o número de habitantes seja por volta de 125 mil ²³. Além disso, é bem sabido que a seca de 1777-79 atingiu fortemente a

²³ Para a referência à relação de Jozé César de Menezes Cf. Francisco José Pinheiro (2008, p. 112); para a referência de Barba Alardo de Menezes, Cf: MENEZES, Barba Alardo de. Memória sobre a Capitania do Ceará. In: **Revista trimestral do IHGB**. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: Livreiro editor, 1871, p. 276.

criação de gado e desmantelou a indústria das carnes secas, bem como a seca do triênio 1877-1879, que mudou até mesmo as relações sociais paternalistas.

No entanto, mesmo antes do forte adensamento populacional, o gado já era o cerne de problemas de outra ordem: a guerra contra o índio. De acordo com Thomas Pompeu Sobrinho (1940, pp.163-65), os motivos pelos quais os índios atacavam os gados podiam ser tanto pelo desconhecimento dos nativos acerca dos hábitos e costumes dos colonos, julgando serem os animais domésticos uma modalidade de caça; quanto, para aqueles que já tinham contato mais estreito, uma forma de penalizar os fazendeiros quando achessem necessário. No que concerne a ribeira do Jaguaribe, predominou o segundo caso, pois desde muito cedo alguns grupos tapuias, já colaboravam com os holandeses, motivo, inclusive, de terem atraído a inimizade dos luso brasileiros e seus aliados. Embora a documentação coeva – toda ela produzida pelos vencedores – pouco informe sobre as razões dos grupos nativos para organizar os levantes, simplesmente taxando-os de tapuias, infíeis e bárbaros²⁴, é possível inferir que tenha havido fatores ambientais, pois o gado e os novos colonos acirram a competição ecológica ao ocupar as aguadas, ao consumir as aves de arribação e os pescados que se refugiavam nas pequenas lagoas do leito dos rios.

Houve inúmeros episódios destes levantes indígenas na narrativa colonial, no entanto, eles não ocorreram de forma organizada e sistemática. Embora a documentação coetânea trate os episódios sob o epíteto de “Guerra dos Bárbaros”, atribuindo, por tanto, uma unicidade semântica a contextos bélicos peculiares, não é possível falar em uma unidade e chefia por parte dos índios. A leitura que se faz de uma confederação indígena, passa, necessariamente, pela noção europeia do conflito. Ao contrário disso, o que se faz sentir é um padrão dispersivo que permitia ao invasor jogar com as diferenças e com a animosidade entre os grupos indígenas, a fim de que combatessem entre si. No caso

²⁴ Pedro Puntoni (2002, p.67) afirma que o termo não significava um etnônimo, pois “tapuia passou a designar um conjunto de tribos que, apesar de heterogêneo, era percebido, pelo esquema classificatório, como portador de traços de identidade”. A distinção lingüista foi a mais preponderante, tendo organização associada à estratégia de catequese. Em razão da diversidade de línguas, os tapuias eram aqueles que não falavam o tupi, portanto, não eram alcançados pela catequese realizada na *língua geral*, ou “tupi iniversal”. Quanto ao adjetivo *infíel* para designar os tapuias, sabe-se a partir da segunda metade do século XVII esse termo foi preferido ao *gentio*, já que a conversão de alguns janduis aliados aos holandeses à fé reformada justificava a permuta do termo.

dos “sertões de fora”, cujo território era composto pelas capitanias do rio Grande Ceará e Paraíba²⁵, o grupo natural era os tapuias, que por sua vez estavam divididos em inúmeras nações que carregavam os nomes de seus chefes, quais sejam, os janduís, os canindés, os icós, os paiacús, os caborés, dentre, outros. Estas nações guerreavam constantemente entre si (PUNTONI, 2002, pp. 77-87).

A partir do fim da década de 1680 ²⁶, os vassalos do rei português estabelecidos em centros costeiros de povoação mais antiga, sobretudo em Pernambuco e Rio Grande, devassaram os sertões em busca de novos pastos para a atividade criatória, e pela busca do apresamento de índios para serem escravizados nos currais, plantações de cana, ou engenhos, além de servirem às ordenanças nas escaramuças contra outros índios ainda não conquistados (PUNTONI, 2002; GOMES, 2011, pp. 191-194). A conquista dos sertões visava a garantir o real domínio do território, tanto sobre a ameaça externa de outras potências europeias, como Holanda e França, quanto combater o “inimigo interno”, representado pelo índio tapuia ²⁷.

Na ribeira do Jaguaribe, merece especial atenção um episódio da Guerra dos Bárbaros que ficou conhecido como o “Massacre do Jaguaribe”, ocorrido em 1699. Nos últimos dias de julho, o mestre de campo Manuel de Moraes Navarro, deixou o seu arraial no Açú e partiu em direção à ribeira do Jaguaribe, acompanhado dos capitães Pedro Carrilho de Andrade e Teodósio da Rocha, e sua força militar, composta por cerca de 130 infantess e 250 *tapuias* aliados da nação dos *janduís*. No início de agosto, o grupo chegou a um acampamento *paiacú*, que contava com a presença do padre João da Costa, onde foram recebidos com festejo. Porém, diante de um clima de desconfiança recíproca,

²⁵ Para compreender a dispersão dos grupos indígenas no interior das capitanias do norte, conferir o *Mapaetno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*, elaborado a partir das informações de Curt Nimuendaju, 1981. In: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg>, acessado em 13 de agosto de 2013.

²⁶ Segundo Pedro Puntoni (2002, p. 124), “apesar da dificuldade que o historiador tem em fixar exatamente o início desse conjunto de conflitos, a maior parte da documentação insiste em notar que a partir dos primeiros meses de 1687 assistia-se à retomada dessas revoltas e levantes que conduziram, em movimento ascensional, a um estado de conflagração generalizada”.

²⁷ Cabe lembrar que além da expulsão holandesa, em 1654, havia a ameaça francesa, que era justificada pela fundação da França Antártica, no Rio de Janeiro (1555-1560) e posteriormente da França Equinocial, no Estado do Maranhão (1612-1615).

Manuel de Moraes Navarro iniciou o massacre, usando como senha para que seus companheiros abrissem fogo, um tiro seu disparado contra um índio *paiacú*. Em carta escrita mais tarde, Navarro explicou o planejamento de sua emboscada, pelo que se orgulhava a morte de mais de 250 índios. Outro depoimento coevo dá conta da morte de 400 índios, além do apresamento de outros 300. (PUNTONI, 2002, pp. 243-45).

Este caso é exemplar para se pensar outras batalhas travadas em ribeiras diversas, visto que era comum uma ação que viesse seguida do apresamento indígena, por interessar aos particulares, que poderiam ficar com os escravizados. De acordo com as determinações do Governador de Pernambuco, João da Cunha Solto Maior, de 14 de março de 1688, os tapuios

nesta guerra seriam escravos daqueles que os cativassem, assim como este e um grande estímulo para o gosto dos soldados, e muito importante o reparo que Vossa Mercê deve fazer *em não consentir que deixem de degolar os Barbaros grandes só para os cativarem, o que principalmente farao aos pequenos, e as mulheres de quem nao pode haver perigo, que fujam ou se levantem* (STUDART FILHO, 1966, p. 71, grifos nossos)

Os cofres régios também se beneficiavam pela captura dos índios mais novos e das mulheres, visto que exigia o pagamento do *quinto da guerra*, ou seja, a quinta parte das presas (GOMES, 2010, p. 124). A truculência e crueldade empregada na “guerra brasílica” aos índios homens adultos ficam evidentes nesse episódio da ribeira do Jaguaribe. Além disso, vale destacar a utilização dos índios *jandúls* que já haviam sido incorporados às ordenanças.

As primeiras solicitações de sesmarias na ribeira do Jaguaribe quase sempre possuíam, dentre suas justificativas, a participação e o engajamento do solicitante na guerra contra os “bárbaros”. No caso do pedido de sesmaria de 12 de fevereiro de 1682, realizado por Antonio de Albuquerque, Morada Câmara, Paulo da Costa e mais trinta pessoas, as justificativas eram que

elles pesuem Cantitdades deGado Vacuns eCavalares eoutras criasdõins não tem terras suas emque posam Situar deque recebem perda eprejuizo a fazenda Real ehora tem descoberto

nos Confins do sertão [...] muitas terras devolutas edesaproveitadas as quais descobriram elles Suplicantes com grande Risco desuas vidas dispendio desuas fazendas por serem habitadas devarias nas ãoins de gentios bárbaros²⁸.

Não raro, nas solicitações de sesmarias, justificava-se a expansão da atividade criatória para o aumento da Fazenda Real. Também ressaltavam as perdas e os riscos que sofriam durante a conquista das novas terras que eram dadas ao rei como símbolo de lealdade. José Eudes Gomes (2010, p. 137) chama atenção para a economia desse tipo de mercê, pois não havia nenhum “critério de ascendência de fidalguia”, o que a possibilitava a qualquer vassalo do rei que estivesse disposto a ocupar e a tornar produtiva a terra ao preço que fosse necessário.

A partir da observação da quantidade de sesmarias doadas²⁹ desde os últimos vinte anos do século XVII até 1824, quando da última doação, é possível criar balizas temporais para a melhor periodização da ocupação efetiva, além de entender os contornos do conflito e o papel que atividade pastoril desempenhou.

Tabela 1: Distribuição de Sesmarias na capitania do Siará Grande

Período	Pecuária	Agricultura	Agricultura + Pecuária	Total
		a		

²⁸ Carta de sesmaria doada em 22 de fevereiro de 1682, nº 26 In: CEARÁ.

Datas de sesmaria. Vol. 1, 1920, pp. 59-63.

²⁹ De acordo com a legislação portuguesa, depois de solicitada a terra, o sesmeiro tinha cinco anos para torná-la produtiva, do contrário, o contrato perdia seu valor e a terra poderia ser novamente pedida. Além deste pré requisito, ficava obrigado ao sesmeiro pagar o dízimo de tudo o que fosse produzido à Coroa, “a dar caminhos livres ao concelho (*sic.*) para pontes, fontes e pedreira” e a fazer cumprir “sempre em tudo as ordens de Sua Majestade”, ou dito de outra maneira, o sesmeiro devia fidelidade ao rei português. Estas exigências moldaram a estrutura fundiária, pois acabavam por beneficiar os requerentes de maiores cabedais que poderiam mais facilmente tornar as terras produtivas. No caso da capitania do Ceará, merece destaque o caso do comissário gera Lourenço Alves Feitosa que obteve 22 datas de sesmaria (GOMES, 2010, pp. 136-142, 150).

1679- 1699	254	-	07	261
1700- 1709	583	00	12	595
1710- 1719	324	02	12	338
1720- 1729	383	12	26	421
1730- 1739	300	11	20	331
1740- 1749	212	15	11	238
1750- 1759	50	07	03	60
1760- 1769	06	-	-	06
1770- 1779	09	-	01	10
1780- 1789	12	07	02	21
1790- 1791	28	12	07	47
1800- 1809	12	02	04	18
1810- 1819	47	08	34	89

1820- 1824	26	00	01	27
Sem definição	-	-	-	10
Total Geral	2.246	76	140	2.472

FONTE: PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará, 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 23.

De acordo com a tabela elaborada por Francisco José Pinheiro a partir das datas de sesmarias doadas, é possível afirmar que há uma predileção dos solicitantes pela pecuária, pois dos 2.472 pedidos de cartas, 2.246, ou seja, 91% deles tinham como justificativa apenas a criação do gado. Verifica-se também que durante os primeiros vinte anos (1679-1699) foram doadas 254 cartas, o que representa 13 cartas por ano, ao passo que nas duas décadas seguintes (1700-1719) o número de doações cresceu para 907, representando em média a doação de 45 cartas anuais. Este segundo período também corresponde ao momento em que se acentuou a violência contra os indígenas.

Ainda segundo Pinheiro (2008, pp. 25-26), nas décadas finais do século XVII, o número de absenteístas, ou seja, de solicitantes que eram moradores de outras capitanias e, por isso, muitas vezes não a ocupavam de fato, estava em torno de 45%, caindo para 17% na primeira década do Setecentos e para 0,05% para a segunda década. Destarte, pode-se inferir que a expansão do gado vacum, ao mesmo tempo em que atendia o interesse da Coroa lusitana de tornar as terras dos sertões produtivas, era motivo de conflitos virulentos com os grupos indígenas habitantes destes territórios.

Ainda de acordo com a **tabela 1**, percebe-se uma alta taxa de doações entre 1679-1749, seguida de um abrupto declínio nas décadas seguintes. É possível inferir que por volta dessa data o território já houvesse sido quase todo esquadrinhado pelo sistema sesmarial. A territorialização do poder foi profundamente marcada pelas limitações ecológicas do processo de ocupação. Assim como os rios serviram de estradas à penetração colonial, as ribeiras dos rios limitaram fortemente as relações de poder. Nesse sentido, as redes de comércio, familiares e de poder obedeceram, até a segunda metade do século XIX, a potamografia do território, de modo que a elite de Aracati, por estar na foz do maior rio do Ceará, com uma bacia hidrográfica da metade dos

limites atuais do estado, possuía a melhor e maior rede de influência, mantendo a autonomia em relação à Fortaleza, então capital administrativa. A maior parte das “vilas de branco” fundadas no século XVIII tinha como escopo a reprodução e a circulação da atividade da pecuária pelas ribeiras. Os pontos escolhidos geralmente eram nos cruzamentos de estradas de vaqueiros, como foi o caso da vila do Icó, fundada em 1738 no cruzamento da Estrada Geral do Jaguaribe e da Estrada das Boiadas; em lugares de boas pastagens, como a vila de Russas, fundada em 1802; e na foz dos principais rios, como o Jaguaribe, Acaraú e Coreaú (JUCÁ NETO, 2009, p. 85).

1.2.3 A vila de Aracati e os sertões do Jaguaribe

Com efeito, em nenhum outro ponto do litoral, desenvolveram-se laços tão profundos com o sertão como no caso da capitania do Ceará, especialmente, a vila de Aracati. Em oposição às outras capitanias do norte, como Rio Grande, Pernambuco e Paraíba, o território que hoje compreende o estado do Ceará não possui o litoral no bioma *Mata Atlântica* e, por conseguinte, não possui uma zona de transição entre este e o bioma *Caatinga*, que é chamada de *Agreste*. Para que se tenha uma noção, deixada a estreita faixa litorânea em que se encontra o Aracati, em pouco mais de 20 quilômetros para o interior, já predomina o clima semiárido (DIAS, 2007, p. 40). Assim como o bioma *Caatinga* não encontra barreira ou limitação e vai de encontro ao ecossistema litorâneo, a sociedade do couro, forjada no íntimo dos sertões também se aproxima do litoral, empregando suas marcas.

Inicialmente conectada ao comércio do gado, a vila de Aracati foi fundada na foz do Jaguaribe, no cruzamento de dois caminhos da capitania do Ceará. De um lado, a vila era cortada pela Estrada Velha – a mais antiga das estradas reais –, que no litoral do Ceará seguia no sentido leste-oeste. Já no sentido norte-sul, seguia a estrada Geral do Jaguaribe, desde a foz do rio homônimo até o Cariri, na chapada do Araripe (**Figura 3**).

A criação da Estrada Velha esteve ligada ao interesse lusitano de encontrar um caminho de terra que conectasse o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. A corrente das águas e o sentido dos ventos da costa leste-oeste das capitanias do norte era um problema incontornável quando se pensava em conectar os dois estados e que só pôde ser superado com as primeiras embarcações a vapor em meados do século XIX.

A corrente Subequatorial se bifurca na altura do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, formando a corrente do Brasil, que desce rumo ao sul percorrendo a costa do Brasil; e a corrente das Guianas, que segue costa acima até o Caribe. A presença da segunda corrente facilitava sobremaneira a navegação à vela para o Norte. Em contra partida, navegar no sentido contrário se fazia tarefa impossível, de modo que era necessário alcançar a altura das Canárias, da Madeira, ou Cabo Verde para regressar a costa Leste e Sul do Estado do Brasil. Nos idos do século XVII, o padre Antonio Vieira explica que

uma das mais difficultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano hé a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixos, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinência dos ventos, e por perpetua correnteza das aguas [...] Com esta contrariedade continua das aguas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quasi innavegavel para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nenhum modo se póde navegar por fora, e do Maranhão para o Ceará, com grandissima dificuldade o só em certos mezes do anno, que são os de maior inverno (VIEIRA, 1904, p. 97).³⁰

Nos poucos meses do ano em que era possível realizar a viagem Maranhão Ceará, o jesuíta ainda ensina que só poderia ser praticada durante poucas horas da madrugada, a fim de aproveitar as pequenas lufadas de vento de uma brisa que corta a noite. À guisa de exemplo, o padre conta o caso de dois jesuítas que, tendo deixado o porto de São Luís em direção a Camocim, debalde, navegaram cinquenta dias contra a corrente até que desistiram e resolveram retornar, viagem que realizaram em apenas doze horas.³¹ Por duas vezes, sofreu também com os caprichos dos ventos e correntes Martins Soares de Moreno quando tentava uma viagem nesta costa: a primeira, em 1613, levou-o para a ilha de São Domingos, atual Haiti, depois às Bahamas, de onde foi levado à Espanha; ao que consta, em 1617 embarcou da barra de Cumã em um “barco velho e mal aparelhado”, e após uma tempestade,

³⁰ VIEIRA, Antonio. Relação da Serra da Ibiapaba. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, Tomo XVIII, 1904, p. 97.

³¹ *Idem*. p. 98.

desembarcou outra vez em São Domingos. (STUDART, 1903, pp. 196, 204).

Percebendo as limitações impostas pelas forças da natureza aos desígnios lusitanos, o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 59) afirma que “a separação entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (1621), cujos limites começavam exatamente na altura do Cabo de São Roque, responde ao quadro de ventos e marés predominantes na costa sul-americana”.

Nesse sentido, fazia-se imperativo encontrar uma rota terrestre que ligasse os dois estados. A mais antiga das estradas reais do Ceará, a estrada Velha conectava já desde o início do século XVII o Ceará ao Estado do Maranhão pelos “sertões de fora”, mas o caminho foi perdido após a conquista holandesa. Sabe-se que a travessia foi percorrida por Vidal de Negreiros em 1656, quando deixou o posto de capitão geral do Maranhão para assumir o posto de Governador de Pernambuco (ALENCASTRO, 2000, p. 60); e o mesmo trajeto realizou o padre Vieira, quando deixou São Luís e seguiu para a serra da Ibiapaba (ABREU, 1989, p. 68). Porém, as dunas e areias do litoral, bem como a existência de inúmeras fozes de rios significavam grandes óbices ao trajeto regular pela estrada. Segundo Studart Filho (1937, p. 18), “os accidentes topographicos que juncavam a estrada, mormente no trecho relativo ao Maranhão, faziam-na inacessivel a outros que nao a peoes, tornando-a, portanto, impropria á conducccão de generos e productos”. Sua importância também foi minorada após a abertura de um novo caminho que ligava o Maranhão com a Bahia pelo interior.

A outra importante estrada que cortava a vila do Aracati era a Estrada Geral do Jaguaribe (**figura 3**). A determinação de seu traçado seguindo o vale deste rio e depois pelo vale do rio Salgado está ligada ao vetor das incursões de conquista pelas ribeiras desta capitania e ao estabelecimento das fazendas em suas margens. Uma vez que o Jaguaribe era a principal bacia hidrográfica da Capitania, cobrindo pouco mais da metade do seu território, o alcance da estrada não poderia ser diferente. Descendo-a até o riacho do Sangue, podia-se realizar conversão para o ocidente e alcançar a ribeira do Acaraú pela Estrada Nova das Boiadas, ou para o oriente e alcançar Recife. Mais ao sul, no ponto em que o rio Salgado deságua no Jaguaribe, estava a Estrada das Boiadas, pela qual se poderia alcançar vastos territórios dos sertões do Ceará até o Piauí, além dos sertões da Paraíba e o litoral pernambucano. Por fim, era cortada no extremo sul pela Crato-Pinacó e Crato-Oeiras.

Semelhante ao movimento das águas em tempos de chuva, que correm da cabeceira à foz, para a Estrada Geral do Jaguaribe confluía os fluxos de comércio dos sertões de toda a bacia do rio homônimo – e até mesmo além -, conectando-a com as importantes estradas já citadas, mas, outrossim, com os inúmeros pequenos caminhos formados ao longo dos pequenos veios d'água.

Após o surgimento das primeiras oficinas de carne salgada no povoado Porto dos Barcos, o gado que antes seguia em pé pelas estradas das boiadas até os maiores centros consumidores de Pernambuco, passou a caminhar pela Estrada Geral do Jaguaribe rumo à foz do rio para ser abatido e salgado. Ao tempo em que o gado era transportado vivo, a perda de cabeças e a qualidade das reses ficavam comprometidas pelas longas marchas, pelo que o gado era comprado a um preço menor. Além disso, o subsídio do sangue pago pelas boiadas que deixavam a capitania, minorava ainda mais os lucros dessa atividade.³² Com a

³² Segundo Renato Braga (1947, p. 151), “as oficinas não tardaram a atrair as boiadas do sertão. Trazendo-as a marinha, os fazendeiros evitavam os percalços das grandes caminhadas e ganhavam o imposto de 400 réis por boi e 320 réis por vaca, chamado de subsídio do sangue, cobrado sobre o gado abatido que não era de se desprezar numa matança de milhares de cabeças e quando a arroba de carne fresca se vendia a 240 réis. As boiadas que se deslocavam para as feiras pernambucanas e baianas começaram a rumar em direção a foz das suas próprias ribeiras. Este movimento local, marinha e sertão interpenetram-se comercialmente e os laços administrativos entre as duas tornam-se mais efectivos”.

ativação do comércio marítimo que ligava o porto de Aracati – e depois Camucim – com Pernambuco tornou-se possível maior acúmulo dos lucros dentro da capitania Ceará, permitindo a inversão de capitais dentro das vilas envolvidas com essa atividade, além disso, diversificou a economia com a exportação dos produtos já beneficiados, como o couro em cabelo, atanados e meios de sola³³.

O comércio dos produtos da pecuária ocupava lugar secundário na dinâmica econômica da Coroa portuguesa. Porém, “para que se faça justo o conceito das boiadas que se tirão a cada anno dos curraes do Brasil”, André João Antonil afirma que anualmente exportavam-se para o Reino 50 mil meios de sola vindos da Bahia, 40 mil de Pernambuco e até 20 mil do Rio de Janeiro (ANTONIL, 1837, p.206). Somente este produto beneficiado do gado, produzia de rendimento anual 201:800\$000 (**tabela 2**).

Tabela 2: Resumo de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal: e do seu valor (início do século XVIII).

Produto	Valor
Açúcar	2 535:142\$800
Tabaco	344:650\$000
Ouro	614:400\$000
Meios de sola	201:800\$000
Pau Brasil	48:000\$000

Fonte: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**: por suas drogas e minas. Rio de Janeiro: Villeneuve e Cia, 1837, p. 206.

Como pode ser observado na tabela supracitada, os meios de sola ocupavam a quarta posição dos produtos exportados pelo Estado do Brasil. Já o tabaco, que era enfiado em couro, ocupava terceira posição. Ainda segundo Antonil, os 50 mil meios de sola da Bahia eram vendidos a 1\$980 réis a unidade, o que totalizava 99.000\$000 para o erário régio; dos 40 mil advindos de Pernambuco, negociava-se a unidade a 1\$750, cuja importância total era de 70.000\$000; por fim, o

³³ Segundo Ribeiro Júnior (2004, p. 146), os atanados eram as solas curtidas, tornando-se mais firmes; os meios de sola era a parte do couro bruto já seco, destinado, principalmente para as sapatarias; e o couro em cabelo era a peça bruta e salgada.

Rio de Janeiro possuía a menor produção, com 20 mil meios de sola, e cujo valor unitário era de 1\$640, equivalendo a 32.000\$000. Assim, a contribuição da Bahia era de 45,4%, a de Pernambuco era de 36,6% e a do Rio de Janeiro era de 17,9% (ANTONIL, 1837, p. 205).

Somente pelos cálculos realizados por Antonil sobre os meios de sola, pode-se perceber a importância da atividade criatória no comércio atlântico. Some-se a isto a arrecadação sobre outros produtos beneficiados como o couro em cabelo, a carne salgada, os atados, entre outros. Não obstante o largo volume de exportação dos produtos derivados da pecuária, o seu valor de venda era inferior ao da indústria açucareira. Segundo Jucá Neto (2007, p. 184), no ano de 1778, Na Capitania de Pernambuco e anexas, foram produzidas 8.600 caixas de açúcar branco (361.200 arrobas) ao preço de 2\$500 por arroba, que somado ao açúcar mascavo que era comercializado a 1\$800 a arroba, rendeu um montante de 958.112\$400. Já os atados – único produto da pecuária calculado em arroba – eram vendidos apenas por \$110. Somado este produto às unidades de couro em cabelo (2\$400), meios de sola (1\$600) e vaquetas (1\$200), os lucros obtidos na pecuária foram de 296.319\$320, o que representou apenas 28,01% das transações comerciais de Pernambuco com o reino.

A partir desse breve quadro, fica evidente a posição periférica da empresa criatória nos rendimentos da capitania de Pernambuco, embora apartada do caráter subsidiário da empresa açucareira. Intimamente conectada ao universo da pecuária, a capitania do Ceará era também periférica. Isso pode ser observado pela arrecadação dos dízimos na Capitania de Pernambuco e suas anexas. Entre 1774 e 1778, foi arrecadado nesta capitania e anexas a importância de 533.045\$023, da qual 56.701\$900, ou seja, apenas 10,63%, provinham das ribeiras da capitania do Ceará (JUCÁ NETO, 2007, pp. 188-189).

Porém, ao mudar a escala apenas para a capitania do Ceará, no mesmo período do século XVIII, a empresa criatória e, por conseguinte, a vila de Aracati deixa de ter papel coadjuvante e passa a desempenhar um papel aglutinador na esfera econômica. Sendo o gado o produto quase que exclusivo da Capitania, a arrecadação orbitava em torno da pecuária. Ao analisar a arrematação de dízimos, Jucá Neto (2007, p.190) observa que 72,6% do total foram provenientes das freguesias da bacia do Jaguaribe, as quais estavam em maior ou menor escala conectadas ao porto do Aracati. Por isso, segundo Valdelice Girão (1984, p. 92), desde o primeiro quartel do século XVIII, o povoado Porto dos Barcos já era o “reduto econômico” da capitania, enquanto cabia a Aquiraz “a

primazia de cabeça de Comarca concedendo a Fortaleza o privilégio de residência das autoridades”.

Além dos rendimentos obtidos pela exportação da carne salgada e dos couros, os comerciantes residentes em Aracati lucravam também com a importação de diversos gêneros que seriam comercializados pelos sertões. Pela Estrada Geral do Jaguaribe seguiam até o Icó os gêneros básicos de abastecimento dos sertões. De acordo com Studart Filho (1937, p. 28), “as mercadorias de procedência estrangeira vindas do Aracati eram conduzidas em chiantes carros de bois ate Icó, onde estacionavam por ser o caminho daí por diante intransitavel, mesmo a esse rustico meio de transporte terrestre”. Este comércio, segundo João Brígido, foi intenso até a seca de 1845. Anualmente, “mais de dois mil pesados veículos conduziam do Aracati para o Icó, e vice-versa, cada carro de doze bois, as mercadorias estrangeiras e gêneros nacionais, com que se faziam quantiosas permutas” (BRÍGIDO, 2001, pp. 171-172).

Nesse sentido, a razão do desenvolvimento de Aracati foi seu posicionamento estratégico entre dois movimentos que tinham o porto como destino. Por um lado, havia um movimento proveniente dos sertões, do interior da ribeira do Jaguaribe e de capitânias adjacentes, como o Piauí, e que tinham como objetivo levar o gado criado nas fazendas estabelecidas ao longo das ribeiras até a vila de Aracati, onde as reses seriam abatidas, salgadas e enviadas às praças de Salvador e Recife. Destas, saíam a segunda corrente, que levava ao Aracati víveres e mercadorias para abastecer as fazendas dos sertões do Jaguaribe (NOGUEIRA, 2010, p.94).

Assim, o Aracati serviu de zona de contato, na qual o “litoral” se encontrava com o “sertão”. Russel Wood (1998, pp. 187-250), ao discutir as relações travadas no Império português, afirma que um núcleo urbano, que podia ser a uma vila ou cidade, correspondia a um “centro”, pois muitas vezes o poder que exercia exorbitava suas demarcações geográficas e alcançavam outros espaços. A condição de “núcleo” era muito fluida no período colonial e variava conforme a região; sua importância variava conforme os interesses da Coroa, e seu *status* dependia da sua capacidade multifuncional enquanto “centro de governo, bispado, comércio, importância estratégica para defesa, crescimento populacional e capacidade de adaptação” (WOOD, 1998). Por sua vez, as periferias do Império estavam associadas a um termo corriqueiro em Angola e Brasil, o “sertão”.

A vila situada na foz do Jaguaribe vivenciou uma relação dúbia ora atuando como “centro”, quando analisada suas relações com os

sertões do Jaguaribe; ora como “periferia”, por estar em condição política e administrativa subalterna a outras praças comerciais, como Recife e Salvador.

Mesmo com o dismantelamento de grande parte das oficinas e o decréscimo da charqueada em decorrência da seca que assolou o Ceará em fins do século XVIII, Aracati permanece como núcleo aglutinador e hegemônico no Ceará até meados da primeira metade do século XIX. A influência política e econômica que o escoamento do couro e carne salgada havia conferido a vila perdurou durante boa parte do XIX, agora relacionada à exportação do algodão para a praça comercial do Recife. Ao longo do Oitocentos, Fortaleza tornar-se-á a principal praça comercial do Ceará, ocupando a função que a vila de Aracati desempenhou durante o século XVIII. A produção algodoeira, progressivamente escoará para o porto da capital, a exclusividade do comércio do couro que antes estava com os comerciantes da foz do Jaguaribe será cindida e, conseqüentemente, Fortaleza será o maior centro importador (LEMENHE, 1991, p.66).

A política nacional de centralização do poder em torno das capitais provinciais e a limitação de forças das municipalidades direcionaram para Fortaleza não só as instituições e os investimentos, mas a própria produção do interior. Para Maria Auxiliadora Lemenhe (1991, p. 88), “o início da quebra da hegemonia de Aracati [...] deve ser buscado no quadro político-institucional do Império, que tendeu a privilegiar as capitais, como núcleos principais na captação dos excedentes da província, às custas da contenção dos demais”.

Outro importante fator para a constituição de Fortaleza como centro aglutinador da província em detrimento de Aracati foi a superação econômica do porto de Aracati, principal entreposto comercial até o início do século XIX, pelo porto de Fortaleza. A partir da análise sobre a arrecadação de impostos em ambos os portos, entre 1847 e 1854 (**Tabela 3**), é possível perceber a rápida superação do porto da capital em relação ao da foz do Jaguaribe.

Tabela 3: Arrecadação de Impostos sobre comercialização exterior e nacional, nos portos de Fortaleza e Aracati 1847-1854 (réis)

	Fortaleza	Aracati
--	-----------	---------

Ano	Exterior (a)	Nacional (b)	Total	Exterior (a)	Nacional (b)	Total
1847	2:838\$203	467\$290	3:305\$993	1:471\$876	1:092\$782	2:564\$658
1848	8:325\$143	222\$701	8:547\$944	2:426\$450	1:085\$303	4:011\$753
1849	4:233\$279	84\$695	4:317\$954	1:072\$686	1:498\$648	2:571\$328
1850	9:403\$781	159\$705	9:663\$486	6:007\$958	1:692\$333	7:700\$291
1851	9:603\$381	39\$061	9:642\$442	8:699\$148	1:425\$444	10:124\$592
1852	10:685\$968	243\$245	10:929\$213	4:705\$758	1:441\$133	6:146\$891
1853	13:658\$310	333\$005	13:991\$315	50\$061	2:382\$464	2:432\$525
1854	18:311\$901	397\$085	18:707\$986	93\$990	3:587\$432	3:680\$422

Fonte: BRASIL, Thomas Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Tomo I, 1863, pp. 632-633.

(a): taxa de 5%; (b): taxa de 2,5%

A partir dos impostos arrecadados, fica evidente o crescimento do volume de trocas estrangeiras realizado pelo porto de Fortaleza em menos de uma década, visto que entre 1847 e 1854 a importância arrecadada subiu 2:838\$203 para 18:311\$901. Por outro lado, no mesmo período a arrecadação de Aracati minorou, saindo de 1:471\$876 para 93\$990. Já no que concerne ao mercado interno, o imposto coletado pela capital decresceu, de 467\$290, em 1847, para 397\$085, em 1854, ao passo que no Aracati se deu o caso contrário: 1:092\$782 no início da periodização e 3:587\$432 no final. Com efeito, pode-se afirmar que a partir de meados da década de 1850 a atividade portuária de Aracati se voltou para o comércio com as demais províncias do país.

Com exceção do ano de 1849, as exportações de Aracati para o exterior subiram até 1851, quando do fechamento da alfândega. Em 1850 e 1851, a exportação de ambos os portos estiveram equiparadas, o que demonstra que até então Aracati ainda lograva escoar a produção algodoeira dos sertões do Jaguaribe pelo seu porto. Portanto, pode-se inferir que as condições ecológicas da foz do rio ainda eram propícias e ainda acomodavam os barcos de maior calado que se direcionavam à navegação transatlântica.

A transformação da alfândega de Aracati em Mesa de Rendas, em 1851, representou a consolidação do processo de aglutinação dos poderes em torno de Fortaleza, que resultou na quebra dos laços de fidelidade entre Aracati e os sertões. Muitos comerciantes residentes nessa praça, ou que mantinham relações com ela, transferiram-se para outros centros. Além disso, muitos comerciantes e produtores dos sertões optaram pelo porto da capital em razão da dupla tributação que recaía sobre a exportação pelo Aracati, uma vez que os produtos ficavam sujeitos ao pagamento do imposto nacional de 2,5% quando deixavam a província, acrescido do imposto internacional de 5% quando se direcionavam para a Europa.

Isso resultou na retração econômica da cidade que durante todo o século XVIII foi o centro da capitania do Ceará. Ao observar, por exemplo, o aumento populacional, percebe-se o pequeno incremento demográfico em relação à capital (**Tabela 4**).

Tabela 4: crescimento populacional das vilas, depois municípios de Aracati e Fortaleza

Ano	Aracati	Fortaleza
1804 ^(a)	5.333	9.624
1813 ^(b)	6.033	12.810
1860 ^(c)	19.667	35.373

Fonte: (a) MENEZES, Barba Alardo de. Memória sobre a Capitania do Ceará. In: **Revista trimestral do IHGB**. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: Livreiro editor, 1871, pp. 255-286; (b) BRASIL, Thomas Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Tomo II, 1864, p. 288; (c) BRASIL, Thomas Pompeu de Sousa. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Tomo I, 1863, pp. 50, 17.

Durante o século XIX, o Aracati deixou de ser o centro mais dinâmico do Ceará e a atividade portuária decresceu de importância. Não obstante, discutir-se-á, no próximo capítulo a paisagem da cidade a partir da abertura dos portos em 1808, pois, uma vez que se está

preocupado com as “paisagens do olhar”, ou seja, a forma como os indivíduos apreendem e representam o território, tem-se durante o século XIX maior diversidade de olhar, seja pelas diversidades nacionais, seja pelas diferenças institucionais desses observadores.

1.3 A colonização alemã no sudoeste africano

O domínio colonial alemão no sudoeste da África não passou de uma breve nota em uma longa narrativa histórica. Há milhares de anos inúmeros grupos humanos ocuparam este território. Não cabe aqui analisar a dispersão, os avanços e recuos das diferentes etnias, o que demandaria um vasto diálogo com a arqueologia e a etnografia. Aqui, basta dizer que nos anos anteriores à formação da África do Sudoeste Alemã (DSWA),³⁴ o território da atual Namíbia estava ocupado, com exceção dos Ovambo do norte e dos Herero do centro, majoritariamente por grupos *coisãs*. Esta denominação engloba uma diversidade de grupos tanto caçadores coletores, quanto pastores, que não são falantes de banto. As formas de organização e a distribuição espacial desses grupos não eram estanques no tempo, transformando-se no período pré-colonial, colonial, de tutela sul-africana e pós-colonial. Embora os povos fossem seminômades e extremamente dinâmicos, os deslocamentos respeitavam alguns limites geográficos. O mapa etnográfico elaborado por Bridgman possibilita a visualização dos principais grupos, bem como a extensão do território sob seus domínios (**figura 4**).

Os principais povos que ocupavam o território da atual Namíbia em meados do século XIX e início do XX eram os Ovambo, Herero, Nama, Damara (Bergdama), San (bosquímanos) e Bastards. Em 1877, o comissário especial do Cabo, William Coates Palgrave³⁵, enviou uma relação para esta cidade, na qual afirmava existir uma população de

³⁴ A sigla é referente ao nome da colônia em alemão: *Deutsch-Südwestafrika*.

³⁵ Palgrave nasceu em Windsor, Inglaterra, em 1833. Ele chegou à África do Sul em 1859 a fim de curar uma tuberculose e, um ano depois, ingressou em uma viagem rumo ao interior do continente, onde permaneceu até 1869, trabalhando na caça e na prospecção de metais. Nos anos 70 atuou em importantes negociações com a namalândia e hererolândia em nome do governo do Cabo, além de ser um importante representante das negociações pela extensão da proteção britânica em Walvis Bay. Para uma nota biográfica mais detalhada, conferir em Klaus Dierkes o verbete de Palgrave: <http://www.klausdierks.com/Biographies/Biographies_P.htm> acessado em 04 de outubro de 2013.

85.000 Herero, 30.000 Damara, 16.850 Nama-Oorlam, 3.000 San, 1.500 Bastards e 150 brancos, excluindo os bôeres.

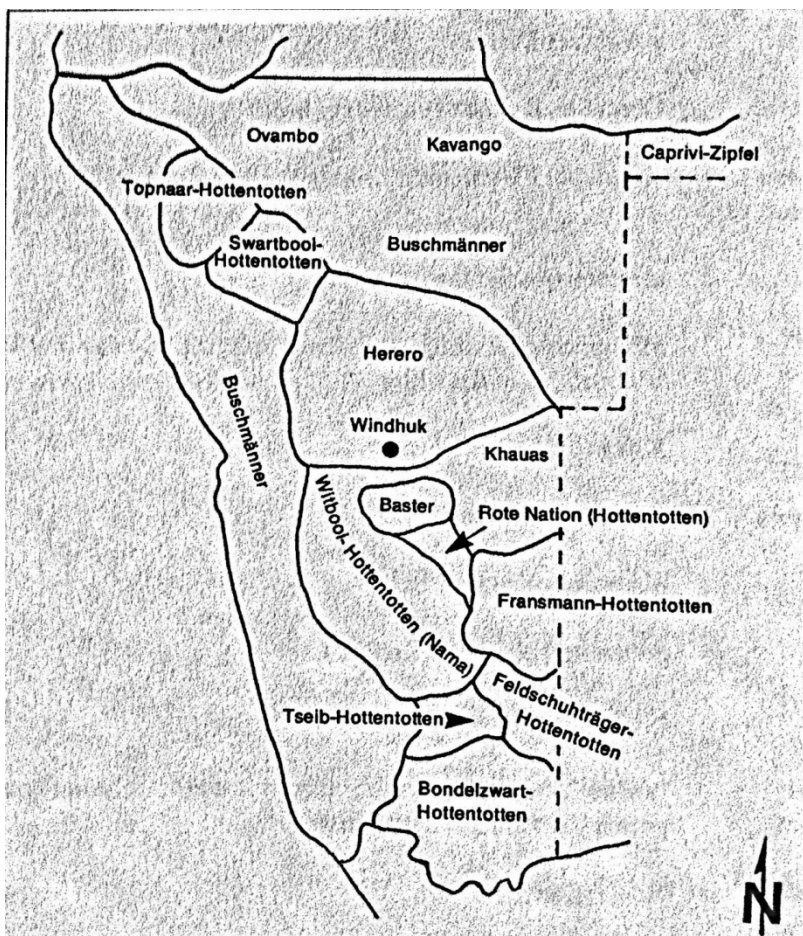


Figura 4: Mapa étnico do sudoeste da África no final do século XIX. In: WASSINK, Jörg. *Auf den Spuren des deutschen Völkermordes in Südwestafrika: Der Herero-/Namaufstand in der deutschen Kolonialliteratur; eine literarhistorische Analyse*. Munique: M. Press, 2004, p. 322.

Como pode ser observado na imagem acima, a região mais ao norte, limítrofe com Angola, era habitada pelos Ovambo. Este grupo de origem banto habitava as bacias do Cunene e do Okavango, onde predomina uma vegetação de transição de savana arbustos espinhosos e uma mata galeria ao longo dos rios; as taxas de precipitação variavam

entre 400 e 600 mm por ano (SCHNEIDER, 1990, p. 37). Estima-se que essa nação ³⁶ possuía entre 100.000 e 150.000 pessoas no final do século XIX. No entanto, eles mantiveram sua autonomia, ficando de fora da esfera de influência colonial alemã durante todo o período. Somente a partir de 1908 foram assinados alguns contratos de proteção e muitos deles foram trabalhar nas minas de diamante das cercanias de Lüderitz, mas nunca ficaram sob a influência completa da esfera de controle alemã. Apenas em 1957 este grupo entrou na “Police Zone” da República da África do Sul (WASSINK, 2004, p. 323).

Os Herero eram pastores nômades que ocupavam a maior parte da região central e, diferente dos outros povos bantos, não praticavam agricultura, dedicando-se exclusivamente à pecuária. Sua organização social, portanto, não se baseava em propriedades de terra, mas na capacidade de acumular gado e de controlar os pontos de água e pastos, os quais eram socialmente partilhados (WASSINK, 2004, p. 323). Essas terras são um pouco mais secas do que as do norte e localizam-se em um vasto platô de cerca de 1.000 a 1.500 metros de altitude que se estende a norte e leste. Sua vegetação predominante é o cerrado, tornando-se mais espinhosa na medida em que se avança para leste em direção ao Kalahari. Em seu centro, contígua a Windhoek, cresce uma cadeia de montanhas de maior elevação (de 1.500 a 2.000 metros), onde predomina uma vegetação de savana (SCHNEIDER, 1990, p. 37).

O território desde o sul dos Herero até o rio Orange era ocupado pelos diferentes povos Nama. Alguns deles migraram para esta região depois da presença europeia em África, como foi o caso dos Oorlam, que vieram para a Namíbia pelo rio Orange em 1790 para escapar dos ataques bôeres ³⁷. Esses grupos, comumente chamados na documentação coeva de hotentotes, mas que se autodenominava Khoikhoi, assim como os Herero, dedicavam-se ao pastoreio. Suas terras eram mais áridas do que a dos povos do norte de origem banta, com precipitações que variam entre 100 e 250 mm por ano e a vegetação predominante no sul é a estepe com arbustos (WASSINK, 2004, p. 324; WALLACE, 2012, p. 38 SCHNEIDER, 1990, p. 38)

³⁶ Aqui, o termo nação não se refere a Estados formais, mas a grupos que partilham características comuns.

³⁷ Os Oorlam possuíam um status diferenciado, pois quando chegaram à Namíbia já tinham armas, já trajavam à europeia e portavam muitos outros hábitos adquiridos no contato com os holandeses do Cabo. Para Kienetz (1977), a migração deste grupo foi fundamental para a europeização no sudoeste da África austral.

Além destes três principais grupos étnicos encontrados no sudoeste da África, é possível enumerar a presença de três grupos menores no que se refere à expressão territorial e contingente demográfico. Os Damara viviam pontilhados entre os Herero na área central e oriental; já os San, que viviam da caça e coleta, estavam espalhados nas áreas mais secas do território: ao longo do deserto da Namíbia, que abrange toda a costa e nas terras salgadas de Etosha, no noroeste do território; por fim, os mestiços de origem bôer e Nama e Africâner eram pejorativamente denominados de Bastards (Baster).

A formação da África do Sudoeste Alemã esteve ligada aos interesses coloniais de três potências europeias: Inglaterra, Portugal e Alemanha. Mesmo antes de sua anexação, em 1884, o território da atual Namíbia já era visitado por agentes europeus, nomeadamente, comerciantes engajados no comércio de produtos coloniais, como presas de marfim, penas de avestruzes, peles, etc.; missionários, que já atuavam junto às nações Ovambo, Damara, Nama, Oorlan e Herero; e exploradores, que realizavam prospecção das riquezas, bem como estreitavam laços com os líderes locais.

O trabalho missionário se iniciou no começo do século XIX. O estabelecimento de estações permanentes ocorreu em pontos estratégicos que servissem de zona de contato com as populações nativas. A primeira delas foi instalada nas margens do rio Orange e foi fundada pela Sociedade Missionária de Londres em 1805, mas seria a Missão Renana a que possuiria maior número de missões no fim do século XIX³⁸. A presença de água no território foi um pré-requisito indispensável para o assentamento desses primeiros europeus que desconheciam o ambiente semiárido e que buscavam desenvolver alguma cultura de milho, trigo e pequenas hortas. Em 1868, por exemplo, o missionário Hahn observou que era possível plantar melancias, alface, ervilhas, feijões, pepinos e milho nos leitos secos dos rios com “excelente sucesso” (SCHNEIDER, 1990, pp. 107, 111). Através da agricultura, os missionários tinham como escopo a sedentarização dos grupos seminômades de pastores em torno das missões permanentes.

É interessante notar que do mesmo modo que ocorreu na efetiva ocupação da Capitania do Ceará, os rios intermitentes desempenharam uma importante função no padrão de assentamento dos missionários europeus, notadamente, germânicos. A partir do estudo da

³⁸ Os primeiros missionários renanos chegaram ao sudoeste da África em 1842.

documentação coeva produzida por missionários e comerciantes com experiência no sudoeste, Schneider (1990, pp. 107-113) observou que quase todas as estações de missão permanentes que estavam instaladas entre 1877 e 1890 se encontravam na margem de algum rio, como pode ser observado no mapa elaborado pelo autor (**figura 5**).

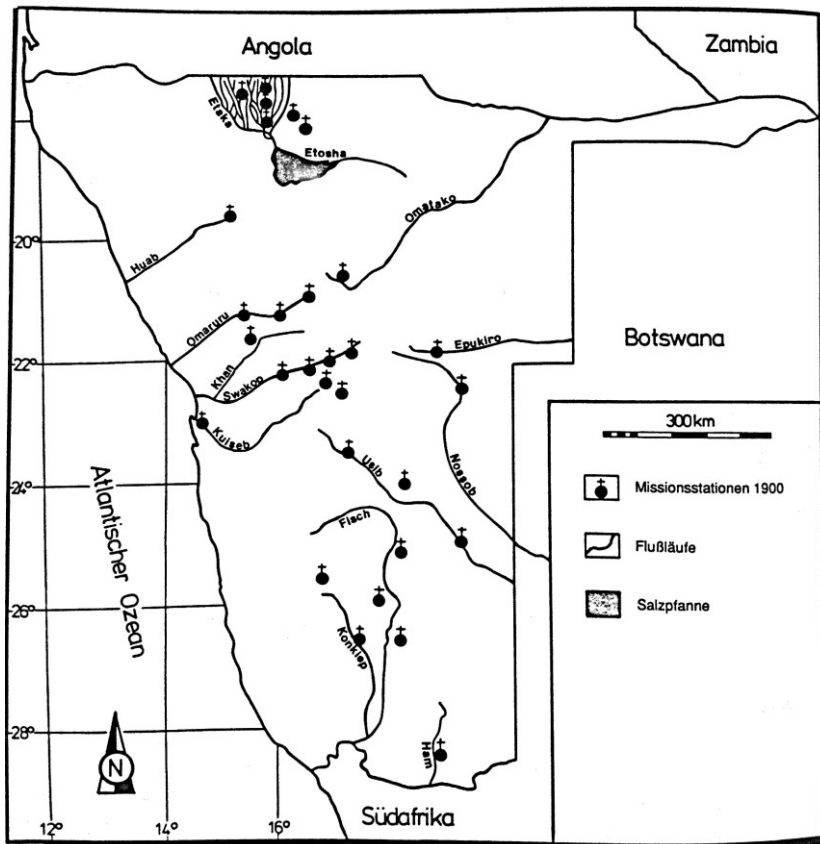


Figura 5: Estações missionárias no sudoeste da África 1877-1900. In: SCHNEIDER, Martin. *Bewässerungswirtschaft in Namibia und ihre Grundlagen in der Kolonialzeit*. NWG, Windhoek, 1990, p. 108.

O mapa acima demonstra a dependência que as estações missionárias tinham da potamografia da região, estabelecendo-se às margens dos rios Fish, Orange, Omaruru, Swakop, etc., enquanto que a faixa costeira por onde se estende o deserto da Namíbia ficou sem estações permanentes, com exceção da missão instalada na

desembocadura do rio Kuiseb. No entanto, as missões não lograram em ser grandes centros aglutinadores embora facilitassem as relações euro-africanas. Assim, ao contrário do que ocorreu na Capitania do Ceará, o poder colonial não se territorializou de forma íntima com as bacias hidrográficas dos rios que, tampouco serviram de estradas ou caminhos por onde circulava a produção colonial. A administração imperial privilegiou a construção de estradas de ferro, cujas rotas em nada se assemelhavam a dos rios, cortando-os apenas em alguns trechos.³⁹

A partir de meados da década de 1840, o comércio de longa distância do Bié, alcançava o deserto do Kalahari e conectava as importantes reservas de marfim do reino do Lui, ou Lozi, com a colônia portuguesa de Angola. Dentre as principais rotas, estava a que seguia pela margem do rio Okavango, ou Cubango, até os centros fornecedores no médio Zambeze. Além dessa rota, outros comerciantes partiam do recém fundado povoado de Moçâmedes (1840). A partir de 1860, o comércio português realizado na *hinterland* da África austral passou a enfrentar a concorrência vinda de diferentes pontos da costa, notadamente dos ingleses, ou africanos a eles ligados, que partiam em grandes carros puxados a bois do Cabo; e dos colonos de Walvis Bay, na costa atlântica do deserto da Namíbia, a partir de 1878. (PORTO, 1986, pp.105-133).

Além de comercializar diretamente com os principais reinos, grandes capitalistas e pequenos comerciantes engajados nesse tráfico desenvolviam e controlavam redes de caçadores Nama-Oorlan, San e Herero. As permutas comerciais progressivamente alteraram o modo de vida desses povos. Algumas populações que ignoravam o valor comercial do marfim até entrarem nesse circuito comercial, como os Cassaqueres – grupo de origem Sanque habita entre as margens do Cubango e Cuando – caçavam elefantes em busca da carne, mas abandonavam suas presas. Pelo que a documentação coeva indica, em 1848, o marfim ainda não era um recurso natural para este povo, porquanto, o sertanista português estabelecido no Bié, Silva Porto, relata em seu diário que os encontrou “com grande provimento de carne de três elefantes e abundância de mel, que o povo da caravana comprou por missangas e tabaco, fazendo grande provisão de ambos os objectos. O chefe dessa gente nos fez presente dos dentes dos citados animais” (PORTO, 1986, pp. 335).

³⁹ Para uma melhor visualização da malha ferroviária da DSWA, conferir a seguir a **figura 8**.

Outra grande mudança provocada pelo contato euro-africano foi a transformação do jogo de forças entre os povos africanos. Num curto prazo, alguns líderes lograram reunir armas de fogo e obtiveram maior concentração de poder. Na década de 1860, sólidas bases de poder foram estabelecidas por *omuhoma*. Na década seguinte, Kambazembi, que migrou do rio Omatako para a região central da atual Namíbia em 1863, reunia cerca de 12.000 pessoas e 70.000 reses. Na mesma época, Kamureti reuniu 6.000 pessoas. Zeraua foi também influente, comandando 4.000 pessoas. Porém, nenhum líder dessa década foi mais bem sucedido do que Maharero, que reuniu cerca de 23.000 pessoas e um rebanho de 40.000 cabeças. Entre os Nama, o Witboois emergiu como o grupo mais poderoso, na década de 1870⁴⁰ (WALLACE, pp. 100-105).

Com efeito, o produto mais atrativo para os nativos da Namíbia central era a arma de fogo, o chumbo e a pólvora, todos obtidos com vistas a fortalecer as autoridades locais. Para que se tenha uma ideia, somente em 1876, a colônia do Cabo exportou para Walvis Bay 6.000 armas, 40.000 libras de pólvora e 50.000 libras de chumbo. A aquisição não só de armas, mas de roupas, carros de tração animal e cavalos foi obtida, na sua maior parte, através dos produtos provenientes da caça, de modo que os grupos pastores diversificaram suas atividades e ainda lograram acumular mais reses. O sucesso dos Herero esteve diretamente conectado com a sua ativa participação no circuito comercial com o Cabo e Walvis Bay, atuando como caçadores, pequenos comerciantes, donos de carros de transporte, etc. (HENRICHSEN, 2013, p. 216-17).

O sistema descentralizado do pastoreio Herero favoreceu a ruralização dos seus membros, e um único e rico proprietário podia acumular milhares de cabeças de gado espalhadas em diferentes lugares da Hererolandia. Os rebanhos ficavam aos cuidados de pastores que possuíam algum laço familiar com o dono. Essa foi uma das razões que contribuiu para a formação de grandes redes sociais em torno dos líderes acima citados. Um rico líder, como Maharero, possuiu setenta grandes herdades com centenas de cabeças de gado cerca de 200 pessoas em cada. Enquanto isso, outros povos, empobrecidos por não poderem competir com a vertiginosa expansão Herero, foram incorporados como pastores em suas

⁴⁰ Alguns desses grupos desempenharam importantes papéis no período colonial, tanto em favor dos alemães, quanto em oposição a eles. Dentre estes, destaca-se Hendrick Witbooi e Samuel Maharero, que colaboraram com o projeto colonial até tomarem posição contrária, em 1905.

fazendas. Foi o caso de muitos Damara despossuídos de armas de fogo e cavalo (HENRICHSEN, 2013, pp. 213-214).

A concentração da força armada, o lucro com o comércio de produtos coloniais e o crescimento dos rebanhos garantiu a crescente prosperidade das diferentes nações até a grande seca de 1879-80. Esta seca foi um dos maiores fenômenos climáticos mundiais, atingindo diferentes partes do globo, como a África setentrional e austral – incluindo a atual Namíbia –, a China, a Índia, e o Brasil – incluindo a província do Ceará. Uma justa ideia do desastre foi apresentada por Mike Davis, em *Holocaustos coloniais*. O autor estima que nesta estiagem, a fome, as doenças, os conflitos armados e outros problemas que seguem na esteira, tenham vitimado cerca de 30 milhões de humanos (DAVIS, 2002, p. 17).

Como já foi tratado anteriormente, a seca é sempre um fenômeno social, uma vez que é resultante do “duelo recorrente entre a natural variabilidade de chuva e as defesas hidráulicas da agricultura [e da pecuária]” (DAVIS, 2002, p.28). Ela diz respeito tanto à distribuição das precipitações ao longo do tempo, quanto à capacidade de resiliência das sociedades no sentido *lato*, que inclui as tecnologias para reservar água e os meios de desenvolver a irrigação, mas também os mecanismos sociais de partilha dos recursos necessários (água, grãos, pasto, etc.). Nesse sentido, ela deve ser pensada historicamente e não apenas sob a lente objetiva da ciência climática e de suas medições pluviométricas.

A seca de 1876-79 foi provocada pela abrupta elevação da temperatura das águas do Pacífico, um fenômeno climático conhecido como El Niño. Esta que foi a primeira seca sincrônica da história mundial, causando mais mortes que as Grandes Guerras, foi imensamente sentida não apenas pela magnitude do fenômeno, mas por representar o “destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão de obra e seus produtos eram diretamente recrutados para uma economia mundial centralizada em Londres”. Ou seja, as regiões em que mais se fez sentir os flagelos da seca foram aquelas que, em maior ou menor grau, estavam conectadas ao mercado mundial, portanto, sua produção se direcionava para o mercado externo (DAVIS, 2002, p. 19).

No caso do sudoeste africano de então, a produção da pecuária não estava diretamente voltada para o mercado europeu, embora já estivesse bem conectada comercialmente com os ingleses do Cabo, os portugueses de Mossâmedes e de Benguela, os fazendeiros bôeres e os missionários alemães. Os impactos da seca foram sentidos pelo rápido crescimento dos rebanhos, que então superaram os limites das terras secas de prover o gado de água e forragem. Em 1879, o missionário Viehe declarou que a “Hererolândia [terras centrais da Namíbia] está superlotada

com bovinos, ovinos e caprinos” a tal ponto que os pastos estavam se tornando escassos. O testemunho de Viehe é corroborado pelo missionário Irle que, em 1880, afirma que o rebanho Herero “durante os últimos dez anos... se multiplicou dez vezes... e a população aumentou substancialmente” (HENRICHSEN, 2013, pp. 211-12).

Então, com o agravamento da seca e a existência de hipertrofiados rebanhos, conflitos armados eclodiram pela disputa por fontes de água e pastos entre os Herero, que tentaram se expandir para o sul e os Nama-Oorlam. A partir de agosto de 1880, inúmeras escaramuças foram travadas entre Maharero e os Nama. Merece destaque a ordem de extermínio emitida por Maharero para os Nama-Oorlam da região de Okahandja (WALLACE, 2012, p. 111), importante por ser o ponto em que dois rios se encontravam para formar um lago. Estes anos também foram determinantes para a viragem social dos Damara da região central. Empobrecidos pela expansão dos Herero nos anos anteriores, muitos se engajaram cada vez mais como pastores despossuídos de rebanho próprio, enquanto outros viram na migração a melhor resposta para sua condição. Dentre estes, muitos dos que viviam em Okombahe, nas proximidades do rio Omaruru deixaram a terra e seguiram para as regiões montanhosas vizinhas. Certa parte também foi recrutada para trabalhar na colônia do Cabo. Entre 1879 e 1882, cerca de 200 homens 50 mulheres e 100 crianças, migraram em busca de trabalho nas fazendas e nas residências da colônia britânica (DIERKS, 2004).

É interessante notar que a própria geografia da savana foi fator decisivo para a conflagração por recursos naturais. Como bem observou Davis (2002, pp. 112-13), “o relevo da savana cria um intrincado mosaico de variação de precipitação atmosférica, assim como um complexo cronograma de amadurecimento de pasto: uma fórmula ambiental para o interminável atrito entre comunidades pastoris”.

Ainda que a seca não possa ser considerada o único e nem o principal fator da expansão colonial na África austral, não é possível ignorar seus efeitos sobre a ação dos impérios. É escusado enumerar os diversos casos de mortalidade dos rebanhos e o consequente empobrecimento dos seus proprietários, além do acirramento entre os grupos nativos e a mortalidade causada pela guerra e pelas doenças. Jill Dias (1981), por exemplo, observou como o Império português se utilizou das crises ocasionadas pelas variações climáticas para estender o seu domínio colonial em Angola, sobretudo, nas regiões mais áridas do sul.

Entrementes, os ingleses e alemães davam os primeiros passos para trazer esses líderes africanos para sua esfera de influência colonial,

por meio da extensão da “proteção” europeia. Segundo Marion Wallace (2002, p.105), o termo “proteção” foi utilizado tanto por britânicos e germânicos, quanto pelos africanos para descrever os arranjos políticos realizados entre as potências europeias e as organizações políticas africanas, que negociavam na expectativa de obterem armamentos europeus, bem como de usarem da influência das potências para assegurarem a sua própria autoridade.

Em 1874, Maharero, Kambazembi e Zeraua, escreveram para o governo do Cabo solicitando a proteção britânica contra uma possível incursão bôer vinda do sul. Esse pedido intensificou o desejo da administração do Cabo de realizar uma anexação formal no deserto da Namíbia, o que foi realizado em 1878, com a anexação de Walvis Bay, e de uma quantidade de terra do interior não especificada, para a construção de um porto (WALLACE, 2012, p. 106). Porém, a divergência entre o governo britânico e a administração do Cabo quanto à necessidade de intervenção direta foi um empecilho para o avanço das anexações nesta área. Por ser o porto mais profundo de toda a costa, Walvis Bay foi mantida como um importante ponto estratégico para o comércio com o interior e para os barcos pesqueiros que visitavam a costa sudoeste da África. No entanto, a criação de um território formal para os Herero em 1876, a partir da negociação de Maharero com representantes ingleses não significou a capitulação deste grupo ao poder estrangeiro, visto que internamente o tratado era percebido como uma afirmação de autoridade perante os outros grupos.

A extensão do poder alemão começou anos depois, em 1883, quando o comerciante alemão Adolf Lüderitz passou a adquirir terras costeiras com vistas a levantar um estabelecimento comercial na costa africana. O comerciante de Bremen escolheu a Baía de Angra Pequena para dar início ao seu projeto. Através de seu agente, Henrich Vogelsang, e sob a assistência do missionário renano Johannes Bam, foi negociado com o líder Nama-Bethania Joseph Fredericks esta baía e as terras circundantes. Em 1 de maio de 1883, foi comprado “a Baía de Angra Pequena e as 5 milhas de terras adjacentes em todas as direções”, pelo qual foi pago 200 randes (aproximadamente 100 libras) e 200 rifles (WESSELING, 2008, pp.310-11). No mesmo ano, assinou-se outro tratado, em que as fronteiras da então Lüderitzlândia foram demarcadas desde o rio Orange, no sul, até o paralelo 26° S, no norte de Angra Pequena, e com 20 milhas geográficas de profundidade ⁴¹. Em

⁴¹ Posteriormente, houve um desacerto entre a companhia de Lüderitz e o chefe Frederick quanto aos termos do contrato. O líder local pensava ter negociado em

contrapartida, foi pago 600 libras em mercadorias e cerca de duas centenas de rifles (WALLACE, 2012, p. 116). Afora o pagamento em produtos, a aquisição de centenas de rifles permite entrevê a expectativa de Fredericks em fortalecer seu poder em face de outras lideranças locais.

É importante destacar que nesse contexto de emergência de grupos hegemônicos através da força armada e da expansão dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, as terras adquiridas por Lüderitz na costa árida do deserto da Namíbia não despertava grande temor por parte dos demais líderes Nama e Herero. À época, mais temerária, sem dúvida, foi a rápida ascensão de Hendrick Witbooi iniciada quase simultaneamente ao projeto de compra de terras alemão. Inclusive, Hendrick foi o nome de maior expressão no que tange à resistência ao domínio alemão, recusando-se a aceitar qualquer acordo de proteção colonial até a sua capitulação em 1894, dez anos após a decisão de Bismarck de estabelecer uma colônia em África.

Em 7 de agosto de 1884, o jogo tomou outro rumo, pois o chanceler alemão, Bismarck, que até então havia agido de forma reticente quanto à necessidade do Reich de estabelecer colônias no além mar, decidiu anuir ao pedido de Lüderitz de estender oficialmente a proteção alemã sobre suas possessões africanas. Através da Conferência de Berlim no mesmo ano e de alguns acordos bilaterais com Portugal e Inglaterra, Bismarck definiu as fronteiras da África do Sudoeste Alemã.

A partir da criação da África do Sudoeste Alemã, deu-se início a um rápido processo de desapropriação das terras por meio da compra, e endividamento dos nativos através de trocas comerciais desiguais. Para que se tenha uma ideia, quando eclodiu o levante Herero em 1904, apenas 20 anos após a da criação da colônia, os 4.674 alemães que lá viviam eram proprietários de mais de 25% das terras Herero. (MADLEY, 2004, pp. 181-82). Segundo Wallace (2012, p. 149), estima-se que o número do gado dos Herero, que havia chegado a cerca de 100.000 no início de 1890, caiu para 46.000 em 1902.

A rápida expansão da propriedade colonial, que também era voltada para a atividade criatória, acirrou a disputa por fontes de água e pastos com as populações africanas. As autoridades coloniais entendiam a mudança de posse sobre a terra como um movimento natural, legitimado por uma pretensa superioridade alemã e por seu maior

milhas britânicas (1,6 quilômetros), mas os compradores insistiram que o contrato se referia a milhas alemãs (7,5 quilômetros), portanto dando direito sobre 150 quilômetros de fundo ao invés de apenas 30.

aproveitamento do território para a pecuária. O *Deutsch Südwestafrikanische Zeitung*, de 22 de janeiro de 1901, apregoava que “a terra, é claro, deve ser transferida das mãos dos nativos para a dos brancos, [isto] é o objeto de colonização no território. A terra deve ser estabelecida por brancos. Assim, os nativos devem dar lugar e quer tornar-se servos dos brancos ou retirarem” (MADLEY, 2004, p. 182).⁴²

Além disso, a inversão de capitais dos colonos e a tecnologia de que dispunham traduziu-se em uma imensa vantagem biológica na pecuária, atividade predileta tanto dos adventícios, quanto dos nativos. A manipulação dos recursos hídricos a partir da perfuração de poços, da construção de reservatórios e barragens, bem como canais de transporte de água possibilitou a abertura de novos pastos ainda pouco ou nada explorados. A ocupação e exploração das terras adjacentes aos pontos de água realizada pelos Nama e Herero historicamente produziu uma vegetação gradiente, reservando os melhores pastos às distâncias fora do alcance dos animais. Segundo Simon Todd (2006, p. 294),

nas zonas áridas, a pecuária é limitada em quão longe ela pode afastar-se das fontes de água, porque os animais precisam beber regularmente. Além disso, a área disponível para pastoreio aumenta com a distância a partir dos pontos de água, resultando numa redução da intensidade da pastagem em função desta distância. A distribuição de impacto da pecuária é, portanto, padronizados e muitas vezes maiores do que a média geral, a muitas vezes podendo estar menos ou mais distante das fontes de água. As fontes de água criadas artificialmente, que são uma característica comum em zonas semi-áridas, muitas vezes não estão associadas ou entrelaçadas por outros fatores ambientais, como é geralmente o caso das fontes de água naturais, tais como as nascentes e os canais de drenagem⁴³.

⁴² T. do. A.: the land, of course must be transferred from the hands of the natives to those of the whites, [this] is the object of colonization in the territory. The land shall be settled by whites. So the natives must give way and either become servants of the whites or withdraw.

⁴³ T. do A.: “in arid zones, livestock are limited in how far they can move away from water sources because they have to drink regularly. Furthermore, the area available to graze increases with distance from the watering point, resulting in a reduction in the relative grazing intensity with distance (James, Landsberg &

O uso permanente das pastagens em torno dos mesmos pontos de água por parte dos pastores nativos empobreceu a biodiversidade das proximidades das aguadas e reduziu o número de espécies mais nutritivas, ainda mais se tiver em conta a super exploração dessas forragens com a explosão dos rebanhos a partir dos anos de 1860. No estudo de caso realizado por Todd (2006, p.299) entre os pastores Nama-Karoo na África do Sul ficou evidente que próximo às fontes, havia abundância de espécies de baixa palatabilidade, como os arbustos *Pentzia incana* (Thunb.) Kuntze, *Rosenia humilis* (Less.) K.Bremer and *Zygophyllum lichtensteinianum* Cham. & Schltdl. Por sua vez, a abundância de espécies mais palatáveis crescia a media em que se distanciava dos focos úmidos.

Na fotografia abaixo (**figura 6**), é possível observar uma destas intervenções hídricas realizadas pelos colonos. Nela, podem-se perceber homens trabalhando na abertura do poço enquanto algumas mulheres nativas esperam para conseguir água. A foto foi tirada por O. Ziegler em Omaruru, no centro-oeste da DSWA, e circulou nas páginas da revista ilustrada *Kolonie und Heimat in Wort und Bild* em 1909, ou seja, após a guerra colonial. A imagem foi deliberadamente construída para mostrar, a um só tempo, os melhoramentos praticados pela colonização e as populações africanas “dóceis” e dependentes das fontes de água alemã.

O texto que acompanha a fotografia incentivava a imigração alemã afirmando as vantagens de se tornar um fazendeiro na colônia desde que esteja disposto a investir certa quantidade de dinheiro. Segundo o artigo, o “Sudoeste, é um território que é essencialmente dependente da pecuária, e o gado requer de início um considerável capital de giro”.⁴⁴ Por isso, o artigo aconselhava o interessando em se tornar colono a comprar gado e esperar até que o rebanho se tornasse grande o suficiente para o comercializar, o que poderia levar alguns

Morton 1999). The distribution of livestock impact is thus patterned and grades from many times higher than the overall average at the watering point to many times lower further away (Andrew 1988). Artificially created watering points, which are a common feature in semi-arid zones, are frequently not associated with or confounded by other environmental factors (Landsberg et al . 2003), as is usually the case with natural water sources such as springs and drainage lines”.

⁴⁴ Tradução de Angela Lima: “Südwest ist eben ein Land, das in der Hauptsache auf Viehzucht angewiesen ist, und die Viehzucht erfordert gleich zu Anfang ein ansehnliches Betriebskapital”.

anos. Além disso, dizia que o interessado “deve garantir água em sua fazenda, cavando poços, construindo barragens, etc”.⁴⁵

Com efeito, poços, cata-ventos, bebedouros, etc. passaram a fazer parte da paisagem colonial africana. A preocupação com o abastecimento humano e animal despertou inúmeras iniciativas de controle das terras secas do interior e do litoral. A importação de maquinário para perfuração de poços artesianos, a compra de canos e tubulações e a compra de cata-ventos nas feiras agrícolas fazia parte do modo de vida dos novos colonos, que se esforçavam para reproduzir – ainda que de forma precária – a cultura alemã numa região semiárida.



Figura 6: “Beim Brunnenbau [construindo um poço]”. In: **Kolonie und Heimat im Wort und Bild**. N° 8, ano 2, 1909, p. 4.

Tendo em vista que a sociedade Herero era altamente especializada na atividade criatória, não praticava a agricultura e que o gado ocupava o lugar central na sua cultura, do qual dependia para a alimentação, para as vestimentas, para a moradia, para exercer poder e até para as práticas religiosas, a perda do rebanho quer significava a

⁴⁵ Tradução de Angela Lima: “ferner für Wasser auf seiner Farm sorgen, durch Brunnenbohrungen, Bau von Staudämmen usw.”

destruição das condições reais da manutenção do seu modo de vida. O missionário Heinrich Vedder afirmou que “para o gado, os Herero costumam dar todo o seu corpo, tempo, energia e vida” (BOLLIG, GEWALD, 2000, p.11).

Além da alienação do gado e das terras, a administração alemã agiu sobre outro importante pilar da sociedade africana do sudoeste. Embora tivessem sido incorporadas a menos de meio século, as armas de fogo, de chofre, tornaram-se um símbolo de masculinidade, de força e de ordenamento social, tendo sido, inclusive, fundamental para a emergência de muitos subgrupos e clãs. Ainda nos anos 70 do século XIX, o missionário Brincker observara que “desde que os Ovaherero tiveram boas armas de fogo, eles se sentem mais seguros e cada vez mais abandonam o uso de seu talismã” ⁴⁶ (HENRICHSEN, 2013, p. 219). A demasiada quantidade de armas de fogo em poder dos indígenas, de fato, preocupava a administração colonial. A fim de refrear o poder de fogo nativo, em 1897, o governo de Windhoek, considerando-se já forte o suficiente, envia uma ordenança para a estamparia de armas para que faça o desarmamento gradual dos africanos sem parecer fazê-lo. As autoridades também incentivaram o registro de armas e a troca de rifles da colônia do Cabo por rifles alemães, no intuito minar as bases do contrabando. Segundo Marion Wallace (2012, p. 146), a essa política de registro permaneceu na tradição oral Herero sendo lembrada como a “vacinação” de armas, talvez em alusão à vacinação do gado durante a peste bovina.

O descontentamento das populações nativas com a política colonial, com o sistema jurídico desigual e com o avanço das terras dos brancos emergiu através do abigeato e do ataque às fazendas. Para Madley (2004), do ponto de vista político, três problemas motivaram os ataques dos indígenas: o abuso de mulheres, o abuso físico e a desigualdade jurídica. Nesse sentido, o autor dá especial atenção a um fato ocorrido pouco antes da eclosão da guerra: um caso de tentativa de estupro e assassinato envolvendo um colono alemão, Dietrich, um filho de um chefe local e sua esposa, Louisa Kamana, no qual esta foi assassinada. A absolvição do colono em primeira instância e a condenação a três anos de prisão após a apelação teria permitido aos Herero perceberem o quanto a vida de um membro da elite local era abjeta aos olhos das instituições alemãs.

⁴⁶ T. do. A.: “ever since Ovaherero heve good fire weapons, they feel safer and increasingly abandon the wearing of their talisman”.

O próprio Samuel Maharero, líder do levante Herero de 1904, explicou em carta as razões da insurreição:

Isso não começou este ano por iniciativa minha, o início foi mais devido aos brancos. Você mesmo sabe quantos Hereros foram mortos por brancos, especialmente por comerciantes, com armas, e em prisões; e sempre que levei tais assuntos a Windhoek o sangue de meu povo foi compensado em pequenos valores... Os mercadores aumentaram as dificuldades ao pressionar meu povo a aceitar artigos a crédito; em seguida nos roubando e chegando a garantir pagamentos levando à força duas ou três cabeças de gado pela dívida de uma libra esterlina. (Goldblatt, 1971, p 133 In: MADLEY, 2004, p. 184)⁴⁷

A carta de Samuel Maharero põe em termo uma série de questões referentes à política colonial e tratamento desigual entre nativos e colonos. Uma delas era a alienação do gado e da terra, que ocorria de várias formas. Por exemplo, Marion Wallace (2012, p. 146) conta que em 1898, Paul Fredericks, de Bethania, opôs-se a registrar suas armas. Em resposta, o capitão Leutwin marchou para o sul com uma centena de homens derrotou a resistência. Então, Fredericks foi responsabilizado pelos custos da expedição militar, e não tendo como pagar, teve grande parte de suas terras confiscadas. Outra queixa recorrente era a impunidade à violência sexual contra as mulheres indígenas. Em uma colônia onde a desigualdade de gênero entre colonos era assombrosa, o estupro se tornou algo tão corrente que possuía uma palavra específica no léxico colonial para designá-lo: a *Verkafferung*⁴⁸. Segundo Madley (2004, p. 184), não foi registrado nos

⁴⁷ T. do A.: “This was not begun this year by me, rather it has been started by the Whites. You know yourself how many Hereros have been killed by White people, particularly by traders, with guns, and in prisons and whenever I took these matters to Windhoek the blood of my people was compensated for by small numbers of small stock ... The traders increased the hardship by pressing my people to accept articles on credit; thereafter they robbed us and they went so far as to secure payment by taking away by force two or three head of cattle for a debt of £1 sterling”.

⁴⁸ Não há um equivalente do termo para o português, entretanto, diz respeito ao envolvimento sexual entre o *Kaffer* (cafre) e o colono alemão. Esses envolvimento foram alvos de inúmeras campanhas na literatura e nos jornais,

tribunais um único caso de violência sexual contra africanas até 1905, quando da guerra colonial; e quando um jornal suíço publicou uma matéria sobre um caso envolvendo três colonos brancos e uma indígena, funcionários do departamento colonial alemão em Windhoek afirmaram que os casos eram tão ordinários que eram considerados indígnos de relatório.

Por outro lado, a representação dos indígenas na literatura colonial coeva era pintada com cores vermelhas, proveniente do sangue do fazendeiro branco e sua família. Um dos romances que melhor trabalhou com esta representação que vitima o colono em detrimento do nativo foi escrito por Friedrich Freiherr von Dincklage-Campe em 1908. Particularmente, chama atenção a imagem de uma mulher sendo morta por um nativo insuflado (**figura 7**)

não pela violência em si, mas pela “degeneração” que trazia à raça alemã. Para um melhor entendimento do termo, ver o artigo de Felix Axster (2005).



Figura 7: “Frau wird von Kirri erschlagen” [“mulher é morta por Kirri”] In: DINCKLAGE-CAMPE, Friedrich Freiherr Von. **Deutsche Reiter in Südwest, Selbsterlebnisse aus den Kämpfen in Deutsch-Südwestafrika.** Berlin; Leipzig; Wien; Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co., 1908, p. 3.

A imagem foi inserida como um protocolo de leitura para reforçar o entendimento de que o alemão estava apenas se defendendo dos ataques Herero. Se considerar os nativos que aparecem em segundo plano, seu número é muito maior do que a mulher colona. Além disso, o

fato de dois homens baterem em uma mulher na porta de sua propriedade, mesmo que ela estivesse armada, aumenta o efeito de covardia por parte dos insuflados.

Na verdade, tem-se impressão muito diversa quando se observa o número de mortos de ambas as partes em decorrência do conflito. O saldo da guerra foi devastador para os grupos Herero e Nama, ambos envolvidos na guerra colonial. Estima-se que entre 1904 e 1908 cerca de 70 mil pessoas de origem Herero foram mortas, o que equivale 80% da sua população total. Entre os Nama, o número de mortos foi calculado em torno de 10 mil, ou seja, 50% da população. Este é considerado pela historiografia como o primeiro genocídio do século XX. Já entre os alemães, o número de mortos em combate, ou por causa de doenças, como o tifo, foi de cerca de 1.500 (CORREA, 2011, p. 88).

Os palcos dos confrontos coloniais ocorreram notadamente nas terras do platô central, no interior. No entanto, a guerra marca um novo momento para pequena e periférica baía de Lüderitz que, juntamente com Swakopmund, desempenhou um importante papel logístico às tropas alemãs que rumavam para o interior. Se até então a pequena cidade teve pouca importância em relação às demais regiões, doravante se tornará um importante centro de referências da germanidade em África pelos espaços de emulação social que possuirá, sobretudo, após a descoberta do diamante em 1908 (CORREA, 2012b).

Isso pode ser observado no *Adressbuch*, guia de endereços Lüderitz, de 1914, no qual estão listados 11 companhias de diamante; além de 17 associações, incluindo uma associação atlética de ginástica (Männer-Turnverein Lüderitzbucht), um clube tênis (Tennis-Klub); cinco hotéis (Kapps Hotel, Hotel Rösemann e Hotel Europäischer Hof, Bahnhofs-Hotel e Germania-Hotel), etc..⁴⁹

A baía de Lüderitz era um dos melhores ancoradouros naturais da costa sudoeste da África em razão de sua boa profundidade e por ser abrigada das correntes. No entanto, o difícil acesso entre o litoral e o interior minimizou sua utilização como rota de comércio nos primeiros anos da colonização. A vastidão de terras hiperáridas que segue desde a costa até cerca de 120 quilômetros para o interior dificultava sobremaneira as viagens. No ano de 1897, o engenheiro Rehbock fez o percurso entre Kubub, no interior, e Lüderitz, no litoral, por uma rota que, segundo o autor, era estimada em 124 quilômetros. Durante todo o percurso, havia apenas um único ponto de água, em Ukma, a 72 quilômetros de Kubub, de

⁴⁹ **Adressbuch für Stadt und Bezirk Lüderitzbucht.** Lüderitzbucht: R. Geschke, 1914.

modo que era impossível realizar a travessia sem boa quantidade de provisões (REHBOCK, 1898, p. 21).

Por isso, ao invés de Lüderitz, a administração colonial privilegiou o porto de Swakopmund, localizado mais ao norte, na embocadura do rio Swakop, por ser o acesso à região criatória mais facilitada e por estar na mesma latitude de Windhoek, então sede da colônia. Os habitantes de Lüderitz ficariam mais engajados com as atividades costeiras, como pesca, caça de leão marinho e extração do guano, embora a cidade fosse também utilizada como porta de acesso à região sul da África do Sudoeste Alemã.

1.3.2 De Angra Pequena à baía de Lüderitz

A costa do sudoeste africano já era conhecida pelos portugueses desde o século XV. Devido à paisagem árida do deserto da Namíbia e às grandes carcaças de baleias encontradas, ficou conhecida como “costas dos esqueletos” e, por parte dos europeus, foi pouquíssima explorada. Com estabelecimento da colônia britânica no Cabo, no início do século XIX, a costa do sudoeste africano passou a ser eventualmente visitada por navios extrativistas britânicos. Segundo John Purdy, a região entre o Cabo Negro, no sul de Angola, e o rio Orange, na África do Sul, a qual denominou de “Hottentotia”, ganhou grande notoriedade a partir de 1843 graças à coleta do guano, embora fosse de qualidade inferior ao recolhido no oeste da Austrália e no oeste da América do Sul. Neste ano, foram coletadas cerca de 3000 toneladas somente nos arredores de Angra Pequena. Além disso, afirmou que a região era fonte de “uma imensa quantidade de peixe excelente de muitos tipos diferentes, que podem ser apanhados quer com uma linha e anzol ou uma rede de arrasto”, bem como de peles de foca e ovos de pinguim ⁵⁰.

Assim, a pesca, a caça da baleia e do leão marinho e a coleta do guano foram as principais atividades praticadas nos mares e em pequenas ilhas do sudoeste africano, mesmo após sua anexação ao II Império alemão em 1884. A privatização dos recursos naturais foi a principal marca desse primeiro momento da colonização. A concessão de exploração para companhias limitadas foi, segundo Wesseling (1998,

⁵⁰ A existência de grandes bancos de guano na região se deve justamente à falta de umidade e a irregularidade das chuvas nesta região, possibilitando o acúmulo dos excrementos da avifauna. Conferir PURDY, John. **The Brazilian navigator; or, Sailing directory for all the coasts of Brasil, to accompany Laurie's new general chart**. Londres: publicado por R. H. Laurie, 1855, pp. 509-510.

pp. 126-127), uma estratégia de Bismark, orientado pelo relatório de Heinrich Kusserow, para limitar às responsabilidades do Império alemão sobre suas colônias. Ao entregar os monopólios às companhias privilegiadas, esperava-se em troca que assumissem a administração e garantissem a manutenção da ordem colonial. No entanto, como bem observou Silvio Correa (2012a, pp. 24-25), muitas atividades extrativistas concorriam pelo mesmo espaço, como por exemplo, quando as armas de fogo usadas na caça do leão marinho espantavam as aves produtoras de guano.

A guerra colonial que teve início em 1904 marcou uma nova configuração social em Lüderitz. Segundo Silvio Correa (2012b pp. 9-17), devido sua posição estratégica para a penetração no interior do continente, a cidade passou a desempenhar um importante papel logístico para *Schutztruppe* (exército alemão), sendo ponto de desembarque de soldados e oficiais, armamentos, animais de guerra, suprimentos. Nesse período, a rua principal recebeu energia elétrica, deu-se início a construção da linha férrea e foi aberta uma missão e sedes militares e administrativas.

A permanência dos milhares de soldados entre 1904 e 1908 no pequeno povoado portuário alterou significativamente o cotidiano local, gerou novos hábitos sociais e de consumo, facilmente percebidos nos anúncios dos jornais locais, como o *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung* ⁵¹. Lüderitz também se tornou um filão para muitos civis, interessados em lucrar com a prestação de serviço, através da abertura de hotéis, bares, prostíbulos. É escusado lembrar que nesse momento a nascente sociedade de Lüderitz estava assentada no serviço militar e, portanto, era extremamente masculina. No ano de 1906, sua população alemã era de 836 homens e apenas 94 mulheres (ERICHSEN, 2005, pp. 66-67).

Na outra face da mesma moeda, passaram a coexistir com os alemães, muitos prisioneiros do levante Herero e Namaque foram levados para o campo de concentração na Shark Island e que eram usados como mão de obra forçada. Segundo Jan-Bart Gewald (2000, p. 209), os prisioneiros do levante Herero foram usados como mão de obra tanto por militares, que os utilizavam, inclusive as crianças, para cuidar do gado, puxar água e cortar forragem para os cavalos; quanto por civis,

⁵¹ Inúmeros anúncios em jornais locais dão nota da profusão de lojas, utensílios, bebidas e da gênese de uma vida social ativa na cidade após o início da guerra colonial. Conferir o Jornal *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung* In: African Newspapers Database Digitale Dokumente.

que os empregavam em lavanderias, para o transporte, etc.. Além disso, a administração colonial usou os Herero, e mais tarde os Nama, para a construção de linhas férreas entre Usakos e Otavi e entre Lüderitz e Keetmanshoop.

É importante destacar que mesmo tendo uma margem de liberdade extremamente restrita, os prisioneiros forçados ao trabalho desenvolviam táticas de sobrevivência e se apropriavam de algumas instituições alemãs nesse intento. Por exemplo, tendo em vista que as redes de solidariedade eram, em grande medida, obliteradas e que muitas famílias eram separadas, alguns prisioneiros Herero rapidamente se cristianizavam para que os missionários intercedessem em seu nome. Além disso, os missionários e evangelistas acabavam por ajudar a recompor esses laços, levando correspondências entre os prisioneiros e trazendo informações sobre as condições de trabalho em outros locais do território (GEWALD, 1999, p. 202). Inúmeros se recusaram a embarcar em navios para os campos de trabalho de Lüderitz por terem um conhecimento prévio das péssimas condições de trabalho que os aguardavam. O missionário luterano, Erich, tentou contatar os prisioneiros que estavam prestes a embarcar para Lüderitz, mas foi impedido, então escreveu para outro missionário, Vedder, em 16 de dezembro de 1905, informando:

Hoje ou amanhã, outra carga de prisioneiros sairá daqui [Okahandja] para lá [Swakopmund]. Eles devem ser enviados para a construção ferroviária para Lüderitzbucht. Eu ficaria feliz em ter falado com as pessoas antes de [saírem], no entanto eles não devem saber para onde estão sendo enviados, é por isso que eu não estou autorizado. Talvez você possa fazê-lo (GEWALD, 1999, pp. 203-04).

⁵²

O fluxo de informações entre prisioneiros em diversos pontos do território era também uma ferramenta importante para tomadas de decisões entre os presos, como fugas ou até suicídio, além de preparar psicologicamente esses sujeitos para o que lhes aguardava em outros lugares caso fossem removidos.

⁵² T. do A.: “Today or tomorrow, another load of prisoners will leave from here [Okahandja] to there [Swakopmund]. They are to be sent for railway construction to Lüderitzbucht. I would gladly have spoken to the people before [they leave], however they are not to know here they are being sent to, that is why I am not allowed to. Perhaps you can do it”

Os que eram levados à Lüderitz enfrentavam piores condições de salubridade e de trabalho em relação àqueles destinados a outros pontos. Em uma pequena ilha contígua à baía, denominada de Shark Island, foi erguido um campo de concentração para receber prisioneiros Herero e Nama. A ilha, que possuía cerca de 1200 metros de extensão e 300 metros de largo em seu ponto mais largo, era formada por um sólido bloco de granito e esculpida pelas intempéries da natureza, pela erosão dos ventos e pelas raríssimas chuvas; não possuía solos formados e era completamente estéril, sendo visitada apenas pela avifauna local e por algumas espécies marinhas, notadamente, os mexilhões. No sudoeste da ilha foi construído um hospital e uma estação de quarentena, utilizada principalmente para tratar enfermos de febre tifoide e casos de disenteria. No norte ficavam os acampamentos e barracões, feitos de lona e outros materiais improvisados, como cobertores. Para o oeste, o limite do acampamento era as águas frias da corrente de Benguela, no oceano Atlântico sul; para leste, uma cerca de arame farpado, vigiada 24 horas pela *Schutztruppe* (ERICHSEN, 2005, pp. 71-72).

Apenas pelas condições geográficas descritas aqui, pode-se perceber as péssimas condições a que eram submetidos os prisioneiros. Somado a isso, havia a questão do trabalho forçado e das péssimas condições alimentares. Já no primeiro ano de funcionamento do campo de concentração, o missionário Vedder escreveu para seu colega, Erich, assombrado com o contingente de mortos: 59 homens, 59 mulheres e 73 crianças, totalizando 191 mortos ⁵³. Não se sabem quantos confinados havia na ilha nesse período, mas, considerando que morriam em média 40 % dos prisioneiros em Swakopmund, cidade costeira em que residia Erich, é possível que a percentagem de óbitos em Shark Island fosse ainda maior.

Outra grave questão era o abuso sexual dos prisioneiros, haja vista que a maioria deles era pessoas que não se envolviam diretamente na guerra, ou seja, mulheres, idosos e crianças. A violência contra as mulheres nativas grassava na cidade, que, como já foi dito, era extremamente masculina, ainda mais quando se sabia da impunidade em relação aos casos de estupro desde que não ferissem a clivagem social e racial existente, seja envolvendo uma mulher branca, seja envolvendo uma mulher negra que estivesse aos cuidados de um colono.

A justificativa para transferir os prisioneiros a outras áreas era deixá-los impotentes perante os alemães, uma vez que desconheciam a

⁵³RMS Correspondence VII 31.1, Swakopmund, Eich to Vedder, June 14, 1905. In: Erichsen (2005, p. 73).

geografia dos novos lugares e não mais contavam com suas redes sociais. Isso diminuía a chance de outros motins e outros levantes. Porém, mais do que isso, os campos de concentração geraram um oportunismo em relação ao aproveitamento da força de trabalho. Mantidos em condições análogas a escravidão, esses sujeitos seriam aproveitados em todo tipo de labor. A partir de 1905, o governo alemão institucionalizou uma política oficial de utilização da mão de obra dos prisioneiros por particulares. Em troca do trabalho, o governo recebia uma taxa de 10 marcos mensal por prisioneiro, independente de idade ou sexo (ERICHSEN, 2005, p. 119).

O maior consumidor da mão de obra forçada foi o próprio governo, que a empregava para construir a infra-estrutura local. É interessante pensar como Lüderitz, que juntamente Swakopmund e Windhoek era uma das três cidades do SDWA mais reputadas como germânicas na época, foi erguida com mãos africanas. A principal obra foi construção de uma estrada de ferro que conectava o porto da cidade com a região do interior para além do deserto costeiro da Namíbia (**figura 8**).

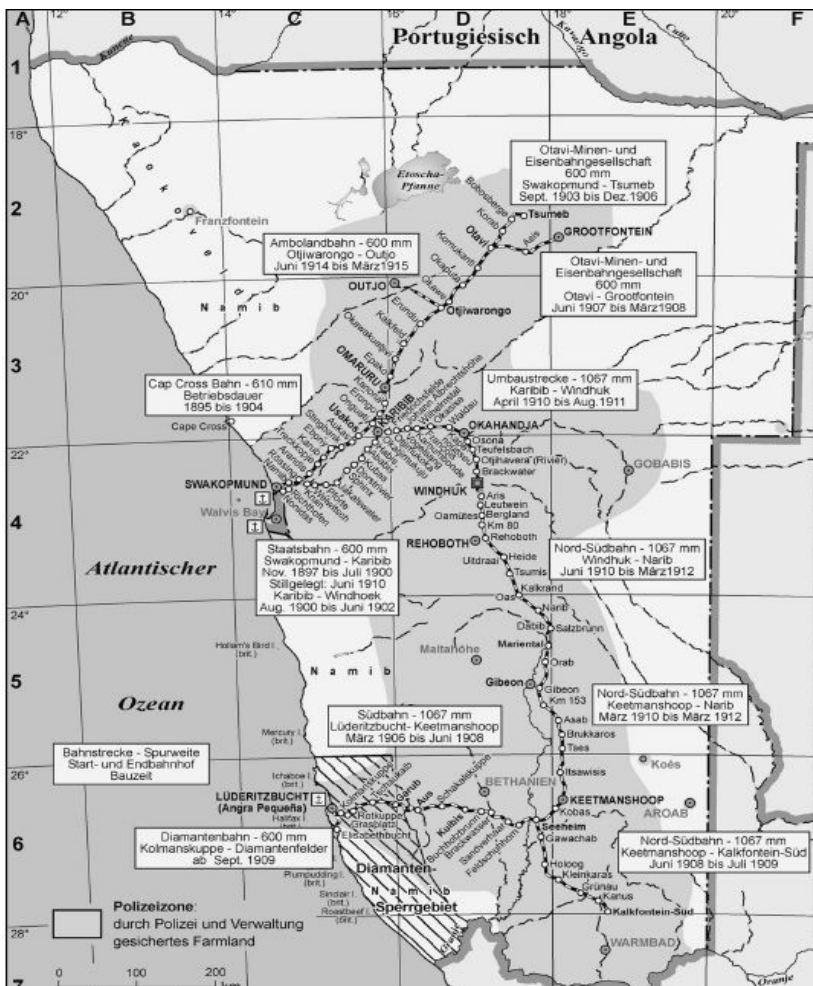


Figura 8: Expansão da rede ferroviária da África do Sudoeste Alemã desde 1895 até 1915. In: SCHMIDT, Wilhelm R. **Deutsch-Südwest-Afrika**: fotos aus der Kolonialzeit 1884-1918. Frankfurt: Universitätsbibliothek Frankfurt a. M., 2001. p.63

O mapa acima mostra a expansão ferroviária na DSWA, na qual é possível ler que a construção da estrada de ferro ligando Lüderitz e Keetmanshoop teve início em março de 1906 e foi concluída em junho de 1908. Esta ferrovia foi construída a expensas de muitas vidas Herero e Nama. Em 1907, o missionário Hermann Nyhof enviou uma carta de

Lüderitz para a Sociedade Missionária Renana, em Wuppertal- Barmen, na qual denunciava as condições de vida em Shark Island. Ele disse haver no momento em que escreveu 2.000 Herero e 1.000 Nama, e desde que os Nama tinham chegado de Windhoek e Karibib, em 1906, cerca 700 já havia morrido, sendo 500 Witboois e uns 250 Bethania, a maioria por escorbuto e outras doenças ⁵⁴. Segundo Erichsen (2004, p. 83), entre janeiro de 1906 e julho de 1907, 2014 presos de Shark Island foram mandados para trabalhar na abertura da ferrovia, dos quais morreram 1359, o que significa uma taxa de mortalidade de 67 por cento.

Nesse sentido, o primeiro *boom* de Lüderitz esteve ligado à economia da guerra, tendo sua infraestrutura erguida através do trabalho compulsório dos prisioneiros. Com o desmantelamento dos campos de concentração, em 1907, e o retorno das tropas, em 1908, a cidade se viu rapidamente reduzida a um pequeno povoado novamente. De acordo com o periódico *Kolonie und Heimat im Wort und Bild*, a população branca de Lüderitz neste ano orbitava em torno de 600 habitantes e os poucos que restavam cogitavam deixar a cidade ⁵⁵. A descoberta do diamante nos areais próximos à cidade, no entanto, foi o elemento propulsor da economia nos anos subsequentes. Tão logo foi descoberto, o distrito se tornou, por ordem imperial, uma área fechada, e inúmeras companhias diamantinas passaram a explorá-lo, como a *Koloniale Bergbaugesellschaft* e a *Deutsche Diamantgesellschaft*. Alemães de toda sorte, notadamente “caçadores de diamante”, afluíram para o deserto, além deles, muitos africanos foram trabalhar nos campos de diamante, mormente os de origem Ovambo e do Cabo. Marion Wallace (2012, p. 201) estima que o número de trabalhadores migrantes no distrito diamantino em 1911 girava em torno de 2.300.

A riqueza proporcionada pela atividade diamantina atraiu uma horda de “indesejados” brancos, formada por pobres e vadios alemães, além de muitos bôeres. Estes indivíduos ameaçavam as pretensões coloniais de brancura e germanidade e, por isso, houve tentativas de tirá-los da colônia. Ainda segundo Wallace (2012, p. 196),

⁵⁴ **Cartas do missionário Hermann Nyhof entre 18 de Janeiro 1907- 22 de abril de 1907 à Sociedade Missionária Renana em Barmen, arquivos das Nações Missão Evangélica Wuppertal-Barmen, RMG 1650A, B / c 1177 BI. 101-105, 103 e aqui RMG 2509a, C / h 23a, BI. 347-352, aqui 347 f. Carta integral em Erichsen (2004, pp. 84-85).**

⁵⁵ **Kolonie und Heimat im Wort und Bild. N.º.14, ano 3, Berlin, 27/03/1910, p.02.**

A descoberta de diamantes, em particular, encorajou a imigração para o território de aventureiros considerados “indesejáveis” pelas autoridades, e dessa forma, colonos foram deportados para a Alemanha por alcoolismo, pobreza e atividades homossexuais, dentre outras razões. Particularmente antes e durante a Guerra Sul africana [1899-1902], considerável número de bôeres da África do Sul chegaram no sudoeste Africano Alemão, dentre os quais, grupos pobres de migrantes Trekboers eram particularmente importunos para as autoridades ⁵⁶.

A pequena baía no sudoeste africano se tornou uma *zona de contato*⁵⁷ entre homens de diversas procedências que se envolveram direta ou indiretamente uns com os outros. Os processos penais do Arquivo Nacional da Namíbia dão uma amostra de como a exploração do diamante transformou o distrito de Lüderitz em um ponto de convergência para pessoas de toda sorte, eram eles: pessoas do Cabo, da Libéria, dos Camarões, da África Oriental Alemã, dos grupos Ovambo, Kru, Herero e Nama. Além dos africanos, aparecem casos envolvendo portugueses, americanos, um argentino. Muitas destas pessoas vinham para trabalhar nas companhias mineradoras, mas também era comum que estivessem em busca da riqueza que circulava pela cidade, prestando serviços como autônomos, cuidando de gado, etc. (**tabela 5**). A seguir, será discutido brevemente o papel de cada grupo na composição do mosaico humano existente em Lüderitz.

⁵⁶ T. do. A.: The discovery of Diamonds in particular encouraged the immigration into the territory of adventurers considered “undesirable” by the authorities, and settlers were deported to Germany for alcoholism, poverty and homosexual activities among other reasons. Particularly before and during the South African War (1899-1902), considerable numbers of Boers from South Africa had arrived in SWA, among whom the poorer groups of migrant Trekboers were particular unwelcome to the authorities.

⁵⁷ No entender de Mary Louise Pratt (1999, p. 27), zona de contato são “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”.

Tabela 5: Origem étnica e quantidade de processos crimes registrados em Lüderitz entre 1905 e 1915 (somente dos grupos com mais de 10 casos).

Origem étnica	Número de casos registrados
Negros do Cabo	188
Herero	53
“Hotentote”	53
Negros Kru	28
Negros Makossa	27
Cafre	24
Ovambo	21
Português	11
Demais etnias	73
Total	478

Fonte: Arquivo Nacional da Namíbia. Questões processuais, (a) matéria penal. In: Inventar der akten des kaiserlichen bezirksamts lüderitzbucht 1896-1915 vol 2.

Ao todo foram registrados 478 processos, envolvendo indivíduos de várias partes do mundo, no entanto, na tabela acima, foi considerado apenas as etnias com mais de dez casos, o que totalizou 405 processos (84,7%). Tratando como uma sinédoque, o número de ocorrências penais registradas pode dar uma noção bastante aproximada das populações que afluíram para Lüderitz, notadamente, após a descoberta dos diamantes. No entanto, é importante ressaltar a ausência de casos envolvendo colonos brancos de origem germânica, o que indica o seu tratamento jurídico diferenciado em relação aos demais.

Em boa parte dos casos, os envolvidos fazem parte dos grupos étnicos já existentes no sudoeste da África antes do período colonial, são eles: 53 de origem Herero (11%), 53 de origem “hotentotes” (Nama, 11%) e 21 de origem Ovambo (3,5%). Como já foi mencionado anteriormente, os Ovambo e Herero se concentravam na parte norte e central da África do Sudoeste Alemã e, portanto, migraram para Lüderitz. Segundo a revista *Kolonie und Heimat im Wort und Bild*, a maioria dos trabalhadores recrutados pelas sociedades diamantinas eram de origem Ovambo ⁵⁸. Esta informação é corroborada pelo fato de não haver um único processo movido contra indivíduos desse grupo antes da descoberta dos diamantes, em 1908.

⁵⁸ *Kolonie und Heimat im Wort und Bild*. N.º.14, ano 3, Berlim, 27/03/1910, p.02.

Além deles, é possível encontrar 27 casos de negros Makossa (5,6%) que são originários dos Camarões. Eles provavelmente foram recrutados pela própria administração alemã, visto que havia a colônia alemã de *Kamerum*. Atentando novamente para a periodicidade dos processos, se observa que todos os casos são posteriores ao fim da guerra colonial. É possível que os Makossa fossem mobilizados da outra colônia para colmatar os postos de trabalho que antes eram ocupados pelos prisioneiros Nama e Herero. Aliás, a remoção de indivíduos entre as duas colônias já havia sido cogitada no início da guerra colonial como uma medida de segurança sem que se perdesse completamente a força de trabalho. Porém, segundo Erichsen (2005, p. 108), devido aos custos elevados de transporte, um pequeno número de indivíduos foi removido para outra colônia, o Togo, antes da criação dos campos de concentração. Nesse sentido, é possível inferir que os indivíduos desse grupo estivessem mais ligados a trabalhos estafantes, como o de carregadores em geral, embora haja um processo por “comércio ilegal de bebidas espirituosas”.

Outro grupo que provavelmente passou a circular por Lüderitz após a descoberta do diamante foi o dos portugueses, haja vista que dos 11 processos ⁵⁹ que possuem apenas um é anterior a 1908. Provavelmente os portugueses não vinham direto da Europa, mas das colônias africanas, Moçambique e Angola. Já os Kru, que possuíam 28 processos (5,6%), não estavam ligados diretamente à empresa diamantina, mas às atividades náuticas e portuárias. Segundo Sílvio Correa (2012d, pp. 12-13), a companhia alemã de navegação, Woermann, empregava muitos indivíduos Kru como carregadores em suas viagens.

Com a ocupação das tropas britânicas e sul-africanas em setembro de 1914, uma nova configuração foi dada à cidade Lüderitz, agora marcada pelo refluxo da população alemã e de muitos estrangeiros que por lá circulavam. A carência de água pode ter sido um fator preponderante para a deportação de milhares de civis, notadamente mulheres e crianças para a África do Sul. Destarte, pode-se afirmar que a diversidade étnica e cultural e a efemeridade foram traços heteróclitos da história desse povoado erguido no deserto. No próximo capítulo, será discutido como alguns desses adventícios que visitaram ou tentaram se estabelecer em Lüderitz liam/criavam a paisagem circundante, seja através de quadros, de relatos, ou de fotografias.

⁵⁹ No caso dos portugueses, quatro dos 11 processos podem ter sido movidos contra um mesmo indivíduo, chamado na documentação apenas de Pereira.

CAPÍTULO 2: PAISAGENS DO OLHAR NO NORDESTE BRASILEIRO E NO SUDOESTE AFRICANO

Essa pesquisa versa sobre os modos de ver e utilizar a água em duas regiões portuárias de importância periférica para o II Reinado do Brasil e para o II Reich alemão, a cidade de Aracati (Brasil) e Lüderitz (atual Namíbia) respectivamente. A primeira localizava-se no estuário do principal rio do Ceará, o Jaguaribe, e detinha uma importância regional conferida inicialmente pelo comércio do charque e posteriormente pela exportação do algodão e importação de produtos que chegavam às fazendas dos sertões do Jaguaribe, no entanto por estar localizada no estuário, sofria com o infortúnio das excessivas taxas de salinidade da água do rio, de tal modo que tiveram que desenvolver soluções locais para contornar o problema de potabilidade: construção de poços, cataventos de madeira, aqueduto. A segunda era uma pequena cidade portuária em meio ao deserto e que dependia de atividades extrativas: inicialmente a caça da baleia, coleta do guano, e caça do leão marinho; posteriormente o extrativismo mineral, sobretudo, do diamante e do mármore. A aridez do deserto dificultou sobremaneira a vida nesse “território do vazio” (CORBIN, 1989) em que os habitantes sugeriram opções bastante extravagantes para contornar a falta de água: navio pipa, e dessalinização da água do mar. Os problemas técnicos ocasionados por essas escolhas acompanharam toda a experiência imperial alemã na África.

Assim, o conceito de paisagem nos parece muito caro para discutir os modos pelos quais ambos os territórios foram vistos nesse período e de que modo esta visão legitimou práticas e políticas de aproveitamento das águas. Além disso, permite-nos transpor a antinomia *natureza e cultura* e pensá-las de forma relacional.

A ideia de paisagem surgiu no Ocidente estritamente ligado ao pictórico. Qualquer tentativa de identificar a sua origem seria embaraçosamente enganosa. No entanto, parece plausível a afirmação de Tereza Alves (2011), baseada nos estudos de Alain Roger, quando atribui ao poeta flamengo Molinet o mérito de ter primeiro utilizado termo, em 1493, que tinha como sentido um “quadro que representa uma região”. Para Augustin Berque o advento da palavra não é suficiente para a existência de uma civilização paisagística, embora seja, sem dúvida, o requisito mais importante – seja a *landchap* de origem holandesa, a *paysage* de origem francesa, ou a *landskip* de origem germânica. Ele definiu quatro critérios necessários para a

identificarmos: “uso de uma ou mais palavras para exprimir a ‘paisagem’; representações literárias (orais ou escritas) que descrevam a paisagem ou celebrem seus atributos; representações pictóricas de paisagens; e, finalmente, a existência de jardins de fruição” (MENEZES, 2002, p. 31). Segundo o autor, muitas sociedades lograram um ou mais desses aspectos, mas somente a Europa e a China conseguiram completar os quatro critérios, sendo que a primeira só preencheu todos os requisitos a partir do século XV.

Nos dois primeiros séculos, a semântica da palavra pouco se alterou e permaneceu próximo da ideia de um panorama, como pode ser percebido na definição do dicionário de Furetière de 1690: “os aspectos de uma região”; “o território que se estende até onde a vista se pode alcançar” (ALVES, 2011, p. 67).

Com a formação dos Estados nacionais, a paisagem passou a cumprir um papel de aglutinadora das características de um determinado território, incorporando outros sentidos que não o visual. Assim, estendeu-se também para a música, as letras, dentre outras.

No século XX, o conceito expandiu-se em virtude de uma infinidade de apropriações. Para ficar em um exemplo, o museu *Modern Tate* possui uma exposição permanente cujo título é *Real Life Landscape*, onde tece uma narrativa ao organizar desde quadros impressionistas, como Monet, até às representações surrealistas de Salvador Dali. A intenção da exposição é mostrar como a noção de paisagem deixou de significar apenas um espaço geográfico e passou a tratar dos mundos da mente da imaginação e das ideias (ALVES, 2011, p. 68).

Até bem pouco tempo, seguiu-se uma tradição herdada das artes que apenas considerava paisagem os territórios dotados de uma apreciação estética positiva, notadamente o modelo proposto pelos trabalhos de Nicolas Poussin (1594-1665) e Claude Lorrain (1600-82), cujo objetivo era de alcançar a beleza *sublime* da natureza. Segundo Gombrich (2012, pp. 395-397), os padrões estéticos estabelecidos pelo último foram reproduzidos por viajantes por mais de um século após a sua morte e se espalhou pelos jardins britânicos, impregnados de suas marcas. No século XVIII, como enfatiza Simon Schama (1996, p.22), era comum que “turistas do cenário pitoresco” e artistas carregassem consigo o chamado espelho de Claude que era utilizado para julgar a imagem refletida como pitoresca ou não.

Alain Corbin (1989), em *Território do Vazio*, demonstrou como no correr do século XVII a sociedade ocidental transformou sua sensibilidade e senso estético em face da praia, de sorte que esta deixou

de ser um ambiente minaz e passou a ser um lugar aprazível, de lazer e fruição, procurado pelos amantes da crescente vilegiatura marítima.

Outra asserção corrente foi a de que a paisagem seria a própria natureza, ou melhor, apenas a constatação dessa natureza através dos sentidos. Podemos observá-la em relatos de cientistas viajantes oitocentistas, por exemplo, que ao construírem uma paisagem jungiam apenas elementos do ambiente físico, tais como a fitofisionomia de determinado território, suas formações geológicas, as características dos contornos geográficos, os aspectos mesológicos das espécies nativas, dentre outros⁶⁰. Outrossim, esteve presente nos estudos geográficos do início do século XX que a entendia como o real, o material.

Anne Cauquelin (2007), em *A Invenção da Paisagem*, afirma que essa visão ontológica, ao por em equivalência *natureza* e *paisagem* ignora uma gênese e, por tanto, uma historicidade da paisagem. Admite apenas transformações ligadas a mudança da natureza e independe do existir humano, já que ele não é criador. Ao buscar o momento de emergência da palavra e da coisa, a autora entende que foi a invenção da perspectiva, de seu procedimento de apresentação e doutrina, que permitiu o surgimento da paisagem no quadro. A paisagem, assim, não é apanágio universal, ao contrário, é historicamente construída e marcadamente restrita, obedece a um conjunto regras retóricas – escritas ou visuais - e teve seu sentido profundamente alterado conforme os tempos históricos.

No que concerne à historiografia, aqui restrita aos estudos brasileiros, a preocupação com a paisagem pretérita é antiga. Até a década de 1950, especialmente nos trabalhos de Capistrano de Abreu (1853-1927), Afonso Taunay (1876-1958) e Caio Prado Júnior (1907-1990), ela foi entendida como pano de fundo. A espacialização das estruturas sociais tornou-as menos abstratas e produziu um cenário para a narrativa. No entanto, a visualização da paisagem através da reconstituição histórica do espaço teve muitas vezes caráter acessório, servido de pano de fundo ao fato que se almejava contar (CORREA, 2012, p. 52). A exceção foi Sérgio Buarque de Holanda, em seu trabalho intitulado *Visão do Paraíso*, que tenciona mostrar como uma visão edênica do Novo Mundo contribuiu enormemente para a sua

⁶⁰Ver por exemplo a descrição da paisagem elaborada por Freire Alemão, em visita às Capitâneas do Norte em 1859. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho, Francisco Regis Lopes Ramos, Kênia Sousa Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ocupação. A questão das pequenas variações de temperatura no além-mar, por exemplo, foram exaustivamente repetidas sob o *tópos* medieval *non ibi frigus non aestus* (nem frio nem quente), de santo Isidoro de Sevilha, usado para designar o Paraíso, de sorte que pouquíssimos foram os casos em que a ordem das referências *frio* e *quente* foi permutada (HOLANDA, 2000, p. XX).

Após o hiato embalado pelos estudos estruturalistas entre os anos 60 e 80 e pela predominância das análises nomotéticas ⁶¹, a paisagem voltou a figurar na agenda dos historiadores brasileiros, quer na história cultural que se referenciava em autores britânicos como Simon Schama (1996), Keith Thomas (1993) e Raymond Williams (1989); quer na história ambiental que se embasava em historiadores norte-americanos, como Warren Dean (1996) e Donald Worster (1991).

Uma sensível diferença pode ser verificada nos trabalhos que se apoiam em cada uma dessas matrizes, embora cada autor se aproprie do conceito de forma muito variada. Dora Correa (2012) explica que entre os autores que se denominam de historiadores ambientais predominam os estudos da paisagem que partem de uma materialidade a ser percebida e que pode ser lida através dos vestígios deixados na natureza, como as árvores, o solo, dentre outros. Para ficar em um exemplo, vale ler o artigo de Rogerio Ribeiro de Oliveira e Carlos Engemann (2011), no qual a paisagem é entendida como um objeto fruto das intervenções humanas no ambiente e, por tanto, passível de ser desvelada. Elementos físicos, como a própria Floresta Atlântica e o solo, se transformaram em documentos históricos. Segundo os autores, “ao associar ações passadas e presentes, a paisagem constituiu-se uma categoria do espaço que é um produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural ou ainda, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente” (OLIVEIRA; ENGEMANN, 2011 p.17).

Dentre as várias nuances estabelecidas pelos historiadores ambientais, cabe ressaltar ainda o livro *Cidades e sertões*, de Gilmar Arruda. O autor entende que a paisagem é formada por um conjunto de elementos concretos que são mediados pela subjetividade, pelo gênero,

⁶¹ Esse modelo de História social que buscava valorizar os traços históricos passíveis de quantificação serial, elaboração de padrões e similitudes, de onde se pudessem induzir leis entrou em crise na França já em fins de 70 e início de 80, como bem demonstrou Jaques Revel (1998, pp. 15-38). O mesmo não é válido, no entanto, para o caso brasileiro, onde esse tipo de trabalho foi comum até meados dos anos 80.

pela cultura. Nesse sentido, ela se faz da tensão entre o percebido e a materialidade.

Já dentre aqueles que a entendem como um produto cultural, portanto dependente de um observador, é oportuno lembrar o capítulo de Ulpiano de Menezes (2002), intitulado *A paisagem como fato cultural*. Para o autor, a paisagem não se auto determina, bem como não possui qualidades imanentes, cabendo aos sujeitos atribuir-lhe significados. Destarte, torna-se mais interessante atentar para o que se vê e o que se encobre quando se produz uma paisagem. Questões como: “*quais os efeitos da paisagem? Quem se beneficia com ela e quem carrega o ônus?*” são importantes balizadores àqueles que pretendem desenvolver esta categoria de análise sob um viés cultural, pois ela naturaliza uma construção social e cultural de modo que esta parece dada e inevitável.

Afinal, seria a paisagem transparente àquilo que apresenta como verdadeiro, uma simples descrição do que apreendemos a partir de nossos sentidos? Ou seria apenas uma ação retórica, construída pelo narrador? Um pouco de ambos: a operação que afiança um deslocamento da realidade para uma imagem ou texto é retórica, mesmo que tenha pretensões de neutralidade, outrossim, está referenciada nesta realidade. Assim, a paisagem é um processo criativo, dependente de um observador e de uma narrativa. Ela cria imagens de *natureza* assim como a árvore fabrica o solo do qual parece emergir.

Tendo em vista a polissemia do conceito, demarcamos nossa posição no debate optando por um viés mais cultural que foca nas representações realizadas por forasteiros que percorreram aquelas plagas, pois nosso intento não é fazer um cadinho dos múltiplos elementos destacados pelos viajantes de modo que, à guisa de um mosaico, se possa criar uma paisagem pretérita. Ao contrário, buscaremos discutir como os diversos olhares adventícios classificaram, recortaram, isolaram e ordenaram inúmeros “elementos paisagísticos”⁶² com vistas a produzir uma paisagem de Aracati, notadamente hídrica e uma paisagem de Lüderitz, nomeadamente desértica, bem como analisar quais os efeitos dessas imagens para os modos de usos das águas.

⁶² O termo foi tomado de empréstimo de Georg Simmel (2009), em “a filosofia da paisagem”. Neste trabalho, o autor assevera que assim como uma pilha de livros não forma uma biblioteca, uma série de elementos paisagísticos não nos assegura uma paisagem, cabendo à ação criadora ao observador que pode ora reunir determinados elementos ora outros para formar, tal como um artista, diferentes paisagens.

2.1 A paisagem desértica de Lüderitz

O presente tópico se destina a discutir como alguns indivíduos descreveram e elaboraram uma “paisagem do olhar” na baía de Lüderitz ao longo da colonização alemã.

As primeiras descrições oitocentistas da baía, à época chamada de Angra Pequena, indicam sempre uma visão costeira. Construída por marinheiros, navegantes e *surveyors*, a narrativa começa pelo limiar entre a água e a terra, e adentra o continente africano. Para esses autores, como Benjamin Morrell ⁶³, as condições geográficas de navegação e ancoragem pesam sobre a descrição do território e sobre a atribuição de um juízo de valor. O próprio Morrell reconhece o quanto sua visão estava impregnada pela experiência oceânica quando afirma que “a água salgada era quase a primeira cena apresentada a minha vista infantil; e eu vivi perto dela, ou sobre ela, desde então” (MORRELL, 1832, p.9).⁶⁴ Os que descreveram a baía no século XIX foram principalmente comerciantes ingleses do Cabo ou indivíduos relacionados ao extrativismo animal da costa, atraídos pelas peles das focas, ovos de pinguim, guano, dentre outros. Já os missionários alemães, que desde 1842 circulavam pelo sudoeste africano, não se fixaram nem tampouco descreveram esse árido litoral do deserto do Namib, ficando apenas ao longo dos rios intermitentes da *hinterland*.

Ao longo de sua terceira viagem, em 1838, Benjamin Morrell navegou por águas atlânticas a bordo do navio Antartic, realizando algumas incursões à costa africana, desde Benguela até a cidade do Cabo. As águas do sudoeste africano despertaram seu interesse, haja vista sua pretérita experiência como caçador de focas. Se até então a “costa dos esqueletos” pouco havia atraído a atenção dos navegantes europeus, que olhavam para o deserto como um lugar vazio e estéril, o autor logrou perceber que poderiam ser realizados negócios avultados a partir da coleta do guano em algumas ilhas próximas à costa, bem como poderiam ser explorados a avifauna que, seguindo a corrente de

⁶³ Foi um explorador nascido em Westchester County, Nova Iorque, em 1795. Entre 1823 e 1831, realizou quatro viagens exploratórias às ilhas do sul oceano Pacífico e Antártida, às ilhas do norte do mesmo oceano, à costa ocidental da África e novamente às águas do Pacífico sul. Em 1832, o explorador sintetizou suas experiências de viagem em um livro intitulado *A narrative of four voyages*.

⁶⁴ T. do A.: “the salt water was almost the first scene presented to my infant view ; and I have lived close by it, or on it, ever since”.

Benguela, migrava para a região entre setembro e novembro, notadamente, o pinguim, o flamingo e o albatroz. Sua descrição indica um ecossistema repleto de vida marinha, que pode ser confirmado pela imagem registrada da ilha de Ichaboe em 1912 (**figura 09**). Para que se tenha uma ideia, o autor afirma que em Ichaboe; sita ao norte de Angra Pequena oito léguas, “suas praias são ocupadas por multidões de focas; pegamos por volta de mil de suas peles em poucos dias. A superfície da ilha é coberta com esterco de pássaros com a espessura de 25 pés” (MORRELL, 1832, p. 294).⁶⁵



Figura 09: Ilha de Ichaboe, 1912. In: BAERICKE, Max Ewald. **Historische Erinnerungen:** eines alten diamantensuchers aus der deutschen diamantenzeit in Südwstafrika zwischen den jahren 1908 und 1914 mit einer geschichtlichen Einleitung. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft, 2001.

As orientações de viagem de Morrell, porque pintada com vivas cores, ascendeu o desejo de companhias inglesas pelas riquezas narradas. Então, a empresa inglesa *Andrew Livingstone*, em janeiro de 1843, enviou um navio no fito de investigar as potencialidades desse território, que, então retornou com grande quantidade de guano (BAERICKE, 2001, p. 19). No ano seguinte, inúmeras companhias de comércio deram início à exploração do guano com grande afínco: de Angra Pequena, foram extraídos 3.000 toneladas; da ilha Possession, 8.000 toneladas; da ilha Mercúrio, 1.500 toneladas, e assim por diante.

⁶⁵ T. do. A.: “its shores are re sorted to by multitudes of fur-seal ; we took about one thousand of their skins in a few days. The surface of this island is covered with birds' manure to the depth of twenty-five feet”.

A empresa foi realizada com tamanho afínco que em 1845 não havia mais nenhuma reserva de guano em grande quantidade na costa africana (PURDY, 1855, p. 510), e como que vencidos pelo deserto, quase todos os barcos e indivíduos declinaram do desejo de prosseguir explorando essas águas frias do Atlântico. Com efeito, a falta de água era o maior óbice.

Ainda segundo Morrell, a atividade extrativista marinha não era a única opção de exploração do território, pois outro grande negócio seria fazer de Angra Pequena um importante entreposto comercial com os sertões além das dunas do Namib:

Navegantes que visitam esta costa, com o propósito de abrir o comércio com os nativos do interior, deveriam fazer de Angra Pequena seu principal ponto de encontro com o sul. Viajando por volta de 40 milhas da costa, eles chegarão à água fresca, e encontrarão Hotentots que são muito amigáveis e de confiança. Esta excursão, de qualquer maneira, muito distante, não é agradável sobre um estéril deserto arenoso; mas cada milha que você se distancia, o panorama fica mais claro, o solo se torna rico e fértil e o país abunda com todos as produções do clima. Os habitantes logo se tornam numerosos, e as planícies gramíneas cobertas com imensos rebanhos de um bonito gado. As florestas distantes das vilas são os terrenos de caça dos nativos, onde eles matam ou prendem vários tipos de bestas selvagens por suas preciosas peles; como leopardos, leões, zebras, raposas cinzentas, e etc., juntamente com pássaros de uma bela plumagem. Aqui vivem antílopes, ovelhas e avestruzes em abundância; elefantes, chacais, Aardvark, ouriços, porcos-espinho, babuíños, símios, macacos, e etc. O país em direção ao nordeste de Angra Pequena abunda em minérios, os quais, junto com marfim, plumas de avestruzes, e outros artigos valiosos, podem ser adquiridos. A baía de Angra Pequena produz uma imensa quantidade de excelente peixe, de muitas diferentes espécies, que podem ser pescadas tanto

com anzóis e linhas ou com redes (MORRELL, 1832, p. 294).⁶⁶

No entendimento do explorador o negócio era tão promissor que ele estimava que um investimento de 30 mil dólares, se devidamente gerido, poderia multiplicar o valor em 10 a 15 vezes (MORRELL, 1832, p. 294). Na visão do autor, a cada milha percorrida, a natureza hostil do deserto se redime com o humano; e deixado para trás as dunas do Namib, planícies férteis, população humana e animal numerosa estarão a espera do navegante estrangeiro.

A imagem do *El Dorado* além do deserto tecida por Morrell contrasta com as descrições anteriores e posteriores. Ainda que o explorador tenha permanecido entre 24 de setembro e 22 de outubro de 1832 em Angra Pequena, é improvável que tenha alcançado o platô central pessoalmente. O autor, que não possuía nenhum compromisso institucional, científico ou militar em suas descrições, não se furtava de enriquecer o seu diário de viagem com informações que coletou de terceiros ou que simplesmente criou, mas que considerava plausível. No entanto a falta de erudição e educação o impediu de tornar sua narrativa mais verossímil, o que o teria poupado de críticas por parte de outros exploradores (MILLS, 2003, p. 435). Seus equívocos tornam a sua elaboração da paisagem bastante peculiar.

Quanto à questão da obtenção de água potável, Morrell afirma não ser um problema:

⁶⁶ T. do A.: Navigators who visit this coast for the purpose of opening a trade with the natives of the interior should make Angra Pequena their principal rendezvous to the south. By travelling forty miles due east from the sea, they will come to fresh water, and will meet with Hottentots who are very friendly, and may be trusted. This excursion, however, thus far, is not pleasant, being over a barren sandy desert ; but every mile you proceed farther the prospect brightens, the soil becomes rich and fertile, and the country abounds With all the productions of the climate. The inhabitants soon become numerous, and the grassy plains are covered with immense herds of fine cattle. The forests remote from the villages are the hunting grounds of the natives, where they kill or take various kinds of wild beasts for their valuable skins ; such as leopards, lions, zebras, gray foxes, &c., together with birds of a beautiful plumage. Here are antelopes, sheep, and ostriches in abundance; elephants, jackals, ant-bears, porcupines, hedgehogs, baboons, apes, monkeys, &c. The country to the north-east of Angra Pequena abounds with ores and minerals, which, together with ivory, ostrich feathers, and other valuable articles, can be had low. The bay of Angra Pequena affords an immense quantity of excellent fish, of many different kinds, which may be caught either with a hook and line or a seine.

Navegadores narraram, e isso está também colocado em mapas e cartas, que esta região da costa oeste da África é destituída de água fresca; e que não se encontra ninguém entre dezesseis e trinta e cinco graus de latitude sul. Essa ideia é fundada em erro; encontrei muitos lugares, enquanto viajava ao longo das praias desta costa, a água fresca pode ser adquirida em qualquer quantidade em se cavando rasos poços. Ao norte de Angra Pequena, aproximadamente 10 milhas, existem muitas fontes de excelente água fresca e, em aproximadamente uma milha da praia, onde qualquer quantidade do elemento puro e límpido pode ser obtida por uma dúzia de navios de uma vez (MORRELL, 1832, p. 293).⁶⁷

Quando Morrell fez tal afirmação, não se tratava de uma inverdade ou mera fabulação. Sua descrição é antes uma recriação otimista do ambiente, feita com vistas a atrair interessados em explorar este território que até então era economicamente improdutivo. Os mananciais cujo navegante se refere, de fato, estão localizados 40 quilômetros ao norte de Angra Pequena. Trata-se de Anichab, uma imensa depressão que recebeu águas salgadas durante a elevação do nível dos oceanos no período Holoceno. Estes olhos d'água eram visitados por alguns grupos San que habitavam o Namib. No entanto, como será tratado adiante, em face das altíssimas taxas de salinidade da água, quer os navegantes ingleses, quer os colonos alemães não se utilizaram da fonte para o abastecimento.

Uma imagem bastante diferente do deserto do Namib, notadamente, da baía de Lüderitz foi elaborada pelo engenheiro hidráulico Theodor Rehbock, enviado à África do Sudoeste Alemã em 1896. O engenheiro hidráulico considerava o domínio das águas um fator fundamental para a existência humana em diferentes ambientes.

⁶⁷ T. do A.: “Navigators have reported, and it is so marked on maps and charts that this region of the western coast of Africa is entirely destitute of fresh water ; and that none is to be found between the sixteenth and thirty-first degrees of south latitude. This idea is founded in error; for I have found many places, while travelling along near the seashore on this coast, where freshwater maybe had in any quantity by digging very shallow wells. To the north of Angra Pequena, about ten miles, there are many fine springs of excellent fresh water, about one mile from the seacoast, where any quantity of the pure limpid element can be obtained for a dozen ships at a time”.

Em suas palavras, “de toda a mediação cultural, através do qual a raça humana tem multiplicado as suas condições de vida em seu forte crescimento e expansão ao longo de quase todas as áreas de terra, está, além de fazer da prática da cultura do solo, colocar a exploração e o aproveitamento da água” (REHBOCK, 1898, p.7).⁶⁸

Por isso, seu intento era encontrar soluções à falta de água no território, bem como tentar desenvolver a cultura e a pecuária através de inúmeras técnicas, como perfuração de poços por dinamite (REHBOCK, 1898, pp. 86-93) e por escavação (REHBOCK, 1898, pp. 95-97), aquisição de água por acumulação em superfície (REHBOCK, 1898, pp. 83-85), construção de barragens (REHBOCK, 1898, pp. 116-119). Seu estudo contava ainda com a análise de amostras de água, a fim de melhor direcionar o seu uso para cada atividade, que ia desde a sua utilização para o abastecimento humano, incluindo sua importância logística nos portos de entrada (REHBOCK, 1898, pp.59-63) e ao longo das estradas (REHBOCK, 1898, pp. 63-65); para a agricultura (REHBOCK, 1832, pp. 65-66); e para o abastecimento animal (REHBOCK, 1832, pp. 71-73).

Ao se defrontar com o ambiente árido das cercanias da baía de Lüderitz, o especialista em hidrologia afirmou que “mesmo na Baía de Lüderitz, com muito poucas exceções ao longo da costa de Namaland, falta água doce completamente, de modo que tudo o que é necessário deve ser proveniente da evaporação de água do mar” (REHBOCK, 1898, p. 51).⁶⁹

Em *Deutsch-Südwest-Afrika*, Rehbock argumenta que embora a colônia possua terras ubérrimas e excelente para a pecuária, ainda não está desenvolvida em razão da falta de água para cultura, e, “em consequencia de sua difícil acessibilidade aos mares, causadas por baixas de água e por dunas áridas que a cercam Walfish e Lüderitz, os dois únicos portos naturais no país, o protetorado alemão da Africa Sudoeste não está apropriado para a colonização mais penetrante por

⁶⁸ Tradução de Angela Lima: “Von allen Kulturmitteln, durch welche das Menschengeschlecht sich bei seiner starken Zunahme und bei der Ausdehnung uber fast samtliche Landgebiete unserer Erde seine Lebensbedingungen vermehrt hat, ist neben der Ausübung der Bodenkultur keines an Bedeutung der Erschliessung und der Nutzbarmachung des Wassers gleich zu stellen”.

⁶⁹ Tradução de Angela Lima: ‘In Lüderitzbucht selbst, wie mit sehr wenigen Ausnahmen an der ganzen Küste des Namalandes, fehlt süßes Wasser vollkommen, sodass das Erforderliche durch Verdunstung von Meerwasser gewonnen werden muss’.

permanecer fechada a cultura europeia.” (REHBOCK, 1898, p. 8).⁷⁰ O autor entende que somente através da irrigação se poderia fazer prosperar e desenvolver a civilização naquela região subtropical, e vê as obras de engenharia da Grã-Bretanha em suas colônias como o melhor exemplo dessa transformação.

Destarte, é possível perceber que o engenheiro entende as intermináveis dunas do deserto como o maior empecilho ao desenvolvimento não só de Lüderitz, que servia de porta de entrada às terras do sul da colônia, mas de toda a África do Sudoeste Alemã. Apenas nove anos depois da passagem de Rehbock, com a descoberta das minas de diamante nesses areais, a visão negativa e depreciativa do deserto iria rapidamente se transformar. A vicissitude desse “elemento paisagístico”, para usar um termo de Georg Simmel (2009), ocorrerá em face da exploração diamantina, de sorte que em descrições ulteriores à descoberta, às vezes, o deserto apresentará um caráter sublime. Essa descontinuidade na leitura da paisagem está presente na representação imagética do pintor Ernst Vollbehr, que esteve em Lüderitz em 1910.

Após retornar de sua viagem ao Brasil (1906-1908), Ernst Vollbehr esteve na África do Sudoeste Alemã em 1910, onde registrou as cidades Swakopmund, Windhuk, Tsumeb e Lüderitz. Em seu livro *Bunte Leuchtende Welt* (Mundo brilhante colorido), de 1935, Vollbehr tenta levar para a Alemanha um pouco das maravilhas da empresa colonial na África, a fim de mostrar para a juventude alemã “este país selvagem, formidável e belo que nos custou tanto sangue” (VOLLBEHR, 1935, p. 92).⁷¹ De acordo com Sabine Wilke (2006, p. 294), o pintor escolheu retratar o que havia de familiar na paisagem africana, enfocando, assim, os temas como a família, o cotidiano e as habitações nativas. Além dos temas analisados por Wilke, pode-se seguramente acrescentar a vista panorâmica de *Lüderitzbucht* e a *Kupferwerk Tsumeb vor Sonnenaufgang* como parte do seu intento em fazer das colônias um ambiente agradável para os seus conterrâneos.⁷²

⁷⁰ Tradução de Angela Lima: “In Folge seiner schwierigen Zugänglichkeit vom Meere her, die durch die wasserarmen und unwegsamen Dünengebiete bedingt wird, welche die beiden einzigen brauchbaren natürlichen Häfen des Landes Walfishbay und Lüderitzbucht umschliessen, ist das deutsche Schutzgebiet von Südwest-Afrika von allen für die Ansiedlung von Weissen geeigneten Ländern am längsten dem Eindringen europäischer Kultur verschlossen geblieben”.

⁷¹ Tradução de Angela Lima: “Dieses wilde, furchtbare und schöne Land, das uns so viel Blut gekostet hat”.

⁷² A legenda da segunda aquarela diz: Rauchende Schornsteine und grosse Fabrikanlagen erinnern an deutsche Industriegebiete (Chaminés fumegantes e

A passagem de Vollbehr em 1910 é posterior à descoberta do diamante. As grandes dunas, que Rebohck considerara um empecilho à civilização há uma década, tornar-se-iam a própria força motriz da empresa colonial em Lüderitz. Os rendimentos desta exploração mineral justificariam a ocupação e o estabelecimento humano, e os cômodos de areia outrora minazes e hostis, despertariam o sublime no artista (**figura 10**).



Figura 10: Campos de diamante. <In: <http://www.ernst-vollbehr.de/dswa2.htm>>. Acessado em 8 de março de 2013.

Na África, Ernst Vollbehr narra deslumbrado as maravilhas do deserto, notadamente, as diferentes matizes de cores refletidas pela areia e pela sua dança embalada pelo vento: “a formação das dunas é muito impressionante. Eles são como muralhas empilhadas, no plano como uma meia-lua, o centro fortemente inclinado aponta em estreita sucessão. Inquieta, ela constantemente migra, mas sempre mantém a sua forma. Muitas vezes, ela aparece transfigurada, etérea, como nuvens brancas contra o céu azul, as linhas de contorno de areia soprando um

fábricas grandes que lembram as áreas industriais alemãs). As aquarelas estão disponíveis em <http://www.reichskolonialamt.de/inhalt/vollbehr/vollbehr.htm>, acessado em 04 de março de 2013, às 15:53.

pouco turvas” (VOLLBEHR, 1912, p. 15).⁷³ Juntamente com os mistérios e belezas da paisagem desértica, o autor exprime sua visão eurocêntrica e racista ao se perguntar, por exemplo, como o diamante havia permanecido invisível durante um quarto de século para os comerciantes europeus que faziam o trajeto em seus carros de bois, para os milhares de soldados alemães durante a guerra, para os funcionários da ferrovia e para os engenheiros e geólogos que lá estiveram e, de chofre, se fez visível para um “negro do Cabo” (VOLLBEHR, 1912, p. 14)?

A descoberta do minério em uma área de mais de 400 km² foi tão significativa que o autor relatou que muitos dos rubis encontrados no processo de cata dos diamantes eram descartados apenas para não despencar o valor da pedra na Alemanha (VOLLBEHR, 1912, p. 17). Porém, Vollbehr está ciente de que a nova apreensão da paisagem desértica é resultado da exploração dos diamantes, por isso, afirma que

Se não fosse a vinda de muitas empresas de diamantes para a localidade, a Baía de Lüderitz não teria crescido tão rapidamente. Enquanto antigamente a cidade era a porta de entrada para a parte sul da colônia, mas como tal foi-lhe concedido apenas um desenvolvimento bastante lento, porque ela realmente nada de atraente ofereceu para os europeus. Construiu um lugar em falésias e dunas de areia, sem água potável e vegetação, onde um pouco de água para escovar os dentes custa algo como 1 Marco, poderiam de fato apenas alguns comerciantes brancos fixar estadia, as operações de importação para serem efetuadas necessitavam da ajuda de muitos negros (VOLLBEHR, 1912, pp. 10-11).⁷⁴

⁷³ Tradução de Angela Lima: “Die Formation der Dünen ist sehr imposant. Sie sind wie Festungswälle aufgetürmt, im Grundriß wie ein Halbmond, zum Zentrum stark abfallend, spitz und dicht aufeinanderfolgend. Ruhelos wandern sie fortwährend weiter, behalten aber stets ihren Form bei. Oft erscheinen sie ätherisch verklärt, wie weiß Wolken gegen den blauen Himmel, die Grenzlinien durch den wehenden Sand leicht verwischt”.

⁷⁴ Tradução de Angela Lima: “Wenn nicht die Diamantfunde in der Umgebung zahlreiche Diamantbetriebe ins Leben gerufen hätten, wäre Lüderitzbucht nicht so schnell herangewachsen. Zwar vorher schon war die Stadt Eingangspforte für

Nesse sentido, pode-se concluir que a redenção do deserto no olhar colonial veio a partir da sua exploração mineral, que sustentava a presença de milhares de colonos brancos e alimentava o imaginário de um *El Dorado* para muitos caçadores de tesouro. No entanto, quando se atenta para os efeitos sociais dessa paisagem, nota-se que ela serviu de subterfúgio para a exploração colonial não só dos recursos minerais, mas, sobretudo, de pessoas. Além disso, mobilizou para o deserto um contingente humano significativamente maior que a capacidade do ambiente de fornecer água potável, o que resultará em um problema crônico de abastecimento hídrico em Lüderitz como será tratado adiante.

den südlichen Teil der Kolonie, aber nur als solche wäre ihr eine recht langsame Entwicklung beschieden gewesen, da sie für die Europäer wahrhaftig nichts Lockendes bot. Ein Ort, auf Klippen und Sanddünen erbaut, ohne Trinkwasser und Vegetation, in dem das bißchen Wasser fürs Zähneputzen gleich 1 Mark kostet, konnte tatsächlich nur der Aufenthalt weniger weißer Kaufleute sein, die mit Hilfe vieler Farbiger die nötigen Einfuhrgeschäfte verrichteten”.

2.2 A paisagem hídrica de Aracati

Ao longo do século XIX, diversos forasteiros estiveram em Aracati e relataram suas impressões acerca do entorno, dos modos de vida, da economia, dentre outros. Sendo o porto uma das principais portas de entrada da Capitania e posteriormente Província do Ceará, membros da administração colonial, como o, o governador Barba Alardo de Menezes ⁷⁵ e o ouvidor João Antonio Rodrigues de Carvalho ⁷⁶; viajantes como, Henry Koster ⁷⁷; hidrógrafos, como Silva Paulet ⁷⁸ e Richard Dixon ⁷⁹ deixaram suas impressões acerca das águas da embocadura do rio Jaguaribe e da cidade de Aracati. Eles atentaram principalmente para a atividade portuária, ao passo que ignoraram outros usos da foz. Faz-se mister, assim, atentar para os referenciais, o lugar de onde e para quem falam os estrangeiros, quais eram os seus interesses e as suas expectativas e em que momentos eles silenciam. Assim, a narrativa é entendida como uma representação que fala menos do que se propõe a narrar do que do próprio narrador.

Ainda assim, a partir da narrativa de viagem, é possível discutirmos como era o Aracati à época, como era o contorno do rio Jaguaribe a esta altura, o problema de aterramento do leito, as paisagens contíguas, dentre outros.

Tendo em vista a polissemia do conceito de paisagem, escolhemos seguir a senda aberta por Augustin Berque (1994), que

⁷⁵ Foi o terceiro Governador Geral da Capitania após emancipar-se de Pernambuco. Governou entre 1808 e 1812.

⁷⁶ Foi apresentado no dicionário de Sacramento Blake (1970, p. 327) como sendo natural do Ceará, todavia, nasceu no Rio de Janeiro. Ocupou o cargo de ouvidor durante os anos de 1812 e 1817, quando foi preso por seu envolvimento na revolução de 1817. Após sua liberdade, foi Presidente de Província em Santa Catarina (1824) e Senador do Império pelo Ceará.

⁷⁷ O viajante esteve no Ceará no ano de 1811.

⁷⁸ O engenheiro Silva Paulet esteve no Ceará a serviço do Governo autônomo do Ceará durante os anos de 1812 a 1819. Sua chegada está relacionada aos levantamentos batimétricos da bacia marítima do Ceará ordenada pelo terceiro governador da capitania, Barba Alardo de Menezes (1808-1812), mas seus principais trabalhos foram feitos durante o governo de Ignácio de Sampaio. Cf. Castro (2005).

⁷⁹ Richard Dixon esteve em Aracati no ano de 1830, abordo do navio *Westmoreland*. Realizou uma carta hidrográfica detalhada, da embocadura do rio Jaguaribe até a altura da vila, além de ter suas suas impressões paisagísticas publicadas em um livro de orientações de navegação.

entende a paisagem como o ponto de encontro entre o concreto, material e a subjetividade do observador. Segundo o autor:

De outro modo, a paisagem não reside nem somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa desses dois termos. Ela remonta a quem coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço, não implica menos a instituição mental da realidade do que a constituição material dos objetos. E é na complexidade mesmo desse cruzamento que se ancora o estudo da paisagem (BERQUE, 1994, p. 5)⁸⁰.

Assim, primeiramente será apresentada uma breve caracterização física do estuário jaguaribano e em seguida será discutido como esta paisagem foi lida por alguns membros do Império português e britânico na primeira metade do século XIX.

Os estuários são ecossistemas demasiado complexos, cujas formas dependem do processo resultante de toda a bacia hidrográfica situada a montante. Segundo a definição de Dyer (1997) apud Paula (2003, p. 27), “o estuário é um corpo d’água semiconfinado na costa, que tem ligação livre como o mar, estendendo-se ao longo do rio até o limite da influência da maré, dentro do qual a água do mar entra em contato com a água doce proveniente da drenagem do interior das terras”. Nessa conceituação esse ecossistema é entendido como uma zona de mistura entre a descarga fluvial e a ação da maré.

Do ponto de vista geológico, os estuários são ambientes costeiros extremamente recentes e de vida muito efêmera que se fizeram presentes durante os períodos de elevação dos oceanos, servindo de filtros para os sedimentos fluviais e impedindo que estes cheguem à plataforma continental. Suas feições datam de cerca de 15 000 anos atrás, período em que o nível do mar se elevou mais de 120 m, chegando aos níveis atuais há 5 000 anos. O acúmulo sedimentar gradual

⁸⁰ T. do A.: “Autrement dit, Le paysage ne reside ni seulement dans l’objet, ni seulement dans le sujet, mais dans l’interaction complexe de ces deux termes. Ce rapport, qui met en jeu diverses échelles de temps et d’espace, n’implique pas moins l’institution mentale de la réalité que la constitution matérielle des choses. Et c’est à la complexité même de ce croisement que s’attache l’étude paysagère”.

ocasionado pela descarga hídrica da bacia hidrográfica, impedido de se acumular nas profundezas do mar, tende a fechar a calha do rio em sua barra. (AMARAL 2003, p. 34).

Durante as glaciações, boa parte das águas contidas nos oceanos congelou, tornando o nível do mar mais baixo que o atual. As linhas da costa, nesses períodos, estavam localizadas no talude continental, que é a faixa de transição entre a plataforma continental e o sopé continental. Com o início do período Holoceno, as geleiras liquefizeram-se e os níveis do mar se elevaram consideravelmente, afogando, assim, os vales dos rios (PAULA, 2006, p. 28).

Os estuários são ambientes costeiros inacabados, em constante transformação, vulneráveis e que estão sujeitos a diferentes pressões exercidas pelas ações humanas. Estima-se que dois terços das cidades com população igual ou superior a 2,5 milhões de habitantes estão localizadas próximas aos estuários (PEREIRA; SIEGLE; MIRANDA *et al*, . 2010, p. 428). Segundo Amaral (2004, p. 1168), os principais impactos ambientais nesses ecossistemas estão relacionados ao desenvolvimento industrial e a atividade portuária, devido à quantidade de água que dispõem e a possibilidade transporte e abrigo de barcos.

A bacia estuarina do Jaguaribe (**figura 11**) ocupa uma área de aproximadamente 641km², distribuída nas seguintes unidades geoambientais: dunas (4,6%), faixa praial (0,1%), ilhas fluviais (0,3%), apicum (2,8%), planície fluvial (8,3%), planície fluvio-marinha (19,3%), maciços residuais (9,8%), tabuleiros pré-litorâneos (54,8%) (PAULA; MORAIS; PINHEIRO, 2006).

incidência da *Conocarpuseretus*, conhecida como mangue tinteiro e que desempenha um importante papel na proteção das outras espécies do mangue, pois retarda o avanço das dunas e protege a margem das desembocaduras fluviais. Nas várzeas do baixo e médio rio, há o predomínio das carnaubeiras (*Copernicia cerifera*), muitas vezes acompanhadas de árvores e arbustos.

É importante lembrar que estas unidades geoambientais não são de modo algum estáticas, mas estão em constante transformação, expandindo-se ou contraindo-se em função de ações antrópicas, de forças hídricas e eólicas, de regimes de chuva etc. Maria de Lourdes Carvalho Neta (2007), ao estudar imagens de satélite produzidas entre 1968 e 2004, já demonstrou o quanto estas unidades podem mudar em um período relativamente curto de tempo.

Além disso, tal como se observa hoje, o rio Jaguaribe é dotado de água por toda sua extensão e durante o ano inteiro, sendo inteiramente diferente do que era no século XIX. O título de maior rio seco do mundo parece não mais fazer justiça a sua condição, já que, em função de inúmeros barramentos construídos ao longo do século XX, deixou a intermitência e alcançou a condição de perenizado. Ao todo, somam cerca de 4000 barramentos em toda a bacia, retendo aproximadamente 87% do fluxo fluvial que anteriormente corria para o mar. Os impactos dessas transformações reverberam, sobretudo, no estuário, que possui suas feições resultantes da dinâmica entre a descarga de água doce e a ação das marés dentro do leito do rio. A diminuição da descarga fluvial, o aumento do tempo de residência da água salgada no interior do estuário, o desenvolvimento das ilhas flúvio-marinhas, a erosão dos tabuleiros litorâneos da margem oeste são algumas das consequências geradas pelas construções das barragens (DIAS, 2007).

Destarte, o presente trabalho não visa discutir a evolução física da paisagem ao longo da primeira metade do século XIX, tentando imaginar até que ponto as dunas já haviam avançado sobre os manguezais, em que pé se encontrava a erosão dos tabuleiros litorâneos, ou ainda a dimensão das ilhas flúvio-marinhas; mas pretende-se inquirir: para onde os adventícios olhavam quando descreviam o Aracati? O que buscavam? Por fim, quais elementos paisagísticos eram emoldurados de modo a valer pela própria natureza? Estas questões serão pensadas desde a abertura dos portos em 1808 até o fechamento da alfândega da cidade em 1851, enfatizando a importância dada à atividade portuária, que aparece como apropriação hegemônica do espaço, embora houvesse uma profusão de outros usos.

Foi atribuída no passado uma atenção muito maior ao rio do que nos dias atuais. Era por meio dele que se chegava ou deixava a vila, de onde provinha boa parte do alimento, para onde se dirigiam os restos e dejetos; mas também era ele que arrasava as casas, transtornava a vida e marcava as mentes de tempos em tempos, devido a sua expansão em períodos de chuva.

Embora o Jaguaribe ainda seja muito importante para boa parte da população, é incontestável que as relações com este curso d'água foram profundamente alteradas. Hoje, o rio corre calado, encoberto por um dique que ao mesmo tempo em que protege a cidade das águas, cinde as formas de convivência mais diretas com ele, e os olhares dos forasteiros que antes se direcionavam para lá, agora buscam os territórios que antes tinham importância secundária, como as praias e as dunas, mas que exploradas pelo turismo ganham um novo significado.

As descrições e elaborações da paisagem estuarina do século XIX enfocavam principalmente o caminho percorrido pelo rio da sua embocadura até a vila de Aracati e utilizado para o trânsito dos barcos, compreendido pelas cinco primeiras unidades geoambientais citadas anteriormente.

2.2.1 Aracati pelos olhos de membros da administração portuguesa

O século XIX iniciou de forma intensa para a Capitania do Ceará. Após lograr autonomia da província de Pernambuco em 1799, por carta régia em 17 de janeiro, foi alvo de algumas investidas da administração colonial no intuito de perscrutar o território, descrever as paisagens e explorar as potencialidades regionais. A presença do naturalista João da Silva Feijó entre os anos de 1799 e 1816, por exemplo, é emblemática a esse respeito, pois foi o viajante formado na Escola Militar de Lisboa quem primeiro esboçou um mapa da capitania e fez prospecção de salitre. No entanto, o eminente naturalista, possuidor de fortes relações com os pares de Coimbra e com o próprio Vandelli, não faz menção à Aracati em suas memórias, pois suas investidas se concentraram na porção norte da Capitania, sobretudo, na região da Ibiapaba.

Tendo em vista que um dos membros mais importantes da administração colonial presente no Ceará oitocentista não arrogou para si o dever de descrever as diversas regiões da Capitania, concentrar-nos-emos na “Memória sobre a Capitania do Ceará Grande”, do ouvidor

Barba Alardo de Menezes ⁸¹ e a “Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel dos engenheiros Antônio Jozé da Silva Paulet” ⁸².

Ambos os documentos tinham como fito elaborar um panorama geral da capitania recém emancipada. Deveriam notificar a Coroa, mesmo que sumariamente, de todas as vilas e das gentes, apontar os principais rios, relatar acerca da agricultura e das diversas atividades econômicas, bem como de suas potencialidades. Apesar da proximidade temporal das produções – 1814 o de Barba Alardo e 1816 o de Paulet –, os documentos possuem representações bastante divergentes da Capitania do Ceará em seus primeiros anos de autonomia.

A memória de Barba Alardo fala da capitania com grande otimismo. Ao tratar das secas, afirma que a Capitania foi considerada “árida e estéril” e que dessa “falsa opinião não tirou pequeno partido a praça de Pernambuco, que ainda d’ella tira avultadissimas sommas”⁸³. Como bem observou Joaquim Alves (2003, pp. 83-84), o documento não faz qualquer menção a sua experiência com a seca, embora o governador a tenha enfrentado em 1810. Talvez porque era de seu interesse mostrar que a Capitania gozava de plenas condições de seguir de forma autônoma e que já dava mostras de progresso depois que se emancipara.

Acerca da agricultura e comércio, Alardo afirma que

⁸¹ MENEZES, Barba Alardo de. Memória sobre a Capitania do Ceará. In: **Revista trimestral do IHGB**. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: Livreiro editor, 1871, pp. 255-286; no Ceará, foi publicado somente em 1897, no décimo tomo da revista do IC, sob o título “*Memória da Capitania independente do Ceará*”.

⁸² PAULET. Antonio Jozé da Silva. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. In: **Revista trimestral do IHGB**. Tomo LX. Rio de Janeiro: Companhia Typográfica do Brazil, 1897, pp. 75-101; no Ceará, foi publicado no ano seguinte. Ao ser publicado pela primeira vez, o documento foi creditado ao coronel dos engenheiros Antônio Jozé da Silva Paulet por conter o seu nome no frontispício. O colaborador, Tristão de Alencar Araripe, não obstante, questionou a autoria de Paulet ao perceber a diferença de caligrafia entre o nome grafado na capa e o corpo do texto. Uma crítica contundente à autoria foi elaborada por Guilherme Studart, quando da publicação na revista do Instituto do Ceará. Após uma crítica interna e externa do documento, Studart imputou a autoria ao ouvidor João Antonio Rodrigues de Carvalho e, a partir dos marcos históricos contidos no corpo do texto, situou o escrito na primeira metade de 1816. No entanto, seguiremos citando como de Paulet, por ser esta a única forma de divulgação do documento.

⁸³ MENEZES, Barba Alardo de. *Op. cit.*, p. 259.

de 1803 em diante a sua agricultura tem ido no maior augmento, e muito mais ainda o seu commercio em razão do seu local por terem os seus portos a vantagem sobre os outros do Brasil de serem as viagens para a Europa e d'hai para os ditos muito, mais abreviadas ⁸⁴.

A partir do excerto acima, é interessante notar que Alardo relaciona agricultura e comércio exterior ao tratar de ambos simultaneamente.

A cotonicultura foi incentivada no Brasil pela interrupção da produção americana devido à Guerra de Independência dos Estados Unidos, sendo o Maranhão o maior centro produtor. Sua cultura na Capitania do Ceará legitimou sua autonomia em 1799 e possibilitou o comércio direto com os portos da metrópole (TAKEYA, 1995, p. 95). Segundo Maria Auxiliadora Lemenhe (1983, p. 60), comércio direto do algodão com Lisboa se deu por volta de 1803, motivo pelo qual o autor da memória destacou esta data como indicador do desenvolvimento agrícola da região. A progressiva integração do Ceará com o comércio internacional, avultada pela abertura dos portos em 1808, possibilitou que Alardo tencionasse mostrar o papel que a capitania poderia desempenhar no comércio atlântico em virtude de sua localização geográfica. Cabe ressaltar que foi em fevereiro de 1809, por iniciativa da firma Martins e Dourado, que a galera Dous Amigos realizou o primeiro comércio direto com Londres, transportando couros salgados, um pouco de açúcar e mais de três mil arrobas de algodão, que passaria a ser o principal produto de exportação (STUDART, 1908, p. 335).

Assim, ao mostrar o incremento comercial e agrícola da capitania, Alardo acabava por promover o próprio trabalho, pois descrevia grandes transformações ocorridas no período em que esteve à frente da administração, indicando os serviços que prestara à Coroa.

No que concerne à vila do Aracati, Alardo a tem por melhor de toda a região: “a casa de câmara é sem dúvida a melhor de toda a capitania, e a mais assejada e mobiliada. A inspecção do algodão é mui superior á da capital; e a do açougue é magnífica, como ainda não encontrei nenhuma” ⁸⁵. A abundância da vila seria, segundo o autor, decorrente das “officinas de carne seccas” que outrora existiam em grande quantidade. O maior inconveniente seria o seu estabelecimento

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ MENEZES, Barba Alardo de. *Op.cit.*, p. 266.

junto ao rio e por estar na grande várzea “está muito exposta a continuas inundações”, cujos funestos resultados ele próprio presenciou em 1812⁸⁶. A enchente parece ter deixado marcas indeléveis no narrador, que ao falar da elevação da água dentro da vila e da precipitada fuga dos moradores, apoia-se no próprio testemunho. No entanto, furtou-se de dar qualquer notícia acerca do rio Jaguaribe, das suas condições de navegação, do estado em que se encontrava o porto, informando apenas os gêneros que por lá se exportavam, a saber, algodões, couros secos e vaquetas.

O silêncio do autor em face do rio está relacionado a pouca atenção que o seu governo parece ter destinado ao Aracati. Com efeito, a administração de Barba Alardo concentrou esforços no desenvolvimento da capital. Durante seu governo foram realizados os primeiros trabalhos que deram a conhecer o porto de Fortaleza e que desempenharam importante papel na atividade náutica, pois continham detalhes imprescindíveis para uma navegação mais segura, além de servir de referência aos novos navegantes⁸⁷. Além disso, reputa-se ao governador, a abertura deste porto ao comércio exterior, mormente, à Inglaterra.

Entretantes, parece não ter concedido maior atenção ao Aracati, talvez pela forte ligação dos seus comerciantes com a praça do Recife, cujos negócios desagradavam o governador. Segundo João Brígido (1912, p. 108), o interesse de perpetuar a primazia comercial com o Recife levou os interessados do Icó e Aracati a rogarem pelo fim da concessão de comércio direto com a metrópole.

A insatisfação de Barba Alardo com esse tipo de comércio pode ser percebida a partir de uma representação, de 30 de agosto de 1809, destinada ao ministro Conde Aguiar, na qual se coloca contra as Inspeções de Algodão existentes em Sobral, Granja e Aracati por causa extravio das arrecadações e o prejuízo, frutos da saída deste gênero para o Maranhão e Pernambuco (STUDART, 1908, p. 338-9). Seja qual for o

⁸⁶ Idem. p. 265.

⁸⁷ Ao menos dois levantamentos cartográficos do porto de Fortaleza foram realizados durante o governo de Barba Alardo. Trata-se do **Plano aproximado da Enseada da Villa da Fortaleza de N. S da Assumpção (a qual vulgarmente se chama Porto do Seará) tirado pelo Capitão de Fragata F. A. M. Giraldes em Setembro de 1810, indo de passagem para o Rio de Janeiro**, enviada para o Rio de Janeiro em 1811 com uma descrição detalhada do porto em apenso; e o **Prospecto da Villa de Fortaleza de Nossa Senhora d'Assumpção ou Porto do Ceará**, contendo vinte e quatro explanações da região (STUDART, 1908 p. 362-363).

motivo, certo é que ele não empreendeu estudos da foz do rio Jaguaribe e a primeira representação cartográfica de que se tem notícia foi confeccionada pelo engenheiro Paulet a pedido de Ignácio de Sampaio.

Paulet foi o sétimo e último engenheiro que se sabe que esteve na Capitania do Ceará. Após desembarcar em 1812 como ajudante de ordens, o engenheiro deu continuidade ao trabalho de esquadrinhamento do território. O objetivo de sua estada era, através da cartografia, dar a conhecer à Coroa o território cearense que há pouco se emancipara da Capitania de Pernambuco para integrá-lo, sobretudo, comercialmente (JUCÁ NETO, 2007, pp. 148-154). Além disso, sua cartografia seria uma importante ferramenta para atrair novos negócios com outros países, já que desde 1808 os portos estavam abertos para o exterior.

Por isso, a *Carta da Capitania do Ceará, e costa correspondente levantada por ordem do Governador Ignácio de Sampaio, pelo seu ajudante de ordens Antonio Jozé da Silva Paulet no anno de 1813*, além de possuir em detalhe do seu canto esquerdo a *Planta do Porto e vila do Aracati (figura 12)* e a *Planta do Porto e Vila da Fortaleza*, pontuou todos os pequenos portos, enseadas e povoados da costa. Como enfatizou Luciana de Lima Martins (2001, p. 67-68), estudos da costa, identificando acidentes geográficos e conhecendo as populações locais era imprescindível em um período que imperava apenas a navegação movida pela força dos ventos e dependentes de alimentos, água potável e constante reparos nas embarcações. Assim, a existência de uma “rede de portos escala” desempenhavam um papel importante tanto para a navegação transoceânica como para a de cabotagem.

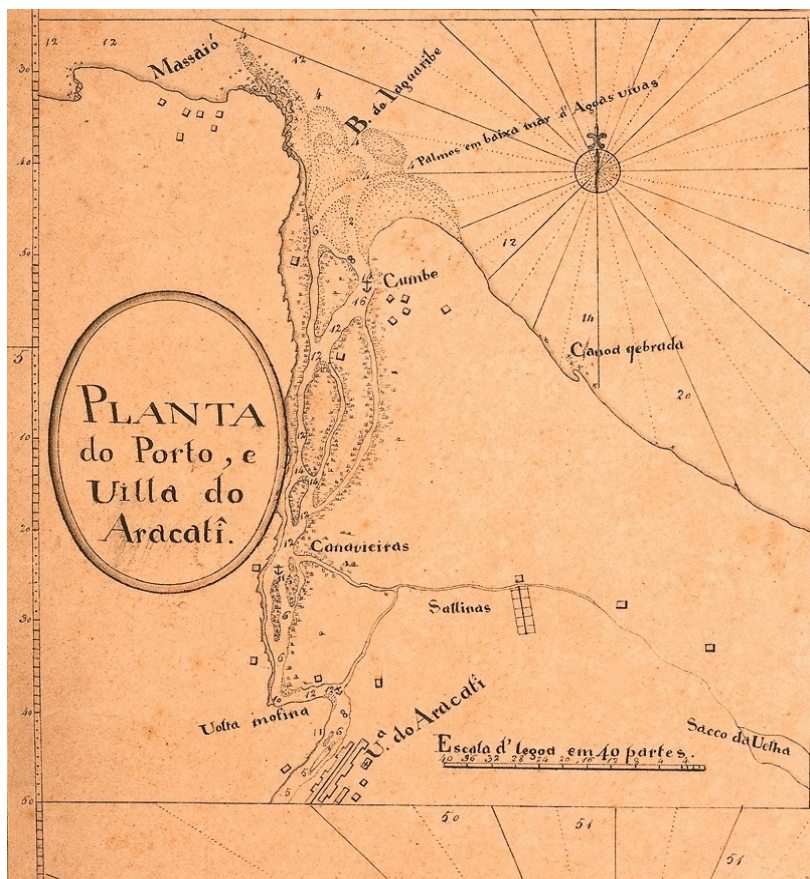


Figura 13: "PLANTA do Porto, e Villa do Aracati". Autor: Antonio Jozé da Silva Paulet. fonte: Detalhe da "Carta da Capitania do Ceará, e costa correspondente levantada por Antonio Jozé da Silva Paulet no anno de 1813", da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores). Planta de Aracati mostra a pequena vila, com uma rua edificada dos dois lados e traçado retilíneo e uma praça, a igreja e umas poucas edificações. A vila incluía-se em uma série de núcleos, fundados no século XVIII, na Capitania do Ceará, com traçado regular. In: Reis Filho (2001).

É escusado dizer que o olhar de Paulet só conseguia captar uma função para o rio, não existe referência da ictiofauna, ou as feições fitogeográficas. O estudo hidrográfico acima está repleto de indícios que nos ajuda a pensar o significado do porto para o Ceará. Inúmeros "protocolos de leitura" figuram na imagem: são referências à

profundidade na Baixa-mar, precisão nas sinuosidades e nas ilhas de aluvião, apontamentos dos pontos de sedimentação e mapeamento da coroa de areia situada na embocadura do rio, indícios esses facialmente identificados pelos olhares qualificados a que se direcionava o documento. A representação da terra, no entanto, não possuiu importância para o engenheiro – e possivelmente era ignorado pelos leitores da carta –, que não se ocupou em desenhar a topografia do terreno, as estradas, e que nem ao menos se preocupou em traçar as ruas e travessas da vila do Aracati, que aparece na extrema margem inferior e esquerda do mapa apenas como dois blocos paralelos⁸⁸.

O mapa do engenheiro foi uma importante referência náutica, pois o estuário do Jaguaribe, de fato, apresentava dificuldades à navegação. O leito do rio era de pouca profundidade e bastante assoreado e os caminhos mais profundos se alteravam constantemente na quadra invernos, pois nesse período os sedimentos advindos de uma área de aproximadamente 73.000 km² - área correspondente à bacia hidrográfica do Jaguaribe – convergiam e se estocavam no estuário (DIAS, 2007, p. 8). Além disso, havia uma coroa de areia proveniente das dunas situadas à margem direita da sua embocadura que dificultava ainda mais o acesso ao rio.

Nesse sentido, tanto a memória de Alardo como o mapa de Paulet foram confeccionados com vistas a desenvolver os rendimentos da Coroa lusitana e integrar a capitania do Ceará ao reino.

Visão bem diferente apresenta a sibilina descrição do ouvidor Alexandre Rodrigues de carvalho, creditada ao engenheiro Paulet. Tanto no que diz respeito à capitania quanto à vila do Aracati, o documento entrevê uma visão pessimista. Ao tratar da vila de Soure, por exemplo, afirma que “contém 73 cazas, 44 sem portas nem janellas, arruinadas, e 3 por acabar [...] e a villa seria melhor extinguil-a”⁸⁹. Enquanto que Alardo havia afirmado que a vila conservava uma igreja com certa decência e “apesar de terem desertado muitos dos seus moradores, pelas grandes violencias dos directores, ainda tem tres companhias de ordenanças de índios”.

Este caso é emblemático para percebermos as variações no olhar, pois não é nosso objetivo analisar em aspecto diacrônico as transformações ocorridas no Aracati no interstício entre as descrições,

⁸⁸ A relação entre as referências náuticas e terrestres contidas na carta de Paulet foi atendida anteriormente por Maia Neto (texto não publicado) ao analisar a *Planta do Porto e Vila Fortaleza*.

⁸⁹ PAULET. Antonio Jozé da Silva. Op.cit. pp. 88

mas entender cada documento como uma representação, no qual os autores dão a ver determinadas qualidades do lugar em detrimento de outras.

Ao tratar do rio Jaguaribe, principal curso d'água do Ceará, afirma que anteriormente corria mais de 90 léguas, desde a nascente em São João do Príncipe até a foz em Aracati, e até 40 após a grande seca de 1792, mas que a sua época não passava de 15 e tenderia a se reduzir ainda mais em razão das águas divertidas do Rio Salgado – principal afluente – à agricultura no Crato. A capitania tornava-se ainda mais mesquinha, pela ausência de fontes e nascentes, tornando a população completamente dependente das chuvas e predominava nos sertões a criação de gado, sendo muito parca a agricultura, somente encontrada a plantação de frutas nas serras e de melões nas margens do Jaguaribe⁹⁰. Somava à incompreensível “marcha da Natureza” nestes rincões, uma população facinorosa e vadia e que “nos annos escassos de chuvas, além de muitas cauzas moraes, têm precipitado este paiz na ultima miseria”⁹¹.

Ao descrever a vila do Aracati, o autor, ao contrário de Alardo de Menezes, carrega a tinta sobre o rio Jaguaribe e põe em destaque a atividade portuária. A “mais opulenta da capitania, de mais população dentro da villa e aonde se acham cazas de sobrado”, segundo o autor, era devido ao seu porto, por onde saiam o algodão e as solas da vasta ribeira do Jaguaribe e por onde desembarcavam os gêneros de Pernambuco.

Assim, traçou um importante e conciso perfil do porto no início do século XIX, mostrando que o conhecia de fato. Ele aponta a existência de bancos de areia movediços na embocadura do rio como o principal fator complicador da navegação e que mesmo sendo visitada principalmente por sumacas – barcos de baixo calado por terem uma base bastante larga – era necessário combinar uma série de fatores naturais para conseguir deixar a foz do Jaguaribe: devia-se ajustar “certos dias depois dos dois períodos da lua com o terral a uma determinada hora, circunstancias que as vezes faltam e fazem a demora de um dois e trez mezes depois dos barcos carregados”⁹².

A dificuldade de fazer embarcar os produtos da terra, colocada no excerto acima, expõe que desde os primeiros anos do século XIX era complicada a tarefa de navegar por essas águas em virtude dos

⁹⁰ PAULET, Antonio Jozé da Silva. Op.cit. pp. 76-78.

⁹¹ Idem. p. 79.

⁹² Ibidem. P. 83.

navífragos bancos de areia. Ademais, a necessidade de dominar a histiodromia tornava a empreitada tão mais difícil que na época do vapor e, embora o trânsito de barcos possa ter se tornado até mais difícil com o passar dos anos por causa do assoreamento, o advento do vapor dispensava a força eólica e possibilitava uma navegação mais rotineira.

Em seguida o autor afirma que a vila cresceu muito em face do porto, “mas acabou-se o motivo”. Ao indicar o péssimo estado da barra do rio, ele condena o crescimento da própria vila. Nesse sentido, podemos observar como este trecho perene de um rio seco passa a valer pela vila inteira, mais ainda, como um uso do rio, o de porto, assume essa função. Esta representação produz uma unicidade de sentido e legítima o porto como o espaço primordial. Mitchell (1994), ao discutir os efeitos da paisagem, percebe que “ela naturaliza a construção cultural e social, representando um mundo artificial como se fosse simplesmente dado e inevitável” (MENEZES, 2002, p.34).

Esta paisagem hídrica de Aracati, no qual o Jaguaribe é o ponto fulcral, não está presente somente nos documentos ditos oficiais da administração colonial – como veremos mais adiante em outras narrativas de viagem que não respondiam à Coroa lusitana –, pois a força desse uso era tamanha que encobria outros modos de se relacionar com o espaço. É importante, assim, desnaturalizar esta paisagem pensá-la como uma forma de exercer poder, de definir apropriações do território.

Sobre a situação econômica da vila, o autor diz ter um patrimônio anual de 500\$000 anual e que não pode se quer sustentar um advogado. Havia apenas dois rábulas na cidade, um proprietário de uma pequena venda e o outro alfaiate.

A crítica de Antonio Rodrigues Carvalho ao Ceará, em especial ao Aracati, foi tão carregada que o Senador do Império e membro do IHGB, Liberato de Castro Carreira, natural desta cidade, sentiu-se atacado em seus bríos e, logo em seguida que o documento veio à baila em 1897, publicou uma retificação no *Jornal do Comércio*, em 29 de setembro de 1897, e com acréscimos na *Revista do IHGB* do mesmo ano⁹³. Carreira não considera uma inverdade as informações trazidas no documento creditado a Paulet, mas acredita ter um equívoco de autoria e datação, pois se trataria de um documento escrito em época muito

⁹³ CARREIRA, Liberato de Castro. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará retificada pelo Dr. Liberato de Castro Carreira. **Revista trimestral do IHGB**. Tomo LX parte II. Rio de Janeiro: Companhia Typográfica do Brazil, 1897, pp. 109 – 133.

anterior à estada de Paulet na Capitania. Suas elucubrações se deviam à incredulidade nas condições do Ceará apresentadas no documento que carregava o nome do engenheiro. Nas palavras do autor:

Não parece provável, que o coronel Silva Paulet, inteligente e ilustrado como era, deixasse de ter conhecimento d'esse importante documento [memória de Alardo de 1814], para n'essa época ou depois escrever o contrário d'aquillo que estava dito, não só em documento offical [...] pelo que concluo que d'esse trabalho foi encarregada pessoa, que muito antes do seculo actual percorreo a capitania ⁹⁴.

Ledo opróbrio. Tornou possível a produção da reminiscência de Castro Carreira sobre as condições do Aracati em época próxima. Nascido em Aracati em 1820, onde permaneceu até 1838, quando então partiu para o Rio de Janeiro para estudar medicina, o médico Carreira se baseou em suas reminiscências de quando possuía 17 anos, ou seja, 25 anos após a data em que supunham ter sido escrito o documento ⁹⁵. É interessante notar como o autor julgou que a memória de seu último ano em Aracati seria a mais conveniente, pois em que pese a maior distância temporal do período em que gostaria de por à prova, representava também certa maturidade intelectual, o que lhe conferia maior legitimidade perante os membros do IHGB.

2.2.2 O olhar de viajantes estrangeiros

A progressiva abertura da capitania do Ceará, iniciada pelo comércio direto com Lisboa por volta de 1803 e acentuada com a abertura dos portos em 1808, transformou não somente as relações comerciais com a Europa, mas também deu a conhecer estas paragens no além mar. Franqueou estas plagas a viajantes, como o inglês Henry Koster, que passou pelo Ceará em 1811, durante seu périplo pelo Brasil setentrional.

Ao tratar dos olhares estrangeiros sobre o Rio de Janeiro, Luciana de Lima Martins (2001, p.12) afirma que “as representações

⁹⁴ Idem. pp. 132-3.

⁹⁵ Ibidem. P. 114.

paisagísticas afloraram principalmente depois da abertura dos portos em 1810, produzidas por viajantes estrangeiros das mais diversas nacionalidades: britânicos, alemães, franceses, russos”.

Não obstante a contundente crítica tecida por Ângela Domingues a historiadores recentes que insistem em ratificar a visão tradicional de que abertura dos portos significou o início da produção de conhecimento europeu acerca da colônia luso-brasileira – haja vista que as nações europeias acumularam informações produzidas ainda no século XVIII por corsários e navegantes, como relato do capitão Thomas Lindley que aportou na Bahia em 1802; por cientistas, como Joseph Banks e James Cook que a bordo do navio *Endeavour* puseram os pés no Rio de Janeiro em 13 de novembro de 1768; por portugueses que eram *fellows* da Royal Society, como Jacob de Castro Sarmiento; ou mesmo, disponibilizadas pelo governo de Portugal –, esse saber se deu de modo desigual, acentuando-se sobre as regiões portuárias de maior monta, como Bahia e Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2008)⁹⁶.

Nos índices do projeto “*A cartografia do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional*”, por exemplo, o Ceará só figura em dois dos mais de 300 trabalhos reunidos, ambos após 1808⁹⁷. Trata-se da *A new chart of the North coast of Brazil from Seara to the Island of Sn. João Baptista*, Levantada por José Patricio e publicada em 1809; e o *Mapa da costa do Brasil entre as capitanias de Pernambuco e do Ceará*, levantado por Henry Koster e publicado em 1816⁹⁸.

⁹⁶ Uma carta de Jacob de Castro Sarmiento acerca do diamante no Brasil foi publicada na *Philosophical Transactions* de 1731 e está disponível na página <http://rstl.royalsocietypublishing.org/content/37/417-426/199.full.pdf+html?sid=f4dde4cf-2b96-4d55-a745-26416701c0dd>, acessado em 12 de dezembro de 2012, às 08:54.

⁹⁷ O projeto foi coordenado por João Carlos Garcia e tinha como objetivo fazer um levantamento da documentação cartográfica sobre o Brasil para a comemoração Descobrimentos Portugueses. Ele encontra-se disponível para consulta no site: <http://purl.pt/103/1/index.html>

⁹⁸ PATRICIO, José, fl. A new chart of the North coast of Brazil from Seara to the Island of Sn. João Baptista [Material cartográfico] / surveyed by order of the portuguese government ; Joze Patriceo, Pilot.. - Escala [ca 1:970000]. In: FADEN, W. **Geographer to His Majesty, and to His Royal Highness the Prince of Wales**, Londres: 1809 (<http://purl.pt/901>); KOSTER, Henry. **Mapa da costa do Brasil entre as capitanias de Pernambuco e do Ceará**. In: **Voyages dans la Partie Septentrionale du Brésil depuis 1809 jusqu'en 1815, comprenant les provinces de Pernambuco, Fernambouc, Seara, Paraïba, Maragnan, etc.** / Par Henri Koster ; traduits de l'anglais Par M. A. Jay. - A Paris : Chez Delaunay, Libraire, 1818 (<http://purl.pt/103/1/catalogo->

Nesse sentido, o marco cronológico ainda nos parece válido em se tratando de regiões periféricas do Império Ultramarino Português, como é o caso do Ceará. Por seu turno, a existência de uma imprensa e um público tanto científico, ilustrado e seletivo da *Philosophical Transactions* quanto de leitores curiosos em busca do exótico e do pitoresco, ávidos por notícias da colônia luso-brasileira, impulsionou sobremaneira o desejo de investigar, perscrutar e divulgar as descobertas nos anos ulteriores a sua abertura para outras nações, notadamente à Inglaterra que desde o século XVII lograra privilégios comerciais e diplomáticos com Portugal por meio de tratados, além de se fazer presente através uma numerosa comunidade britânica em Lisboa e Porto (DOMINGUES, 2006, pp. 6-8; MAXWELL, 1996, p. 46). Esta talvez seja a razão de o *Travels in Brazil*, de Henry Koster, primeiramente publicado em 1816, ter recebido sete edições em apenas trinta anos – três em língua inglesa, duas em alemão e duas em língua francesa –, enquanto que só tardiamente foi traduzido para o português⁹⁹.

Assim, tenciona-se discutir as diferentes “paisagens do olhar” britânico¹⁰⁰ em face do Aracati, formuladas a partir da abertura do Brasil às nações amigas, atentando para o modo pelo qual cada forasteiro leu/elaborou a paisagem a partir dos interesses e expectativas postos sobre sua viagem, seja ela por iniciativa própria, de natureza científica, ou impulsionada pelo afã de mapear, corrigir e preencher os espaços em branco do globo terrestre. Trabalhar-se-á com as descrições de dois estrangeiros britânicos: o viajante/residente Henry Koster e o *surveyor* Richard Dixon.

digital/registo/210/210.html). A mesma carta encontra-se reproduzida na publicação brasileira. Cf.: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução e notas de Luis da Câmara Cascudo. São Paulo; Fortaleza: Abc, 2003, p. 30. Vale ressaltar que Koster se refere à ribeira do Ceará e não a capitania.

⁹⁹ A edição portuguesa foi publicada em fascículos nas Revistas do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano entre os anos de 1898 e 1931 e a partir da versão francesa de M. A. Jay de 1846 (KOSTER, 2003, p. 21).

¹⁰⁰ O termo “paisagens do olhar” foi tomado de empréstimo de Luciana de Lima Martins (2001), bem como o fortuito lembrete de não tomar o “britânico” enquanto sinônimo de “inglês”, uma vez que “para o inglês ser inglês é ser nascido na Inglaterra, embora seu passaporte seja britânico”. A distinção entre ambos a nós parece banal, mas possui um peso importante no modo como os indivíduos representam a si mesmo e como são vistos pelos outros na sociedade da Grã-Bretanha do Século XIX.

Henry Koster

Nascido em Portugal em fins do século XVIII e filho de comerciantes ingleses, Henry Koster viveu a infância na Inglaterra até que, por complicações ocasionadas por uma tuberculose, teve de deixar o país em busca de um clima mais ameno e, segundo afirma, por estar os portos de Portugal e Espanha fechados para os britânicos por razões políticas, recebeu indicações de amigos para que se mudasse para Pernambuco, conselho que prontamente aquiesceu. Aportou em 7 de setembro de 1809, abordo do navio *Lucy* em Pernambuco. Passados pouco mais de um ano desde a sua chegada, foi tomado pela ideia de “realizar uma longa viagem nas regiões menos povoadas e mais incultas desse País”¹⁰¹. A oportunidade lhe aparecera por meio do engenheiro chefe da capitania, que tencionava visitar as fortalezas do território, entretanto, tendo este adiado a sua viagem por razões de ofício, Koster optou por fazê-la ao lado de outra companhia. Assim, em 20 de outubro de 1810, partiu a caminho de Goiana com John, seu criado inglês, e com o Sr. Felix.

O périplo teve início na capitania de Pernambuco onde então residia e seguiu a cavalo, ora no interior, ora próximo da costa, em direção às capitanias da Paraíba, Rio Grande e por fim Ceará. Percorreu, então, o caminho inverso e somente pôs um ponto na viagem no início de 1811.

A partir desta viagem e de suas minuciosas anotações acerca das paisagens, das gentes, dos modos de vida e costumes, das instituições políticas e religiosas, da economia de cada região, Koster encontrou material para escrever o seu *Travels in Brazil*, de 1816. Somado a esta experiência, o autor se valeu da sua proximidade com o poeta, escritor infantil do conto dos três ursos, biógrafo de Wesley e historiador, Robert Southey, para a composição desta obra (DIAS, 1974, p. 9). Luciana de Lima Martins (2001, p. 29) aponta a importância desta narrativa de viagem no “processo de viajar, tanto para o viajante que, no ato da escrita, adquire autoridade sobre sua própria experiência no campo, quanto para o leitor sedentário, que reanima, com sua imaginação, as imagens grafadas no papel”.

Quando da publicação do livro de Koster, Southey já havia lançado o primeiro dos três volumes que viriam a ser o *History of Brazil*, publicado entre 1810 e 1819. O poeta do lago, com efeito, nutria grande interesse pela colônia portuguesa. Herdara de seu tio materno, o capelão

¹⁰¹ KOSTER, Henry. Op.cit. p. 84.

Hill, membro da comunidade anglicana do Porto e depois de Lisboa, uma imensa biblioteca sobre assuntos luso-brasileiros, muitos dos quais documentos manuscritos. Além deste ponto de partida, recolheu material durante sua breve estadia em Portugal em 1801 e aproximou-se de viajantes que estiveram no Brasil, como Luccock e o próprio Koster (HOLANDA, In: Dias, 1974, p. XV).

Ainda que não haja indícios do papel do “poeta laureado” no ordenamento da paisagem de Aracati, pois a vila só é descrita no terceiro volume, que vem a lume após a publicação do livro de Koster, não se pode negar a importância das orientações de um modo geral. As inúmeras citações e referências que o autor faz a Southey demonstram que o *ver* e o *estar lá* não dispensa um estudo de gabinete e pesquisa na composição de sua reflexão. Ao mesmo tempo, Southey se vale do relato do viajante inglês para compor sua obra magna, que termina com a chegada da família real e a abertura dos portos, lançando para o futuro uma próspera relação comercial com a Inglaterra (DIAS, 1974, p. 5). Nesse ponto, os trabalhos dos dois autores se complementam, pois Koster noticia sobre a colônia nos anos subsequentes ao franqueamento dos portos brasileiros às nações estrangeiras. Como um cego segurando a mão de um coxo, assim caminham os dois escritores. A descrição de Aracati no *History of Brazil* ilustra muito bem essa parceria entre os dois autores:

Ela está situada por volta de oito milhas do mar, no Jaguaribe, ou rio do Jaguar [...] As casas possuem um segundo andar, que não é encontrado em nenhum outro lugar da Província, no entanto, é necessário aqui, pela razão de que as inundações às vezes são tais que invadem o andar térreo¹⁰².

Quando Koster descreve em três páginas o Aracati, fica evidente a elaboração de uma paisagem hídrica onde o núcleo urbano está inteiramente voltado para o Jaguaribe. Ao estranhar a arquitetura das residências por “não parecerem com as vistas em outras paragens”, compostas principalmente por casas de dois pavimentos, o autor afirma

¹⁰² T. do A.: “It stands about eight miles from the sea, on the Jaguaribe, or river Jaguar [...] The houses have a second floor, which is not found any where [sic] else in the province, but is *necessary* here, because the floods are sometimes so great as to enter the ground floor” (T. do A.). In: SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol. 3. Londres: impresso por Longman, Hurst, Rees, Orme, e Brown. 1819. pp. 759-760. Grifo meu.

ter inquirido os moradores que explicaram “que as águas do rio inundam algumas vezes, obrigando a uma retirada para os altos da residência”¹⁰³. A descrição da vila na obra de Southey segue, em sua essência, a leitura da paisagem realizada por Koster e a aderência da imagem do rio como o elemento heteróclito da paisagem de Aracati pode ser observada quando o historiador julga, por sua conta e risco, ser “necessário” construir sobrados para livrar-se das inundações.

Henry Koster ainda noticia sobre a atividade portuária e a situação do Jaguaribe no tocante à navegação. Filho de comerciantes, o viajante possui um olhar direcionado também para a infraestrutura por onde passa: o potencial produtivo, as condições de escoamento e exportação, o aproveitamento dos rios para navegação etc. Por isso, empregando tratamento semelhante ao aplicado em outras vilas ribeirinhas por onde cruzou, tenta descrever de forma concisa a barra do Jaguaribe, diagnosticando os problemas apresentados pelos bancos de areias movediças, que obrigavam os pilotos a entrarem no porto como se o desconhecesse, e conclui que “o porto só poderá ter importância quando não existir outro obstáculo além da pouca (sic) profundidade d’água”¹⁰⁴. A faixa de praia formada por dunas móveis quando vista a partir dos interesses comerciais da atividade portuária, com efeito, torna-se um grande problema, visto que compromete o trânsito de embarcações de maior calado; os mesmos cômodos, por outro lado, formam importantes reservas hídricas que mais tarde seriam exploradas pelo estrangeiro José da Maia e em suas franjas estavam estabelecidas fazendas de cana-de-açúcar.

Ainda no tocante à paisagem hídrica na obra de Koster, é possível perceber a atribuição estética positiva dada às regiões com curso d’água perenes, ou mesmo lagoas em contraste com a tristeza e melancolia atribuída às paragens onde imperavam a aridez. Durante o passeio de canoa, desde a vila até a embocadura do rio, o estrangeiro observou “muitas ilhas bonitas, algumas com gados e noutras era demasiado duro para que a relva brotasse” e quando deixou a vila encontrou “belas várzeas, ou terrenos baixos alagados, presentemente secos e prósperos para a agricultura, e eram os únicos onde se podia esperar alguma colheita”¹⁰⁵.

Na aprazível excursão de barco que realizou, encontrou ânimo para narrar a pitoresca travessia de bezerros que, pastando em uma das

¹⁰³ KOSTER, Henry. op.cit. p. 167.

¹⁰⁴ Idem. 169.

¹⁰⁵ Idem. p. 169; 171.

ilhas carentes de água doce, regularmente tinham que cruzar o rio para beber água, de tal modo que dispensavam um pastor. O mais curioso, segundo lhe contou um proprietário, era sempre virem acompanhados de vacas maiores e “sempre do lado em que vinha a maré, para que não fossem arrastados por ela”¹⁰⁶.

Em contraste com a paisagem hídrica, são inúmeras as passagens em que o autor demonstra estar cansado da monotonia do que é dado a ver em sua marcha por terras secas, sobretudo, no trecho entre Natal e Assu: “o solo, pedregoso em determinadas paragens, sobe e desce, não a ponto de constituir uma cordilheira, mas interrompendo o aspecto monótono desse mar sem praias onde se viaja muitas horas com a impressão de não ter se mudado de lugar”¹⁰⁷. A paisagem árida do sertão, neste caso, é vista como uma imagem do vazio, comparada a uma viagem por um grande mar, tanto pela indistinção do entorno como pela escassez de víveres e de água potável. As “Campinas” ressequidas, as árvores de folhas caducas e os troncos queimados pelo sol abrasador não podiam oferecer descanso para mente, assim como não ofereciam para o corpo, pois o ano de seu périplo, 1810, foi marcado por uma forte estiagem, a qual o próprio autor atribui todas circunstâncias desagradáveis que o sucederam. As migrações da população do sertão, a carência de farinha e outros víveres, a falta de água nas cacimbas, tudo isto, são experiências do caminhar que são coladas à paisagem estival através de uma descrição entristecida, consternada e desanimada do ambiente, como sucedeu no momento de sua chegada ao Aracati:

Grande parte da viagem nesse dia ocorrera entre charcos d'água salgada e várzeas cobertas de carnaubais. Os altos troncos, despidos de ramos, coroados no topo pelas palmas, como os coqueiros, fazendo rumor ao menor sopro do vento, a cor e a aridez do terreno onde nenhuma relava apontava e raramente alguns arbustos davam uma impressão melancólica a esses plainos.

A imputação de um juízo estético à natureza, seja positivo ou negativo, é um procedimento retórico importantíssimo na composição de uma paisagem. De acordo com Anne Cauquelin (2007, p. 121-127), a beleza não é intrínseca à natureza e o processo de atribuição sentimental

¹⁰⁶ Idem. p.170.

¹⁰⁷ Idem. p. 147.

significa a projeção de uma expectativa cultural sobre determinado território, de sorte que a paisagem torna-se transparente e, ao olhá-la, crer-se estar vendo a própria natureza.

Richard Dixon

Ao contrário de Koster, que podia dar-se o direito de ignorar as minúcias do entorno para se concentrar em outros aspectos da viagem que achava mais pertinente, como os costumes e as gentes, o outro viajante britânico, o capitão Richard Dixon, tinha por obrigação identificar/criar a paisagem heteróclita de Aracati por meio de pontos de referências impressos no relevo, ou na vegetação, ou na cor do solo a fim de orientar outros navegantes britânicos que por ventura cruzassem por estas plagas.

O estabelecimento do poderio britânico ao longo do século XVIII e XIX foi possível, de acordo com Martins (2002), através do desenvolvimento de uma rede de conexões insulares que serviam de base, de postos de comércio continentais, além da produção de um vasto conhecimento dos mares. O investimento em uma “geografia do mar”, baseado na difusão de uma rede de indivíduos autorizados a narrar o que viram a bordo dos seus navios culminou na criação do Departamento Hidrográfico em 1795. Este era responsável por instruir o olhar dos oficiais da marinha, coligir imagens marítimas, além de organizar expedições hidrográficas.

É importante lembrar que a produção do conhecimento britânico, tanto a taxonomia botânica quanto a elaboração de um saber náutico não se deu distante das relações de saber e poder e, muitas vezes, esteve atravessado por escusos interesses comerciais, sobretudo no Pacífico. Além disso, não é possível falar em um grande projeto de mapeamento do globo por parte desse império e muitas das produções atendiam a interesses imediatos, ou particulares (SCHAFFER, 1996).

O sucesso das viagens britânicas em águas desconhecidas dependia, em larga medida, da capacidade dos *surveyors* em identificar as particularidades de determinado lugar passíveis de ser apreendida pelo sentido da visão, e de sua exatidão na descrição, seja por meio da escrita ou por meio do desenho de um perfil litorâneo. Tendo em vista que o reconhecimento “é um evento social, ou seja, é uma atividade que transcende o mero ato da percepção” (MARTINS, 2002, p.75), cabia a ele também a responsabilidade de mediar a percepção entre aquilo que é novo, desconhecido e estranho e aquilo que é conhecido e familiar;

tornar a paisagem reconhecível através de um conjunto de códigos já instituídos, de referências e comparações que aproximassem sua descrição à experiência acumulada pelos seus pares.

Foi imerso nesse universo que o capitão Richard Dixon, comandante do *Westmoreland*, aportou em Aracati em 1829, com o fito de estudar o caminho desde a barra do Jaguaribe até a vila de Aracati (STUDART, 1921). De suas investigações surgiram dois trabalhos: a carta da barra do Jaguaribe em escala de quatro polegadas para uma milha (**figura 13**), publicada pela Hydrographic Office¹⁰⁸; e a instrução de navegação, publicada em inúmeros roteiros de navegação da época, como ode John Purdy¹⁰⁹, ou elaborado por James Imray¹¹⁰.

Em seu caderno de observações, Dixon explica que comumente se alcança o Aracati tendo como ponto partida Pernambuco, pois os barcos primeiro aportavam ali para receber carregamento. Seguindo rumo ao norte, o primeiro ponto de referência nas proximidades de Aracati seria a baía do Reteiro Grande, ou *Algebarana Head*, dista vinte e uma milhas da vila e cuja aparência seria muito singular, “formando como que dois batentes, a parte mais baixa sendo avermelhada e a outra cinza”¹¹¹. Como já foi mencionado anteriormente, a seleção de acidentes geográficos e sinuosidades dos relevos em sua especificidade eram fundamentais na construção da paisagem criada pelos *surveyors*. Neste caso, o autor escolheu a vista dos tabuleiros litorâneos que afloram à margem do oceano para identificar a região.

¹⁰⁸ A carta se encontra disponível no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional e, por constar apenas a letra inicial do primeiro nome do autor foi equivocadamente creditada ao explorador e agrimensor Robert Dixon (1800-1858). Com efeito, o mapa não é deste explorador, que em 1829 realizava investigações científicas no rio Wollondilly, no sudeste da Austrália, mas de Richard Dixon.

¹⁰⁹ PURDY, John. **The Brazilian navigator; or, Sailing directory for all the coasts of Brasil, to accompany Laurie's new general chart**. Londres: publicado por R. H. Laurie, 1838.

¹¹⁰ IMRAY, James. **The Atlantic navigator**. Londres: publicado por James Imray e filho, 1854.

¹¹¹ PURDY, John. Op.cit. p. 65.

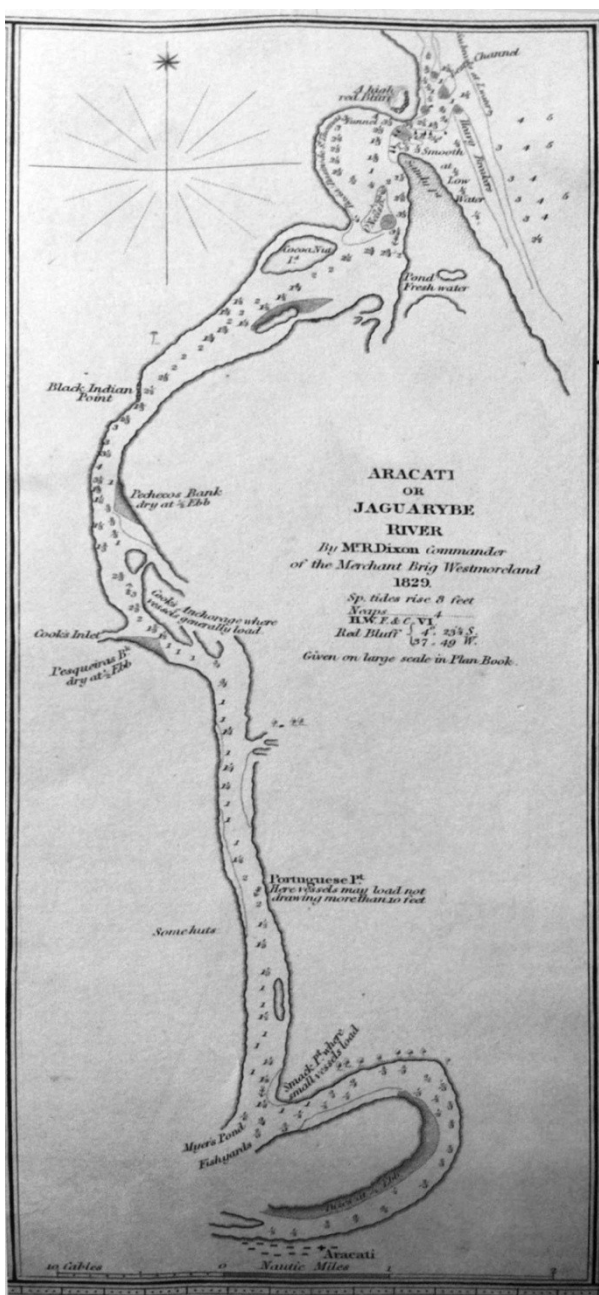


Figura 13: Detalhe do porto de Aracati elaborado por Richard Dixon (1829). In :Grã-Bretanha.Hydrographic Office. **South America, East Coast. IV.**Chiefly from the french survey by M. Le Baron Roussin capitaine de Vaifseau & c.&c. in 1819 & 1820. Londres : Hydrographical Office, 1833. Fonte: F.B.N. Catálogo de mapas, localização ARC.026,05,017 Cartografia

As cartas náuticas de escala reduzida eram de grande utilidade à navegação por destacar os principais portos de uma região, os pontos de carga e descarga, as enseadas e baías imprescindíveis às embarcações à vela; do ponto de vista da pilotagem, porém, pouco contribuíam, pois não indicavam os obstáculos, a profundidade marítima e as feições costeiras. Por isso, a necessidade de somar a estas cartas vistas costeiras e cartas com maior escala dos principais portos, nas quais constariam informações detalhadas da batimetria, dos pontos de referência, da pilotagem, etc. Observando atentamente a carta de Dixon, é possível inferir que a carta não foi riscada no memento em que cruzava o rio, mas foi tomada de memória e reproduzida de acordo com as anotações de seu diário. Os dois promontórios rochosos que afloravam excessivamente da margem esquerda e a curva demasiada do rio na altura da vila de Aracati são bons indicativos a esse respeito.

Além disso, é interessante notar que embora esta carta atenda aos mesmos fins que a anteriormente elaborada por Silva Paulet – orientar a navegação –, possui instruções diferentes e, por isso, dá destaque a outros elementos da paisagem. O capitão do *Westmoreland* fez menção a uma lagoa de água doce na margem direita da embocadura, aos pontos de ancoragem e à existência de madeira a certa altura da margem esquerda. Dessa forma, o autor atendia as instruções do Almirantado em vigor desde 1804 que solicitava informações sobre suprimento de água e lenha, locais de embarque e desembarque e marcos para ancoragem¹¹².

A construção da paisagem hídrica de Aracati realizada pelos forasteiros põe em termo o significado da atividade portuária para a dinâmica econômica e social da urbe. Isso fica evidente quando se observa que a significação estética positiva ou negativa atribuída ao ambiente possui relação direta face à necessidade da elite mercantil de manter a calha do rio profunda e em condições favoráveis à navegação.

¹¹² De acordo com Martins (2001, p.175), as instruções de 1804 eram modificações nas orientações promulgadas em 1759, sob o título “Instrucitions to the Respective Maj Ships”.

CAPÍTULO 3: MODALIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS REGIÕES PORTUÁRIAS DE ARACATI E LÜDERITZ

3.1 Usos das águas em Aracati

A fundação da vila de Aracati à beira rio deixou marcas indeléveis nos modos dos seus habitantes se relacionarem com as águas. O fato de estar no único trecho navegável do rio Jaguaribe e mesmo assim não ter abundância de água doce em superfície é uma questão que muito cedo foi percebida. Quando o ouvidor geral da Capitania do Ceará, Manoel José de Farias, sugeriu a criação da vila do Aracati, em 1748, afirmou que “as agoas não são muitas, porem sam a q bastão e se lhe podem fazer possos, ou cacimbas, como cá as chamão”¹¹³.

De fato, a solução levantada por esse membro da administração colonial portuguesa tem sido a principal forma de obtenção de água até os dias atuais e desempenhou um papel ainda maior no século XIX. Porém, como bem notou Sérgio Buarque de Holanda (2011, p. 400), a utilização de poços no Brasil colonial sempre foi bastante sofrível, segundo o autor:

É certo que em sítios não muito distantes dos povoados e junto aos pousos e registros, existem já em princípios do século XIX, aguadas sofrivelmente protegidas, onde se poderia obter água fresca. Obras de administração caprichosa ou mesmo de alguns particulares, essas cacimbas não primariam pela comodidade, nem pelo asseio, nem pela salubridade. É notório que mesmo em nossas cidades coloniais mais populosas e ilustres, o estado de conservação das fontes públicas foi assunto permanente de queixas por parte dos moradores.

As considerações de Holanda parecem válidas em grande medida também para o caso de Aracati durante boa parte do século XIX. Havia poucas modalidades de abastecimento da urbe. Agora, estas formas serão enumeradas, pois, como observou Denise Sant’anna

¹¹³ “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei, sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe. Lisboa 1746, dezembro, 12”. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará (1618-1832). AHU_ACL_CU_017. Cx. 5. D. 304.

(2007), cada técnica de abastecimento explorava de maneira distinta os recursos hídricos, possuía sua própria temporalidade, produzia novos gestos, criavam determinadas relações sociais, de trabalho, formas de compartilhar – mas também de se apoderar da água –, ou seja, cada uma se conectava a um modo de ver, entender e utilizá-la.

A quase inexistência de uma engenharia hidráulica para captar a água dos poços e levá-la até as residências era suprida por outra rede que ligava estes dois pontos: trabalhadores pobres livres, mulheres e escravos com seus potes, barricas, pipas e baldes corriam de um lado a outro a fim de garantir o líquido necessário para si, ou para vendê-lo. Os poucos pontos de aguada pública existentes na vila, que eram a *Cacimba do Povo* e a *Travessa da Cacimba*, eram amiúde alvos de reclamações da população, sobretudo, por falta de cuidados com a limpeza.

No século XIX, na vila do Aracati, a estrutura de abastecimento contava com poucos pontos de coleta públicos. Para obter água os habitantes podiam se deslocar, por exemplo, até a fonte localizada na travessa da Cacimba, apenas a quatro quadras da igreja matriz Nossa Senhora do Rosário e defronte a casa de Câmara e Cadeia. Ou se preferissem podiam andar até os arrabaldes da cidade e se servirem na Cacimba do Povo, na qual o líquido existia em abundância. O fato de ambas as fontes serem da municipalidade, sendo o acesso a água livre e gratuita, não tornava esses espaços isentos de conflitos, disputas e favorecimentos. Além disso, muitos preferiam pagar pelo serviço de entrega domiciliar oferecido por carregadores que diariamente abasteciam as residências, seja carregando um pote ao ombro, seja transportando em carroças.

O botânico britânico George Gardner ¹¹⁴ quando esteve em Aracati, em 1838, observou essa atividade: “a água da fonte próxima que então se consumia era vendida pelas ruas em pequenos barris, levados em carrinhos quase sempre puxados por carneiros” (1975, p. 82). A passagem evidencia a venda de água de forma ordinária, pelo menos dentro da vila. Seu comércio não era particularidade da região. Os carregadores estavam presentes em grande número na maioria dos centros urbanos do Brasil oitocentista, inclusive em aglomerações imensamente maiores em número de habitantes e pontos de coleta, como

¹¹⁴ George Gardner esteve no Brasil de 1836 a 1841 sob os auspícios de Willian Jackson Hooker e a serviço de diversas instituições britânicas, como a Sociedade Filosófica de Glasgow e o Royal Botanic Gardens de Kew. Percorreu a Província do Ceará no ano de 1838, desembarcando no porto de Aracati.

Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e, por isso, faziam parte da paisagem urbana e, no entanto, o fato foi motivo de estranhamento para o viajante que fez questão de fazer nota sobre a atividade.

A presença dos vendedores de água, em larga medida, estava relacionada a uma conotação pejorativa que era atribuída aos pontos de coleta do precioso líquido, tendo em vista que o espaço da cacimba foi historicamente construído e que conforme Arrais,

o espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais, incorporando significados que lhe são atribuídos por determinadas representações, revestindo-se de simbologias e participando da construção de certas identidades (ARRAIS, 2004, p.11).

Assim, pode-se entender esse espaço como produto das disputas econômicas, políticas, de gênero, de trabalho, que aconteciam em torno do interesse pela água, disputada por lavadeiras, criadores de animais, viajantes, aguadeiros, transeuntes. A cacimba era um ponto fulcral na identidade de diversos trabalhadores pobres livres e cativos e, por isso, grupos mais abastados desviavam-se dela enviando seus escravos, construído poços dentro de suas propriedades¹¹⁵, ou pagando pelo serviço de entrega.

O interesse em organizar e fazer melhorias nesse espaço era preocupação de grande parte da população local que sofria, sobretudo, com a falta de cuidados de limpeza. É o que pode ser percebido nas *Atas da Câmara Municipal de Aracati*, de 26 de setembro de 1828, quando seus vereadores discutiram sobre o estado deplorável em que se encontrava a fonte pública, necessitando “o quanto antes fazer concertar a cacimba do Povo que se acha em grande porcaria levando-lhe em conta toda a despeza do dito concerto feito”¹¹⁶.

Paulo Henrique Martinez (2007, p. 71) afirma que a conservação e a qualidade das águas eram alvos constantes de queixas

¹¹⁷ Um exemplo disso em Aracati era a rica família dos Caminha, que em 1859 residia de frente à Cacimba do Povo, mas se abastecia por meio de duas cacimbas abertas na sua propriedade, não partilhando da aguada pública com os outros. Cf: Freire Alemão (2011, p. 66).

¹¹⁶ APEC, **Atas das sessões da câmara de Aracaty de 7 de julho de 1828 a 29 de julho de 1830**. Ala 01; estante 03; prateleira 16; caixa 19; livro 50. Folha 9 verso.

junto aos governantes, sobretudo nas Câmaras Municipais, até as últimas décadas do século XIX, quando projetos e obras de abastecimento passaram a ser recorrentes no espaço urbano brasileiro.

O controle e legislação dos usos das águas durante o século XIX estiveram sob responsabilidade do poder local através da criação de posturas municipais que eram posteriormente aprovadas pelas Assembleias Provinciais. Somente com o Código das Águas de 1934 (Decreto Federal 24.643 de 10/3/34) é possível falar em uma política direcionada no sentido de preservá-la, discipliná-la e aproveitá-la como um recurso econômico e energético (CORRÊA, ALVIM, 2000, p. 127).

O artigo 74 do *Código de Posturas de Aracati*, aprovado em 12 de setembro de 1837, demonstra uma tentativa de sanar o corriqueiro problema de contaminação da água:

afim de conservar-se sempre com asseio a fonte publica, e evitar que malignos continuem a lançar-lhe dentro immundicias crear-se-ha um guarda, que vencerá a gratificação annual de cincoenta mil réis, pagos em quartéis, o qual guarda velará continuadamente na limpeza da fonte, sob a pena de perder o equivalente de um trimestre, todas as vezes que se lhe provar desleixo e omissão no cumprimento de seus deveres.¹¹⁷

O supracitado artigo das Posturas instaurou a função de guarda de cacimba, possivelmente, com o objetivo de atender as reivindicações públicas, pois a Cacimba do Povo era o principal ponto de coleta da vila. Além da questão de asseio público, a cacimba, quer pública, quer particular, necessitava de cuidados. Por ser aberta, geralmente baixa e, muitas vezes, fisicamente mal conservada, facilitava a ocorrência de acidentes, como foi o caso, em Aracati, do incidente de 24 de julho de 1881 que deu cabo da vida de um menor, filho do mestre de iate José Maria, que, “cahindo dentro de uma cacimba morreu também asphixiado, victima sem duvida da inexperiência ou descuido que acompanha a tenra idade”.¹¹⁸

¹¹⁷A norma afirma apenas a criação do posto de guarda da fonte. Lei nº68 de 12 de setembro de 1837, artigo 74. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Fortaleza: INESP, 2009, tomo I. p. 131.

¹¹⁸ Ineditoriaes: Aracaty. **Gazeta do Norte**. Fortaleza, 13/08/1881, ano 2, p. 3.

A criação do cargo em Aracati indica o problema de abastecimento de água e a preocupação das autoridades em conservar física e moralmente uma das únicas fontes públicas da vila. É interessante perceber que em razão da água do rio ser imprópria à ingestão, além da distância entre a vila e lagoas e olhos d'água, tornaram os poços o principal meio de abastecimento, imprescindível à vida humana. Isso reverbera na própria criação do cargo de guarda de cacimba em Aracati, que é precoce em comparação com outros municípios da Província.¹¹⁹

Diacronicamente, o sistema de abastecimento da vila pouco mudou ao longo do século XIX. Ainda sobre o cotidiano em torno da fonte pública, os artigos 76 e 77 do *Código de Posturas de Aracati*, aprovado em 1º de janeiro de 1854, indicam uma reprodução na rotina dos moradores e nas formas de utilizar o espaço. Segundo o artigo 76, o guarda “deverá conservar sempre limpo todo o edifício da fonte pública, tanto interna como externamente, tendo no possível asseio a cacimba”, além de “ter no conservatório sempre água com abundancia desde das quatro da manhã [sic.] até às dez da noite”.¹²⁰ Na injunção, salta aos olhos a extensão do período de funcionamento da cacimba pública, que era ponto de encontro de muitos trabalhadores e escravos. Por isso, no artigo subsequente, ficava determinado que o guarda

não consentirá que os escravos se demorem por mais do tempo razoavel, fazendo evitar por admoestações ou ameaças as algazaras e brigas que ordinariamente costumam haver entre elles [...] será obrigado morar ao pé do edificio e fonte em lugar que possa fiscalizar as pessoas que recebem água.¹²¹

A fonte a que a norma acima se refere foi descrita em 1859 pelo chefe da Comissão Científica de Exploração como sendo “um poço grande coberto e fechado, com bomba e tanques, donde saem algumas bicas”. Segundo o botânico, “a Câmara paga a um homem que tem

¹¹⁹ Os registros das Leis Provinciais sugerem que a função de guarda na cacimba surgiu apenas em outros municípios da Província por volta do final da década de 50 do século XIX.

¹²⁰ Lei nº ___ de 1 de dezembro de 1854, artigo 76. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Fortaleza: INESP, 2009, tomo II, p. 571

¹²¹ Lei nº ___ de 1 de dezembro de 1854, artigo 77. In: *Idem*.

sempre os reservatórios cheios, tocando a bomba [...] a água é fornecida grátis ao povo (ALEMÃO, 2011, p. 65).

Quanto à distribuição da água, Alemão afirma que era “vendida todas as manhãs pela cidade em barris, carregados em carros, trazendo cada carro (parece que é água) 40 barris, e os vendiam a 40 réis. Os barris são desta forma, tanto os dos carros como os que são carregados ao ombro” (ALEMÃO, p. 56). Ele ainda dignou-se a rascunhar em seu diário o formato dos potes (**figura 14**)



Figura 14: Esboço do pote utilizado no abastecimento de Aracati. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 48.

Embora as cacimbas públicas tivessem função incontestada no abastecimento da vila, sua utilização nem sempre foi vista com bons olhos pelas autoridades locais. Além disso, não era o único meio de obter o precioso líquido. Fontes particulares, abertas geralmente nos quintais, serviam tanto para os proprietários, quanto para seus vizinhos e amigos. É escusado dizer que por meio da partilha os “donos da água” acabavam por exercer uma relação de poder assimétrica sobre os despossuídos.

A elite local exercia seu poder também através do domínio das águas. Freire Alemão observou que as de melhor qualidade da região estavam no sítio Beirada, sob o domínio de Pacheco, rico negociante de Aracati e chefe do partido Liberal na cidade. Ao visitar a propriedade, o botânico afirmou que “o que há aqui de mais notável é um olho-d’água mais perto de casa, do qual ela sai em grande quantidade e fazendo cachões [...] passa esta água pela melhor potável de Aracati”. A água que corria da fonte era, então, aparada em uma casa coberta com um tanque “com fundos de três palmos e com duas a três braças de quadro” e que servia de banheira (ALEMÃO, 2011, pp. 59-60).

Igualmente, o botânico observou na casa do senhor Caminha, chefe do partido Conservador, a existência de um pomar, “aguado por dois grandes e fundos poços, a que chamam de cacimba, com bombas de

carnaúba e tiradas por moinhos de vento”; havia também “uma boa casa de banho” (ALEMÃO, 2011, p. 63). O senhor Caminha morava de frente à Cacimba do Povo, mas abastecia-se por seus próprios meios e não se utilizava da fonte pública.

O sistema de abastecimento despertou a atenção dos membros da Comissão. José dos Reis Carvalho, que era o responsável pelos registros pictóricos, registrou em forma de aquarela o dito moinho de vento, contígua a casa de banho (**Figura 15**)

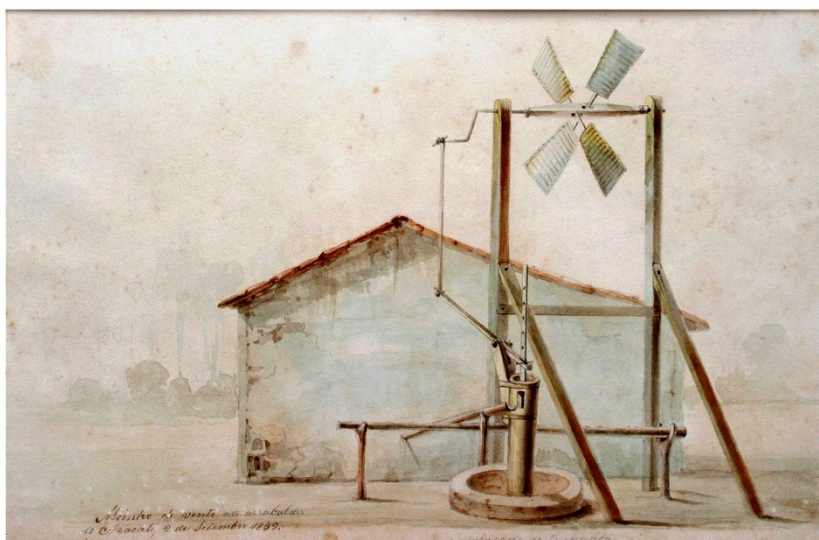


Figura 15: “Moinho de vento nos arrabaldes de Aracati, 2 de setembro de 1859. Todo fabricado de carnaúba”. In: ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 569.

O estranhamento nos viajantes foi causado pela tecnologia utilizada na construção de tal sistema de irrigação. O chefe da expedição relata que a bomba usada para exumar a água do subsolo era “toda feita de carnaúba – esteios, travessos e bomba. O corpo da bomba, o êmbolo e válvulas tudo é de pau e tosco; mas serve”. Ela estava conectada a um moinho também inteiramente feito dessa planta e a energia utilizada para fazê-la funcionar provinha dos constantes ventos. A utilização apenas de materiais facilmente obtidos na própria região facilitava muito o conserto. O autor ainda se “admira que esta indústria não esteja mais

vulgarizada na Província, onde os ventos são quase constantes, principalmente os gerais” (ALEMÃO, 1961, p. 274).

De fato, a tecnologia ficou restrita à vila; e ainda hoje é possível encontrá-los em alguns pontos da margem do rio Jaguaribe e no Cumbe, apenas com o incremento de algumas peças de ferro. No ano de 1884, Pompeu F. da Ponte escreveu uma série de artigos no jornal *Libertador* e no *Cearense* defendendo a difusão dos moinhos de vento pela Província. Em um deles, direcionado ao Governo Provincial e às Câmaras Municipais, centrava-se nos benefícios sociais que viriam na esteira da aplicação de tal tecnologia e solicitava ao governo a fabricação dos moinhos de vento para servirem de exemplo aos agricultores. No entender do autor, isso bastaria para aumentar a produção, garantir o aumento dos cofres públicos e fixar a população, evitando a emigração.

¹²² Em outro artigo, agora publicado nas páginas do *Cearense*, pregava os benefícios no que se refere a sua eficiência: “com esse systema as águas são fornecidas com mais abundancia e com mais brevidade do que pelas antigas cacimbas, em razão de ser removida a pressão athmosphérica”. ¹²³ Em 1886, já é possível encontrar “bombas próprias para moinhos de vento” na *João do Amaral & e filho*. ¹²⁴ Nesse sentido, é possível afirmar que estes moinhos fabricados inteiramente de carnaúba era uma marca da paisagem heteróclita de Aracati. No entanto, não possuímos elementos para discutir a partir de quando eles foram utilizados, visto que nenhum viajante anterior a Freire Alemão fez menção a eles.

Nos idos de 1838, quando da passagem do viajante britânico George Gardner, uma nova e efêmera experiência de abastecimento foi experimentada. O estrangeiro José da Maia solicitou junto ao Governo Provincial a construção de um chafariz público na vila de Aracati em troca do privilégio exclusivo sobre a venda de água.

3.1.2 José da Maia, o senhor das águas.

A trajetória de José da Maia é interessante para se pensar os usos das águas em meados do século XIX. Alguns de seus empreendimentos na Província do Ceará foram, em larga medida,

¹²² PONTE, Pompeu F. da. **Libertador**. Fortaleza, 30 de agosto de 1884, n° 174, p. 4.

¹²³ PONTE, Pompeu F. da. **O Cearense**. Fortaleza, 23 de Agosto de 1884, n°88, p.3.

¹²⁴ **Libertador**. Fortaleza, 30/01/1886; 5/02/1886; 8/02/1886.

malogrados enquanto outros nem mesmo saíram do papel. Acreditamos, porém, na importância de se investigar sobre os diferentes horizontes de possibilidades que estavam em jogo em determinada época, sobre as ideias não consumadas, sobre os projetos que não vingaram. Koselleck atenta para a importância de compreender essas expectativas passadas, ou “horizontes de expectativas” que compõe o futuro do pretérito, pois que

considerados apenas como posições voltadas para o futuro, pode ser que elas tenham possuído apenas uma espécie de realidade psíquica. Como força motriz, no entanto, sua eficácia não é menos real do que o efeito das experiências elaboradas, uma vez que as expectativas produziram novas possibilidades às custas das realidades que se desvaneceram (KOSSELLECK, 2006, p. 314).

Destarte, os diferentes contratos de privilégios por ele assinados, ainda que não efetivados, permitem entrever qual o seu horizonte de expectativas e como o empresário acreditava poder lucrar com a exploração dos recursos naturais.

Nascido possivelmente em Gibraltar não se sabe ao certo quando, o estrangeiro migrou para o Brasil. Em Aracati, casou-se com uma irmã de Quintino Pamplona e Frederico Augusto Pamplona (STUDART, 1918, p. 203). Este último foi um importante membro do partido Liberal, deputado provincial pela primeira vez durante biênio 1840-41, um dos fundadores do jornal *O cearense* (STUDART, 2012, p. 334) e, em 1853, associado a seu cunhado, tentaria criar uma linha de carros ligando Fortaleza e Icó.¹²⁵ Três anos depois, agora sob o pretexto

¹²⁵ Pelo decreto de nº 1248, de 17 de outubro de 1853, Frederico Pamplona e José da Maia receberam o privilégio exclusivo por dez anos “para em todo o Império fabricarem, venderem e importarem carros denominados – Maya – movidos por um systema de rodas de invenção do próprio suplicante”. Segundo o jornal *Pedro II*, no dia 1º de dezembro de 1853, José da Maia e Augusto Pamplona solicitou junto a Assembléia Provincial um “empréstimo de 15:000\$000 rs afim uma linha de seus carros da capital ao Icó para o transporte de productos do centro”. Dias depois, o presidente da Província, Joaquim Villela de Castro Tavares, por meio da lei nº 635 de 23 de dezembro de 1853, concedeu aos empresários um empréstimo de 6:000\$000 rs (seis contos de réis) para o estabelecimento da dita linha, denominada de “carros-Maia”. Cf.: **Colleção das leis do Império do Brasil de 1853**. Rio de Janeiro: Typographia

de ter criado uma máquina de descaroçar algodão, José da Maia e Frederico Pamplona receberam do cofre provincial outro empréstimo de 6:000\$000 rs para fabricarem suas máquinas.¹²⁶ A partir do laço familiar que estabeleceu com a família Pamplona, o senhor Maia alcançou uma rede política em Aracati e na Província, obtendo inúmeros contratos de privilégio durante e depois de sua estadia no Ceará.

Segundo Guilherme Studart (1930, p. 203), José da Maia teria deixado Aracati para residir no Rio de Janeiro, onde teria se tornado professor de línguas. No entanto, a pesquisa hemerográfica leva a crer que o estrangeiro mudou-se para o Recife, pois, para o negócio de carros, de acordo com o jornal *O Cearense*, Pamplona havia se “associado com seu cunhado, José da Maia, subdito britânico, residente em Pernambuco”.¹²⁷ Também no jornal pernambucano *O Liberal Pernambucano*, de 19 de janeiro de 1853, o “Illm. Sr. José da Maia [...]nesta praça é reconhecido como o primeiro mestre da lingua ingleza, porque alem dos seus profiissionaes conhecimentos, é inglez de nação”.

¹²⁸ Deve-se desconfiar também da sua nacionalidade inglesa, pois se assim fosse, certamente o botânico escocês George Gardner, que inclusive conheceu José da Maia, não afirmaria que o negociante Miller, com quem ficou hospedado, era o único inglês de Aracati. Além disso, o estrangeiro pode ter adotado a nacionalidade inglesa para reforçar sua imagem de professor de língua inglesa perante a comunidade de Pernambuco.

Durante a residência de José da Maia em Aracati, quase todos os seus pedidos de privilégio tinham por fito, direta ou indiretamente, o domínio das águas na vila ou em alhures. A primeira concessão nesse sentido foi a construção de uma barca para atravessar o rio Jaguaribe, em 1837. Segundo a lei nº 92 de 5 de outubro de 1837, ficou concedido

Nacional, 1853, Tomo XIV, p. 472; **Pedro II**. Fortaleza: 3 de dezembro de 1853, nº 1299; Lei nº 635 de 23 de dezembro de 1853 In: In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania** (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009, tomo II, pp. 387-88.

¹²⁶ Para conhecer os termos do contrato, vide **Pedro II**. Fortaleza: 6 de outubro de 1857, nº 1735, p. 4. No ano anterior, o empresário contraíra um empréstimo com a província de Pernambuco, mas usou como subterfúgio por não utilizar o dinheiro nas máquinas de algodão, o fato de não poder atar à bolandeira os 16 cavalos necessários para fazê-la funcionar. **OLiberal Pernambucano**. Recife: 21 de junho de 1856, ano 5, nº 1134, p. 3.

¹²⁷ **O Cearense**. Fortaleza: 26 de julho de 1853, ano VII, nº 648, p. 2.

¹²⁸ FALCÃO, Iodolpho Herculano Marinho. **O Liberal Pernambucano**. Recife: 19 de Janeiro de 1853, ano II, nº 102, p. 3.

a “José da Maia e seus herdeiros, por termo de 20 annos, o privilégio exclusivo para construir á sua custa uma barca que sirva de commoda passagem no rio Jaguaribe a qualquer hora do dia ou da noite”. O contratante deveria colocar a barca em qualquer passagem desde que ficasse nos limites vila; além disso, seria cobrada uma taxa anual de 131\$000 rs para os cofres municipais.¹²⁹

Esse valor era muito superior ao imposto que ulteriormente foi cobrado sobre as canoas e as lanchas (1\$000 rs e 4\$000 rs respectivamente), que poderiam ser usadas para a travessia do rio.¹³⁰ Porém, era garantido ao suplicante o privilégio exclusivo sobre o transporte de pessoas, cargas e animais pelo rio. Os valores cobrados eram de 40 por pessoa a pé e 70 réis se estivesse montado, 480 por cada carro descarregado com até três juntas de boi e 1\$000 quando estivesse carregado e 40 por cada cabeça de gado vacuum ou cavalar. Seriam isentos do pagamento as tropas em serviço.¹³¹ Por isso, o senhor Maia acreditava ser um bom investimento, haja vista que monopolizaria o transporte entre a capital e Aracati. No entanto, ao se atentar para a arrecadação anual da câmara de Aracati nos próximos anos não está discriminada nenhuma receita proveniente da dita barca.¹³²

Em 1840, José da Maia novamente tentaria monopolizar os usos das águas, agora sob a forma do pescado. Através da lei nº219 de 26 de dezembro de 1840, o empresário recebeu a prerrogativa de “levantar no litoral e rios da província curraes de ferro para pescaria”. Assim como o

¹²⁹ Lei nº 92 de 5 de outubro de 1837, sancionada pelo Presidente José Martiniano de Alencar. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Fortaleza: INESP, 2009, tomo I, p. 152.

¹³⁰ Artigo de nº101 do Código de Posturas de Aracati, aprovado pela lei nº 381 de 28 de agosto de 1846, publicada pelo Presidente Ignacio Corrêa de Vasconcellos. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Fortaleza: INESP, 2009, tomo I, p. 550.

¹³¹ Lei nº 92 de 5 de outubro de 1837, sancionada pelo Presidente José Martiniano de Alencar. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Fortaleza: INESP, 2009, tomo I, p. 152.

¹³² Conferir a aprovação das arrecadações anuais da Câmara de Aracati em Lei nº 92 de 5 de outubro de 1837, sancionada pelo Presidente José Martiniano de Alencar. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Fortaleza: INESP, 2009, tomo I, pp. 236, 323.

contrato da barca, este seria válido por um período de vinte anos, contando a partir da construção do primeiro curral.¹³³

A pescaria de curral era comum entre alguns pescadores do litoral do Ceará e se diferenciava por sua sofisticação. Diferente do anzol, das redes, ou do quixó, não era qualquer pescador que dominava a técnica que também exigia um esforço de confecção muito maior. Basicamente, o curral consistia na fixação de balizas de madeira em determinados trechos do rio, onde posteriormente era colocada uma rede confeccionada com uma madeira mais fina. O objetivo da técnica era produzir um emaranhado de madeira para que os peixes lá entrassem durante a maré alta e, quando a maré baixasse, ficassem presos entre a malha. O pescador deveria conhecer a topografia do rio e os locais onde houvesse maior trânsito de peixes para instalá-lo, além de estar atento ao regime de marés. Até mesmo recolher o pescado exigia dos pescadores cuidados diferenciados. Somente peixes de médio e grande porte caíam na armadilha, ficando os menores livres para transitar.

Do ponto de vista ambiental, esta técnica de pescaria era mais adequada por não sobrecarregar as reservas de peixe e permitir a reposição da ictiofauna local. O mesmo não era verdade em se tratando da pescaria com redes, ou tresmalhos que tiveram o uso normatizado em decorrência dos danos causados ao “peixe miúdo.”¹³⁴ Em contra partida, aumentava a concentração do pescado de um único sujeito, o proprietário, pois, ao cercar uma considerável área do rio ou do mar, impedia o uso comum do trecho por outros pescadores que usassem redes.

No entanto, a principal função destinada ao rio era de transporte, quer dos barcos, quer da matéria orgânica da vila atirada em seu curso. As *Leis Provinciais* e os *Códigos de Posturas* demonstram um esforço constante dos legisladores para manter esse uso do Jaguaribe, condenando qualquer atividade que ameaçasse essa função, como é o caso dos currais que representavam um risco à navegabilidade dos barcos ao porto: principal atividade comercial do município, mas

¹³³ Leinº 219 de 26 de dezembro de 1840, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar. In: Lei nº 92 de 5 de outubro de 1837, sancionada pelo Presidente José Martiniano de Alencar. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania** (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009, tomo I, p. 303.

¹³⁴ Artigo de nº 122 do Código de Postura de Aracati aprovado em 25 de agosto de 1856. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania** (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009. Vol. 3, p. 33.

também, durante as décadas de 30 a 60, ainda era responsável por boa parte das importações e exportações do Ceará¹³⁵.

A situação de Aracati, não era diferente de outros pontos do litoral das Províncias do Norte. Segundo Luiz Geraldo Silva (1988, pp. 41-42), em 1819, o rei Dom João mandou que se arrancasse todo e qualquer curral sem licença, mas a câmara de Recife optou por destruir apenas “aqueles currais que estão na bacia deste porto [do Recife], uma vez que eles causem com efeito e prejuízo e ruína evidente ao mesmo porto”.

A preocupação em disciplinar os usos do rio foi constante nas Posturas Municipais até o decreto nº 2.756, de 27 de fevereiro de 1861, que “estabelece regras sobre a construção e conservação de curraes de peixe, nas costas, portos e outras águas navegáveis do Império”.¹³⁶ Elas incidem principalmente em sua definição espacial, fixando os locais em que podia haver a pescaria de curral. Em regra geral, as leis estavam em favor do porto fluvial, como a Lei nº 10 aprovada em 21 de maio de 1835 que afirmava que:

Art.1: ninguém poderá construir curraes de pescaria nos rios navegáveis.

Art.2: logo que fôr publicada a presente lei, os proprietários de todos os curraes existentes, no prazo inprorrogavel de tinta dias, arranca-los-hão, e lançarão fôra do rio, e em lugar que possam ser inspeccionadas todas as madeiras que formavão os ditos curraes.

¹³⁵ Lemenhe afirma que entre os anos de 1830 e 1860 houve uma superação de Fortaleza em relação a Aracati no que se refere ao crescimento populacional, volume das trocas externas e internas e investimentos em obras públicas. A partir desse momento, a capital passou a se configurar como centro hegemônico do Ceará.

¹³⁶ A partir da lei, a concessão de licenças para a construção de currais continuava sob a responsabilidade das câmaras municipais, mas não poderia ser expedida sem atender as especificações definidas pelas Capitânias dos Portos, que incluíam altura das estacas em preamar (Art. 3º), cuidados de manutenção e dragagem dos sedimentos acumulados dentro e fora dos currais (Art. 4º), dentre outros.

Para ler o decreto integralmente, consultar: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=65694&norma=81605>>, acessado em 10 de dezembro de 2013.

Art. 3: Todo aquelle, que não observar o disposto no artigo antecedente, pagará a multa de cincoenta mil réis para as despesas das respectivas camaras, além da destruição dos currais feita judicialmente á custa do dono.¹³⁷

Um dos rios a que a norma se refere era o Jaguaribe na altura de Aracati. O interesse em assegurar a preservação das embarcações, que poderiam facilmente ir a pique caso colidissem com as balizas, pode ser percebida pelas duras penas aplicadas aos contraventores: 50\$000.

Durante o século XVIII e boa parte do XIX a pescaria de curral esteve relacionada ao aterramento do rio. Segundo o Termo de vereação da Câmara do Aracati em 17 de setembro de 1785, após uma vistoria no Rio foi detectado que na passagem do “caxorro magro” estava se formando um grande banco de areia, de modo que, pelo lado oeste, nem canoas conseguiam passar em maré baixa. O motivo seria, ainda segundo os vereadores, a presença de diversos currais em todo o trecho da foz – como o que estava na “crôa dos caximbos feito por Manoel de Santo Antonio”, ou o que estava na “boca do rio mosqueiro perto do ancoradouro dos barcos feito por Bernardo Rebouça – e que “continuando-se a fabricar os ditos currais brevemente ficava o Rio todo areado e raso de tal sorte que nem canoas poderião navegar nelle”¹³⁸.

Foi nesse contexto de normatização espacial dos usos do rio que José da Maia buscou se beneficiar através da construção de currais de pesca. O artigo sexto da concessão derogava a lei Provincial de nº 10, aprovada em 21 de maio de 1835, que proibia a construção de currais em rios navegáveis e a lei de nº 31, aprovada em 17 de setembro de 1838, que definia que a área navegável do Jaguaribe era aquela compreendida desde a Passagem do Monteiro até a sua barra.¹³⁹

¹³⁷Lei nº 10 de 21 de maio de 1835. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania** (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009. Vol. 1, p. 53-54.

¹³⁸STUDART, Guilherme. Para a historia do Aracaty: termo de vereação da Camara em 17 de Setembro de 1785. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano XII. Fortaleza: 1898. pp. 266 -269.

¹³⁹Artigo nº 2 da lei nº 144, de 17 de setembro de 1838, sancionada pelo presidente Manoel Felizardo de Souza Mello. In: OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania** (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009. Vol. 1, p. 220.

Tendo por subterfúgio a invenção de currais que empregava ferro ao invés de madeira, o contratante passou a ser o único com direitos de levantar currais de pesca no curso principal do rio Acaraú e do Jaguaribe, enquanto que outros contratantes poderiam receber uma licença sobre determinado trecho do litoral e das gamboas e braços secundários do rio. A exploração do privilégio dos currais sobre os leitos principais – o que não o impedia de instalá-los também em outros pontos – provavelmente garantiu ótimos rendimentos anuais ao empresário, pois, segundo os cálculos realizados por Kidder, um proprietário de curral poderia tirar entre 200 e 300 mil réis diários, em algumas épocas do ano, contabilizando até 8 contos de réis anualmente (SILVA, 1988, p. 109).

O último empreendimento de José da Maia com vistas a dominar as águas foi a construção de uma fonte pública. A possibilidade de resolver a questão do abastecimento, inclusive no que concernia à qualidade da água consumida, veio com a proposta do estrangeiro de dotar a cidade com um chafariz que trazia água do sítio Beirada, reputada como a fonte mais pura da cidade.

No mesmo ano em que o viajante Gardner cruzou Aracati, foi inaugurado esse chafariz, sobre o qual o botânico teceu a seguinte observação:

Aracati quando lá estive era suprida com água de qualidade tolerável, vinda de um poço perto da cidade; mas esperava-se ter em breve um ótimo suprimento de uma fonte situada a cerca de uma légua de distância. Empenhava-se nisso um senhor Maia, natural de Gibraltar, que desde muitos anos se havia estabelecido em Aracati.

Tendo obtido uma concessão do governo, construíra um canal de tijolos para a água, mas, a nascente, estando em nível muito inferior ao da cidade, requeria uma bomba de sucção para puxar água [...] O senhor Maia esperava compensar os seus gastos com o produto da venda da água, que certamente, por sua superior qualidade obteria preferência (GARDNER, 1975: 82).

É importante ressaltar que a narrativa de viagem de George Gardner foi publicada pela primeira vez em Londres em 1846, oito anos após sua passagem por Aracati e que o fato de o viajante ter inserido José da Maia e seu chafariz em suas notas de viagem e posteriormente

ter considerado relevante perpetuar a informação, demonstra o estranhamento do autor em face da obra. Como bem observou Beluzzo, “as imagens dos viajantes têm o dom de evocar ausências. Promovem jogos entre o que é possível lembrar e o que se esquece, entre o que está presente e o que desapareceu. Provocam também tensões entre o visto e o enunciado. Assim, a viagem é repleta de tensões entre o que deve ser lembrado e o que se esquece” (BELLUZZO, 1996, p.16). A reflexão da autora ajuda-nos a pensar que a literatura de viagem é, antes de tudo, um conjunto de seleções, de memória e esquecimento que constrói e transforma o que está ao seu redor em imagens, ou impressões escritas.

José da Maia realizou uma obra de grande vulto para os padrões da Província, bem como foi o primeiro a receber uma concessão de privilégio para explorar e vender água. O canal de uma légua precisou de uma quantia considerável do investidor, além de quatros contos que pediu de empréstimo pessoal a José Martiniano de Alencar ¹⁴⁰. Talvez por isso tenha vencido o esquecimento que aplacou muitas outras reminiscências de Gardner.

A lei de nº 33 de 05 de outubro de 1837, aprovada pelo Presidente da Província José Martiniano de Alencar, concedeu a José da Maia o privilégio de construir um chafariz que traria a água da Beirada, região distante da urbe, na qual se localizava um notável olho d’água. O senhor Maia acreditava ser possível tornar a água um negócio rentável devido à qualidade superior do produto que dispunha ao público. De fato, a água que seria fornecida por sua fonte era tida como a melhor de toda a região por ser proveniente de uma fonte térmica.

A assinatura do contrato com o estrangeiro, no entanto, previa uma nova forma de se relacionar com a água, na medida em que lhe atribuía um valor venal. De acordo com o primeiro artigo, o empresário se comprometia a construir a sua custa hum Chafariz na Villa do Aracaty, fazendo encanar para elle as Aguas da Beirada, por um cano por baixo do xaõ, feito de tijolo de barro cozido, para melhormente conservarem as Aguas a sua salubridade”. Além disso, era obrigação do contratante “[art. 2º] fornecer com abundancia a Agua que for neccessaria para o consumo do Povo da Villa”. É escusado dizer que o “povo da villa” significava apenas aqueles que poderiam pagar pelo

¹⁴⁰ Carta de José da Maia endereçada a José Martiniano de Alencar em 5 de abril de 1838. In: Anais da Biblioteca Nacional. **Correspondência Passiva do Senhor José Martiniano de Alencar**. Vol. 86. Rio de Janeiro: 1966, pp. 434-35.

consumo da água, excluindo os pobres, que era grande parte dos moradores.¹⁴¹

Em contrapartida, José da Maia receberia o “privilegio de só ele vender [água] dentro da Villa, por espasso de trinta annos”. O valor seria “de vinte réis vinte reis por cada pote, ou balde em uso hoje em dia”, estando isentas da taxa apenas as embarcações do Estado e, em caso de incêndio, as águas necessárias para extinguir o fogo¹⁴².

O empreendimento instaurava uma nova relação com a água, abrindo um novo campo de possibilidades à exploração do recurso. Até então o líquido era gratuito, ficando a cargo de cada um como obtê-lo. Aqueles que podiam pagar pelo serviço optavam por receber água em suas habitações, havia também os que possuíam cacimbas no quintal ou tinham uma relação amistosa com o dono de uma, já outros, estes desafortunados, carregavam pessoalmente seus barris. Com a construção do chafariz, entretanto, um valor pecuniário recaía sobre a água, transformando-a em mercadoria.

Em contrapartida, surgia uma nova relação de poder com essa configuração de acessibilidade à água. Diferente da coleta em fontes privadas, como pequenos açudes, ou cacimbas, onde os proprietários arrogavam para si diversas prerrogativas, inclusive de interesses políticos, e controlavam rigorosamente quem estava autorizado ou não a pegar água, o novo acesso ao líquido era pautado por uma relação impessoal, pois a obrigação do concessionário era fornecer água suficiente para todos da vila, melhor dizendo, todos que pudessem pagar por ela.

Não obstante, o empresário teve uma série de dificuldades de fazer vingar seu empreendimento. Ainda na fase de construção, percebeu que seria necessário bombear a água até o nível da vila (GARDNER, 1975, p. 82). Depois, com a maior parte da obra já realizada, em abril de 1838, teve seu empréstimo com banco cortado, faltando-lhe recursos para concluir a fonte.¹⁴³ Após concluída, o empreendimento foi malogrado por questões de ordem social e ambiental. Social, porque o senhor Maia não conseguiu recuperar o

¹⁴¹ B. C. D., Termo de Condições que assigna Jozé da Maia, emprezario da obra de huma Fonte Publica na VIª do Aracaty. In: Ceará. **Registro de Diversos Termos**. 1837-1856. Fortaleza: Encadernadora Tupi, 1979, f. 6.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Carta de José da Maia endereçada a José Martiniano de Alencar em 5 de abril de 1838. In: Anais da Biblioteca Nacional. **Correspondência Passiva do Senhor José Martiniano de Alencar**. Vol. 86. Rio de Janeiro: 1966, p. 435.

dinheiro investido, uma vez que a maioria continuou a coletar a água das fontes públicas gratuitas. Ambiental, porque o canal feito de tijolo de barro foi destruído na enchente de 1839.

Com efeito, era durante as enchentes, e não durante as secas, que a Vila de Aracati mais sofria com os problemas de abastecimento. Nesses momentos, as águas salgadas do Jaguaribe cobriam toda a área de várzea na qual se encontrava a vila, cobrindo as cacimbas, que era a principal fonte de abastecimento. Na correspondência expedida em 18 de abril de 1839, o juiz de direito da de Aracati compõe um quadro bastante interessante do estado da vila em tempos de cheia.

foi a Villa inundada e muito mais consideravelmente que a primeira, á ponto a ponto de ser difficil em raros lugares de suas ruas o transito de hum individuo. Acha-se quazi deserta existindo apenas nella aquellas famílias que habitão em sobrados e estas mesmas ver-se-hão na rigorosa necessidade de retirar-se se as águas não tiverem de logo baixar. Consta que nas margens do referido Rio foraõ victimas de semelhante cheia famílias inteiras: talvez haja alguma exageração nisto porem o certo he, que alguém pereceo, por que tem apparecido alguns cadáveres. As águas continuaõ á fazer consideráveis estragos em outros pontos, soffrendo sobremaneira por effeito dellas as obras publicas.¹⁴⁴

Então, tendo o empreendimento destruído pelas águas, em 4 de maio de 1839, José da Maia teve de refazer o contrato para reconstruir a fonte. Segundo o contrato, “não julgando ser o tijollo material assaz durável para com elle fazer-se o encanamento das ágoas da beirada, pedia para fazer o dito encanamento todo de ferro, obrigando-se de entregar prompta ao Governo a obra antes da expiração do tempo do contrato”.¹⁴⁵ Em uma época em que as tubulações de ferro eram caras e

¹⁴⁴ APEC. Offícios expedidos a diversas autoridades (1838-1853). Ala 02, estante 02, prateleira 10, caixa 93, livro S/N, f. 74.

¹⁴⁵¹⁴⁵ B. C. D., Termo de Condições que assigna Jozé da Maia, emprezario da obra de huma Fonte Publica na VIª do Aracaty. In: Ceará. **Registro de Diversos Termos**. 1837-1856. Fortaleza: Encadernadora Tupi, 1979, f. 6.

de difícil acesso, o empresário não logrou concluir a reforma dentro do período de três anos previamente estabelecido.

Nesse sentido, o sistema de abastecimento baseado na privatização e monopólio da distribuição de água fracassou fragorosamente no Aracati oitocentista. A coleta da água, notadamente, da Cacimba do Povo e sua distribuição por carregadores ou escravos perdurou durante a segunda metade do século XIX, como indicou as anotações do diário de Freire Alemão. Realidade bem diversa é o caso de Lüderitz, que será discutido a seguir, cuja água tomada possuiu desde o início da colonização um caráter pecuniário.

3.2 Usos das águas em Lüderitz

O desejo de fazer florescer uma civilização nas franjas do deserto teve um preço alto para o Império alemão no que concerne ao abastecimento de água. A baía de Lüderitz está localizada no deserto da Namíbia, que é uma faixa hiperárida que corre junto à costa sudoeste da África, variando entre 120 e 200 quilômetros de largura, desde o norte da atual África do Sul até o sul de Angola (PARSONS, ABRAHAMS, 2009, pp.11-12). Com precipitação anual em torno de 10 mm, Lüderitz é um dos pontos mais áridos do mundo, atrás apenas Mut, no Egito e Pisco, no Peru, com 1 e 0 mm ano respectivamente (GOUDIE, 2013, p. 148).

Além da baixa pluviosidade, a baía está localizada na *Southern Namib*, que é uma das três subdivisões do deserto. Esta subdivisão é caracterizada pela predominância de areia e rocha, quase igualmente expostas na superfície (WATSON, LEMON, 1985, p. 336). No entanto, a urbe foi erguida em um substrato cristalino, cercada pelas dunas arenosas. Assim, diferente da vila de Aracati, instalada nos terrenos sedimentares do vale do Jaguaribe, a cidade de Lüderitz possuía um solo com altas taxas de escoamento, ao passo que sua capacidade de infiltração era demasiado reduzida, não acumulando água subterrânea. Durante o período colonial, os alemães se esforçaram debalde para tentar desvelar uma manancial ou fonte de água potável vicinal de Lüderitz.

Por isso, a fixação permanente, mesmo quando ainda havia apenas uma pequena feitoria, só foi possível através de um forte domínio sobre os recursos hídricos. A partir de 1840, os britânicos engajados no trato do guano passaram a frequentar regularmente as ilhas do sudoeste africano. Em 1844 havia mais de 6000 indivíduos

engajados na extração do guano, dos quais alguns permaneceram em pequenos assentamentos espalhados pela costa. Em Lüderitz, dois brancos e alguns Nama levantaram uma base de apoio que era abastecida de água e comida por navio que vinham do Cabo (BAERICKE, 2001, p.19).

No entanto, uma vez que a água fresca não durava muito tempo, o problema foi contornado com a construção de destiladores solares, à guisa de uma estufa de jardim. Uma rasa piscina de cimento com um telhado de vidro inclinado foi construído. As piscinas recebiam certa quantidade de água do mar, que ao evaporar, condensava-se na superfície do vidro e escorriam por sulcos feitos nos vidros. Então, as águas condensadas eram aparadas em baldes. Dependendo da época do ano e da intensidade solar, podia-se coletar até dois baldes de água potável por dia (BAERICKE, 2001, p.19). Nesse sentido, essa técnica de baixo custo e manutenção só poderia abastecer pequenos contingentes humanos e, ainda assim, de forma bastante restrita.

Após a criação da cidade, em 1884, o abastecimento passou a ser feito por meio de um navio cisterna da cidade do Cabo, mas não dispomos de informações sobre o preço da água. Segundo Wapplinge (1962, p. 1), o preço do metro cúbico em Walvis Bay em 1904 era de 30 xelins. É possível que o preço em Lüderitz fosse semelhante, pois mesmo estando à menor distância do que o enclave britânico, a água seria consumida por uma colônia estrangeira.

A tecnologia que era empregada no interior do continente para perfuração de poços ou canalizações de fontes permanentes, *a priori*, não se aplicava à Lüderitz e suas cercanias. Não podendo extrair água potável de nenhum ponto próximo, passou-se a fabricá-la. Assim, para contornar o alto preço da água importada e garantir a autossuficiência do pequeno povoado portuário, em 1897, uma nova solução foi aventada com a instalação do primeiro condensador de água, chamado de *Lüderitz Condensor* (WAPPLINGE, 1962, p.1). Segundo Theodor Rehbock, que esteve na cidade no ano da instalação da máquina “por parte da Sociedade Colonial Alemã para o Sudoeste da África, uma quantidade correspondente às necessidades pode ser obtida agora. O preço, no entanto, manteve-se elevado e é de 20 Marcos para 1 metro cúbico” (REHBOCK, 1898, p. 60).¹⁴⁶ Dez anos depois, o preço do metro

¹⁴⁶ Tradução de Angela Lima. : (...) “seitens der deutschen Kolonialgesellschaft für Südwest-Afrika erfolgte, kann nunmehr eine dem Bedürfnisse entsprechende Wassermenge gewonnen werden. Der Preis ist indessen ein hoher geblieben und beträgt 20 Mark für 1 cbm”.

cúbico chegaria a 40 marcos, talvez porque a demanda tenha aumentado substancialmente no período da guerra colonial, talvez porque a eficiência produtiva da máquina tenha caído, tornando mais onerosa a produção do líquido.

A experiência alemã em Lüderitz teve a utilização do dessalinizador como peculiaridade no abastecimento urbano, haja vista que no Arquivo Nacional da Namíbia a documentação consultada por Sílvio Corrêa referente à utilização desta técnica como a principal fonte de abastecimento diz respeito somente a esta cidade. Ainda assim, esta máquina sozinha não tinha capacidade para abastecer toda a cidade, que continuava a completar o abastecimento via cidade do Cabo. Além disso, a escolha por essa forma de abastecimento trouxe consigo problemas crônicos, como os elevados custos e a constante dependência de manutenção e importação de peças (**figura 16**).



Figura 16: Instalações do primeiro condensador de água da Cidade. In: SCHOEDDER, Edda; RUSH, Walter. **Lüderitzbucht damals und gestern**. Cidade do Cabo: National Book Printers, 1998.

A fotografia, que não é datada, mostra as instalações do “Lüderitz Kodensator”, inaugurado em 1897. À época, não havia adutora na urbe e o abastecimento era realizado através de carros-pipa de tração humana ou animal. Por isso, no canto esquerdo da imagem

pode-se observar um trilho, por onde chegava o carvão necessário para a ebulição da água, mas que também servia para os carros-pipa.

Com a deflagração da guerra colonial, em 1904, a população de Lüderitz cresceu espantosamente, quer pelos soldados alemães que chegavam, quer pelos prisioneiros de guerra enviados ao campo de concentração da Shark Island. Então uma nova e maior máquina condensadora foi instalada pela Estação de Tratamento de Água (ETA), em 1906, não garantindo, no entanto, a autossuficiência da cidade¹⁴⁷. O desejo de tornar a região desértica autossuficiente de água foi uma questão premente durante a guerra anglo-bôer (1899-1902) e que se agravou após a chegada da Schutztruppe na baía de Lüderitz.

A Estação de Tratamento de Água (ETA) de Lüderitz possuía um dessalinizador próprio (Lüderitz Kondensator), mas após a chegada das tropas alemãs a demanda era maior que sua capacidade de produção diária. Como a *Deutsche Kolonial-Eisenbahn-Bau-und Betriebsgesellschaft* (DKEBBG), empresa responsável pela construção da estrada de ferro que ligava o porto à Aus possuía seu próprio dessalinizador, a administração colonial em Lüderitz passou, então, a comprar parte da água produzida pela máquina. Em 18 de abril de 1906 o jornal *Deutsch-südwestafrikanische Zeitung* noticia que “a empresa Lenz constrói no domínio ferroviário um condensador com 100 metros cúbicos de capacidade diária”.¹⁴⁸ A firma Lenz não deve ter levantado nenhum óbice para vender seu excedente, uma vez que a construção da ferrovia não seria possível sem a cooperação da administração alemã, que fornecia a mão de obra forçada dos prisioneiros de guerra a baixíssimo custo.¹⁴⁹ Mesmo assim, o preço do metro cúbico permanecia alto, entre 30 e 40 marcos em 1906.¹⁵⁰

¹⁴⁷ A máquina instalada em 1906 foi adquirida da firma hamburguesa Georg Niemeyer. O condensador, entretanto, nunca funcionou corretamente e sua produção ficou muito aquém dos termos estabelecidos em contrato, quer na sua capacidade produtora (produzia 42 ao invés dos 75 m³ estimados), quer na sua eficiência (10 litros de água destilada por quilo de carvão ao invés de 24 litros). Para um melhor entendimento de toda a quizila envolvendo a administração colonial e a empresa hamburguesa, vide o trabalho de Sílvia Correa (2013, pp. 127-31).

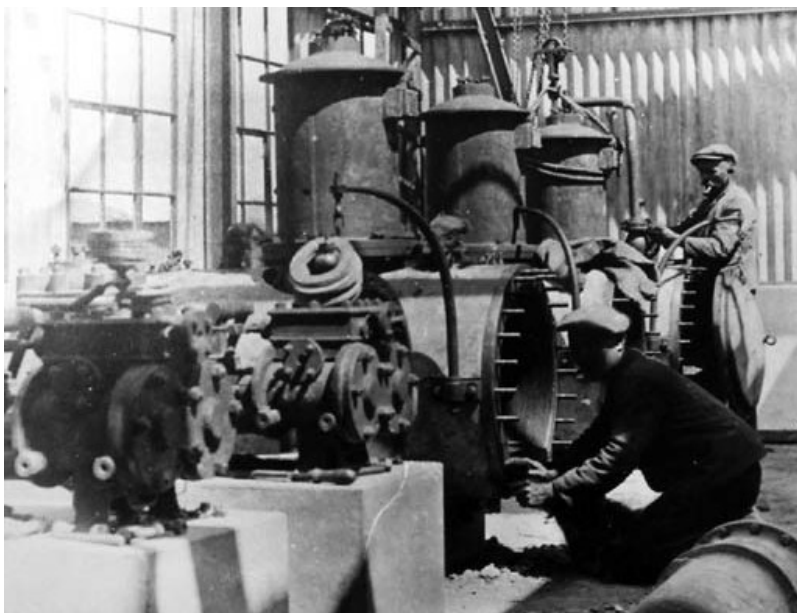
¹⁴⁸ Tradução de Angela Lima.: “Die Firma Lenz baut für Eisenbahnzwecke einen Kondensator mit 100 cbm Leistungsfähigkeit täglich. Aus Lüderitzbuch”. In: **Deutsch-südwestafrikanische Zeitung**, Swakopmund, 18.04.1906, p. 01.

¹⁴⁹ Desde março de 1905, o governo regulou o aluguel do trabalho dos prisioneiros a particulares. Os contratantes não tinham responsabilidade alguma

No período de guerra, as principais formas de consumo de água eram dar de beber aos asnos e dromedários das tropas e a seus soldados, aos trabalhadores da estrada de ferro Lüderitz-Aus, à população civil residente na cidade, bem como os prisioneiros de guerra que realizavam trabalho forçado em obras públicas e em empresas alemãs, além das mulheres recrutadas para serviço doméstico.

Após a descoberta dos diamantes em 1908, além do consumo humano e animal, passou-se a utilizar a água também no processo de exploração diamantina. Não obstante os rendimentos ingentes advindos desta atividade mineradora, a população continuava a sentir o ônus de usufruir da água do mar dessalinizada. O porto africano, então, tornou-se um bom mercado para as firmas europeias que negociavam estes produtos hidráulicos.

Em razão da distância das estações diamantinas do centro da cidade, algumas companhias mineradoras possuíam seus próprios condensadores, evitando arcar com a compra e com o transporte de água. É o caso da *Pomona Diamantgesellschaft* (**figura 17**).



sobre os prisioneiros além do pagamento de 10 marcos mensais à administração colonial (ERICHSEN, 2005, p. 119).

¹⁵⁰ **Deutsch-südwestafrikanische Zeitung**, Swakopmund, 03.01.1906, p. 17

Figura 17: Condensador privado da Sociedade Pomona de Diamantes. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Potabilizar a água do Atlântico. Do desafio de uma comunidade alemã entre o mar e o deserto do Namib. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza (org.). **Migrações e natureza**. 2013. (texto no prelo)

Já em 1909, a venda de pequenos destiladores domésticos com capacidade para produzir em média meio metro cúbico de água por dia estampava os anúncios do *Lüderitzbuchter Zeitung*. O anúncio dizia: “água do mar e água subterrânea salina serão convertidas em água potável com baixos custos operacionais”.¹⁵¹ Se a propaganda tentava atrair compradores pelo baixo custo de fabricação da água, o mesmo não poderia ser dito do preço da máquina, que não está descrito, mas com certeza era acessível a pouquíssimos. Também, é possível que os aparelhos possuíssem onerosa manutenção, pois as peças de reposição deveriam ser importadas.

Além da venda de produtos domésticos, inúmeras empresas alemãs lucravam com a prestação de serviço, reposição de peças e manutenção do equipamento da ETA. A firma David Grove, por exemplo, recebeu 310 marcos pelo envio de um registro (relógio d’água) para o condensador de Lüderitzbucht¹⁵². A firma hamburguesa Cordes despachou 250 litros de óleo para cilindros do condensador¹⁵³. Já a firma berlinense Mannesmann-Röhrenlager recebeu 2.034 marcos pelo envio de canos (já incluso o preço do frete)¹⁵⁴. Também para o funcionamento do condensador, uma nova bomba hidráulica da Firma

¹⁵¹ Tradução de Angela Lima: “Seewasser und salziges Grundwasser wird bei geringen Betriebskosten in Trinkwasser verwandelt”. In: **Lüderitzbuchter Zeitung**, Lüderitzbucht, 10.04.1909, p. 04.

¹⁵² Berlin, 28.08.1908. In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht (1906/1909). Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.131-132).

¹⁵³ Correspondência assinada pelo comissário Reinhardt. Aus, 24.08.1908, In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), vol.2, National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.131-132).

¹⁵⁴ Berlin, 27.07.1908. In: Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), vol.2, National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.131-132).

Niemeyer no valor de 2.242 marcos teve que ser comprada.¹⁵⁵ No ano de 1908, a maior beneficiada pela máquina condensadora foi a Rheinisch-Westfälisches Kohlen-Syndikat, de Essen, que enviou 550 toneladas de carvão para a baía de Lüderitz num valor de quase 50 marcos o quilo.¹⁵⁶

Embora a fabricação de água potável consumisse muitos recursos e servisse para alimentar a indústria alemã, os habitantes de Lüderitz se esforçavam para que o precioso líquido não se tornasse totalmente dependente da economia de mercado. Nenhum negócio poderia ser mais lucrativo do que vender água no deserto, não fosse a noção de que o acesso ao líquido deveria ser garantido a todo custo. Assim, o valor pecuniário atribuído à água era referente à sua produção, não podendo torná-la um negócio. A busca por um “preço justo” orientou algumas ações da população local e da administração do Tesouro da Colônia Alemã do Sudoeste Africano, responsável pela ETA.

Uma das medidas foi orquestrada pela Secretaria do Tesouro da Colônia Alemã do Sudoeste Africano, então administradora da ETA, em 1907. Um contrato assinado naquele ano unificou a gestão do condensador da DKEBBG ao de Lüderitz para que o excedente produzido pela empresa privada fosse imediatamente repassado aos habitantes da cidade.¹⁵⁷ Ainda assim, a imprensa continuava a reclamar do preço da água, posto que o jornal local reconhecesse que o sistema de abastecimento da cidade não visava auferir lucros e que os custos eram advindos da importação e do tratamento de água. Em 1909, o *Lüderitzbucht Zeitung* exigia que as autoridades tomassem alguma medida com vistas a barateá-la:

¹⁵⁵ Correspondência assinada pelo Secretário de Estado, Dernburg. Berlin, 08.04.1909, In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.131-132).

¹⁵⁶ Despacho do governo imperial, Berlin, 29.01.1908. In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.131-132).

¹⁵⁷ Correspondência assinada pelo comissário Reinhardt, Aus, 19.09.1907. In Acta betr. Kondensator- Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.131-132).

Com o rápido crescimento da população, é de tão grande importância a redução dos meios básicos de existência e que as autoridades não devam esperar até que eles mostrem grandes excedentes no final do exercício orçamental, mas eles devem tomar a iniciativa logo que possível, fornecer aos moradores da nossa cidade uma água abundante com o menor preço possível.¹⁵⁸

Na notícia, o acesso à água aparece como uma necessidade básica que deve ser respeitada. Além disso, justifica que não seria papel da administração transformar a venda de água em algo muito lucrativo, mas apenas garantir que toda a população pudesse comprá-la.

Ainda com vistas a baratear a água, desde 1907 foi discutida a possibilidade de transferir a gestão do ETA, que pertencia ao Tesouro da Colônia Alemã do Sudoeste Africano, para a administração local. Isso, de fato, veio a ocorrer em 1910, quando a prefeitura de Lüderitz comprou as instalações da ETA, incluindo o terreno, por 75. 000 marcos.¹⁵⁹

Isso não significou uma redução imediata do custo de produção de água potável. Em 27 de junho de 1911, o vice-prefeito de Lüderitz lamentava que após a mudança de gestão para a administração local, o custo benefício da dessalinização havia minorado ainda mais. A razão pela qual isso ocorrera havia sido a inclusão de uma taxa portuária sobre a importação de carvão que inexistia no período em que a ETA estava sob o controle da administração colonial. O administrador alerta que o possível aumento do preço da água poderia ter graves consequências sociais. Por isso, ele suplicava que as autoridades coloniais abrissem

¹⁵⁸ Tradução de Angela Lima: “Bei dem schnellen Wachsen der Bevölkerung ist eine Verbilligung des notwendigsten Existenzmittels von so ungeheurer Bedeutung, daß die Behörden nicht abwarten sollten, bis sie am Ende des Etatsjahres große Ueberschüsse zeigen, sondern sie sollten baldmöglichst die Initiative ergreifen, den Bewohnern unseres Ortes ein möglichst reichliches Quantum Wasser zu dem möglichst niedrigen Preise zu verschaffen”. In: **Lüderitzbuchter Zeitung**, Lüderitzbucht, 17.07.1909, p.02.

¹⁵⁹ Kaufvertrag zwischen DSWA-Landesfiskus und die Stadt Lüderitzbucht Lüderitzbucht, 08.08.1910. In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884- 1915), National Archives of Namibia, Windhoek.

uma exceção fiscal sobre o carvão destinado ao aparelho público, tendo em vista “a dificuldade e o auto custo de aquisição de água”.¹⁶⁰

A documentação consultada por Sílvio Marcus de Sousa Correa no Arquivo Nacional da Namíbia não revela se o pedido foi atendido. O fato é que o progressivo aumento do consumo de água em Lüderitz permitiu que o seu preço sofresse considerável queda ao longo dos anos. Uma tabela elaborada por Wapplinge põe em termo esse barateamento (**tabela 6**).

Tabela 6: Produção e preço da água dessalinizada de Lüderitz durante a colonização alemã.

Ano	Produção mensal em m ³	Preço por m ³
1906	2.400	40 marcos
1910	8.800	20 marcos
1912	15.000	15 marcos

Fonte: WAPPLINGE, O. **Sea water distillation plant**: Lüderitz. Windhuk, 1962, p. 2.

A partir do quadro supracitado, é possível observar que o decréscimo no preço do metro cúbico de água acompanhou o crescimento da produção. Em apenas quatro anos (1906-1910), a produção de água destilada mais que triplicou. Isso não significa necessariamente um significativo aumento do consumo de água, mas é fruto da transferência da responsabilidade de sua produção apenas para a ETA. Se durante a construção da ferrovia, o condensador da DKEBBG era o responsável por dar de beber aos prisioneiros de guerras engajados na construção da estrada e por alimentar o vapor do trem, com o concomitante fim da obra e da guerra, entre 1907 e 1808, a responsabilidade de abastecer a população civil foi somente da ETA, que inclusive a passou a administrar o condensador da ferrovia, capaz de produzir sozinho mais de 200 m³ diários.¹⁶¹

Ainda no que tange ao valor venal da água, parece-nos que o seu barateamento é menos em face do seu aumento de oferta do que de

¹⁶⁰ T. do A.: “(...) die Schwierigkeit und die hohen Kosten der Wasserbeschaffung”. In: Correspondência do vice-prefeito de Lüderitzbucht, 27.06.1911, In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek.

¹⁶¹ A ferrovia consumia em média metade do que o seu condensador produzia e o restante era destinado à cidade. Ver também (CORREA, 2013, p.126).

uma questão moral, pois vale ressaltar que a quantia cobrada pelo metro cúbico não subiu – ao contrário – após a descoberta do diamante e o consequente enriquecimento da região. Além disso, durante todo o período colonial, o abastecimento foi um problema crônico, não havendo, em momento algum, abundância do precioso líquido na cidade. Segundo os cálculos estimados por Sílvia Correa (2013, p. 142) para 1911, todos os reservatórios da cidade juntos só poderiam abastecê-la por apenas uma semana.

A preocupação de garantir água potável para toda a população, no entanto, não significava uma partilha social do líquido de forma equânime. Em 1909, o comissário imperial Reinhard elaborou um acurado mapa do abastecimento em Lüderitz. O comissário compilou minuciosamente os dados do consumo e distribuição da água desde o segundo semestre de 1908 até o final de 1909. O diagnóstico, nas palavras de Reinhard, é que sua “representação gráfica mostra o movimento ascendente permanente [do consumo de água]. Até agora, não foram feitos registros sobre a distribuição das quantidades de água por pessoas, animais e assim por diante. Uma separação precisa do consumo não é possível”.¹⁶² Esse crescimento permanente é descrito mensalmente: em setembro de 1909, utilizou-se 34 m³, no mês seguinte, 45,1 m³ e em novembro, 57,1 m³.

Já no que concerne à divisão do líquido, para o mês de dezembro de 1909, por exemplo, o comissário estimou que a população europeia liderou o consumo, com 35 m³ por dia; em seguida, os animais, com 13 m³; os nativos usaram 4 m³;¹⁶³ por fim, a indústria (fábrica de

¹⁶² Tradução de Angela Lima: “(...) zeichnerische Darstellung zeigt deren dauernde Aufwärtsbewegung. Über die Verteilung der Wassermengen nach Menschen, Tieren und so weiter sind bisher keine Aufzeichnungen gemacht worden. Eine genaue Trennung der Verbrauchsmengen ist auch gar nicht möglich”. In: Correspondência do comissário imperial Reinhard, Seeheim, 21.01.1910, In Acta betr. Kondensator- Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, p.126).

¹⁶³ A categoria “nativo” foi empregada para designar os africanos. No entanto, como já foi tratada anteriormente, a composição demográfica de Lüderitz após a descoberta do diamante era variadíssima, haja vista que grande parte deles eram estrangeiros e haviam sido recrutados para trabalhar nas minas ou na prestação de serviços.

gelo, frigorífico e padarias) utilizou 1,7 m³. No total, a demanda diária de Lüderitz foi de 53,7 m³.¹⁶⁴

Tendo em vista que o uso da água para animais se restringia, praticamente, a dar de beber, é espantoso observar que eles a usavam em quantidade três vezes maior do que os “nativos”. Ainda mais espantosa é a diferença entre o consumo de “nativos” e de “europeus”. Ao dividir os 35 m³ pelos 1200 europeus que foram estimados por Ernst Vollbehr (1912, p. 10) em 1910, tem-se uma média diária de 29 litros *per capita*. Esta cifra não era muito pequena quando comparada a de outras regiões com maior disponibilidade hídrica. Em São Paulo, por exemplo, segundo Denise Bernuzzi de Sant’Anna, os chafarizes e as bicas existentes na segunda metade do século XIX forneciam cerca de 12,4 litros por pessoa, tendo o abastecimento que ser completado com outras fontes, como rios e regatos, pois a quantidade ideal estimada pelos especialistas da época era de 49 litros (SANT’ANNA, 2007, pp. 102, 114).

Entrementes, ao dividir os 4 m³ pelos 1800 africanos estimados por Vollbehr (1912, p. 10) para o ano de 1910, tem-se uma média de dois litros e meio *per capita*.¹⁶⁵ A divisão social da água em Lüderitz ilustra muito bem a clivagem social e racial da sociedade colonial. Com efeito, as diferentes populações africanas que transitavam pelo porto e pelos areais diamantinos mantinham relações muito distintas com as águas. Se alguns grupos falantes de bantu, como os Herero, ou grupos *coisãs* do deserto do Namib ou do Kalahari eram afeitos a pouquíssimas quantidades de água diariamente, o mesmo não pode ser dito dos indivíduos Makossa que migraram para Lüderitz.

O fato é que a emergência de muitos cuidados higiênicos que necessariamente passariam pelo uso de água, na Europa ao longo do século XIX, concorreu para o aumento do consumo diário. Novas sensibilidades em relação ao limpo e o sujo, ao são e o malsão, criaram novos gestos de limpeza, novas formas de se relacionar e consumir a

¹⁶⁴ Correspondência do comissário imperial Reinhard, Seeheim, 21.01.1910, In Acta betr. Kondensator- Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, p.126).

¹⁶⁵ Deve-se levar em consideração que esse número é apenas uma estimativa, uma vez que parte dos africanos consumia as águas produzidas pelos destiladores privados das sociedades diamantinas. No entanto, tendo em vista que se produzia menos de 20 litros por quilo de carvão, a quantidade de água distribuída entre os empregados não devia ser muito maior do que isso. Ver também (CORREA, 2013, pp.133-134)

água. De acordo com Anne McClintock (2010, p. 311), “antes do fim do século XIX, a lavagem das roupas de vestir e de cama era feita na maior parte dos lares apenas uma ou duas vezes por ano em grandes reuniões comunitárias”.

Por sua vez, Daniel Roche (2000, p.214) afirma que os cuidados corporais dos séculos XVII e XVIII limitavam o uso das águas, pois, segundo o autor, “a água quente que alargava seus poros veiculava todos os perigos; a água fria, a rigor, contraía as aberturas frouxas, e além disso acalmava os ardores sexuais; portanto, devia-se fugir do úmido, preferir o seco e o frio”. Nesse aspecto, a medicina dos humores muito bem se adequava aos dispositivos morais. Ainda segundo Roche (2000, p.211), o consumo médio de um europeu em 1700 era de 5 a 10 litros diários.

No final do Oitocentos, esses hábitos corporais sofreriam uma drástica mudança, sobretudo, no que concerne à limpeza. Basta dizer que em 1884, ano da Conferência de Berlim, foi comercializado o primeiro sabonete embalado sob uma marca. Desde então, seu consumo cresceu espantosamente e nos anos 1890 os vitorianos consumiam 260 mil toneladas de sabonete por ano (MCCLINTOCK, 2010, pp. 311-12). Na sociedade colonial, a limpeza e o banho se tornaram algo ainda mais evocado, servindo de símbolo de distinção e diferenciação em relação aos africanos na esfera doméstica. Na mesma edição da *Kolonie und Heimat in Wort und Bild* em que o diamante de Lüderitz foi tema principal, em 1910, havia um anúncio dos sabonetes “Steckenpferd Lilienmilch-seife” com a seguinte propaganda: “produz aparência rosada, limpa e frescor jovem, pele branca aveludada e delicada tez deslumbrantemente linda”.¹⁶⁶ Na propaganda, a limpeza da pele garante a impecável brancura, marca do colono europeu na África. Também, ao observar as fotografias das mulheres da África do Sudoeste Alemã na revista, salta aos olhos o culto à brancura, expresso na alvura do vestuário e das roupas de cama (SCHVEITZER, 2013, pp. 48-49).

Porém, esses novos hábitos de usos das águas impulsionaram um crescente consumo, acirrando ainda mais o problema de abastecimento hídrico. Em 1909, a situação de Lüderitz era considerada muito crítica e algumas expedições foram realizadas no intuito de encontrar alguma fonte de água subterrânea capaz de suprir a cidade.

¹⁶⁶ Tradução de Angela Lima: “Steckenpferd Lilienmilch-seife”; “erzeugt rosiges, jugend frisches Aussehen reine, weisse sammelweiche Haut und zarten blendend schönen Teint”. In: **Kolonie und Heimat in Wort und Bild**. Berlin: 16 de janeiro de 1910, nº9, ano 3, p. 11.

Em novembro de 1909, o comandante H. von Blottnitz apresentou um projeto para explorar água do manancial de Anichab ¹⁶⁷, distante cerca de 40 quilômetros da região portuária. A ideia do comandante era abastecer a cidade através de um engenhoso sistema hidráulico que levaria a água até Boot Bay, distante 15 quilômetros de Anichab. O restante da distância seria feito por meio da navegação de cabotagem até Lüderitz. ¹⁶⁸

Diante da calamitosa situação em que se encontrava a “questão da água” em Lüderitz, o comissário imperial, Reinhard, cogitou a proposta de Blottnitz, no início de 1910. Segundo ele, o futuro do abastecimento da cidade dependia de três opções: “1) o sistema hidráulico do governo será aumentado até uma capacidade de 100-120 metros cúbicos diários; 2) o sistema hidráulico do governo permanece como está. O aumento da demanda por água será obtida a partir do Condensador ferroviário; 3) será estabelecida uma linha de água do poço em Anichad para Luderitz (40) km.”¹⁶⁹.

O comissário também chamou atenção para o fato de que “as duas primeiras formas não são soluções finais para a questão de abastecimento de água”, uma vez que atenderia a demanda, mas continuaria dependente da produção de água, o que implicava na importação de recursos energéticos, de tecnologia e de peças de reposição. Por isso, Reinhard concluiu que “a comunidade precisa, mais cedo ou mais tarde, aproximar-se do projeto milionário de uma

¹⁶⁷ Anichab é uma depressão de sedimentos costeiros (*pans*) com cerca de 128 quilômetros quadrados. Suas feições são resultantes da transgressão marinha no Holoceno (COMPTON, 2007). Por isso, suas águas são altamente salinas, mais de 500 gramas por litro (SMITH, COMPTON, 2004, p. 28).

¹⁶⁸ Correspondência do Comandante H. von Blottnitz ao Sr. F. von Lindequist. Lüderitzbucht, 20.11.1909. In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.133-134).

¹⁶⁹ Tradução de Angela Lima: “1) Das Regierungswasserwerk wird vergrößert bis zu einer Leistungsfähigkeit von 100-120 cbm für den Tag; 2) Das Regierungswasserwerk bleibt wie es ist. Der Mehrdarf an Wasser wird von Bahnkondensator bezogen; 3) Es wird eine Wasserleitung von den Brunnen bei Anichab nach Lüderitzbucht (40 km) gelegt”. In: Correspondência do comissário imperial Reinhard, Seeheim, 21.01.1910, In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, pp.133-134).

canalização em Anichab. Agora já dedica-se a este projeto o capitão reformado von Blottnitz, sob apoio de círculos financeiros imperiais”.¹⁷⁰

No entanto, Bernhard Dernburg, Secretário de Estado do Departamento Colonial, em Berlim, opunha-se ao empreendimento de Blottnitz, justificando que a água não havia sido bem avaliada em relatórios anteriores.¹⁷¹ De fato, em 1906, o geólogo Dr. H. Lotz condenara a ingestão das águas do manancial. Nas palavras do autor, “a utilidade das águas de Anichab para fins econômicos e para dar de beber ao gado está fora de questão para mim, mesmo depois de eu ter passado várias semanas em Anichab”.¹⁷² No entanto, vale ressaltar que há muito a fonte era conhecida e consumida pelos nativos. Além disso, por estarem em uma depressão, as águas de Anichab teriam de ser bombeadas, o que certamente exigiria um considerável dispêndio de energia.

Ainda assim, a proposta do comandante H. von Blottnitz despertou o interesse de Öhler, que queria assinar um contrato de concessão do abastecimento urbano durante 20 anos. Dentre os termos do contrato entre a *Continental Wasserwerks-Gesellschaft* (CWG) e o capitão Blottnitz, a CWG comprometia-se a construir por sua conta um reservatório para a cidade (artigo 1º), além de gratificar o capitão com 15.000 marcos pelos serviços prestados até então e mais 85 000 ser-lhe-

¹⁷⁰ Tradução de Angela Lima: “Die beiden ersten Wege sind nicht als endgiltige Lösungen der Wasserversorgungsfrage zu betrachten”; “Die Gemeinde wird früher oder später an das Millionenprojekt einer Anichab leitung herangehen müssen. Schon jetzt betreibt ein Privatmann, Hauptmann ausser Dienst von Blotnitz, dieses Projekt unter Unterstützung heimischer Finanzkreise”. In: Correspondência do comissário imperial Reinhard, Seeheim, 21.01.1910, In Acta betr. Kondensator- Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek.

¹⁷¹ Relatório Dr. Lotz, Berlim, 30.05.1906, St.-Unit. 1454/1455, File P. V. E. 3. In: Acta betr. Kondensator- Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureaus des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, p.134).

¹⁷² Tradução de Angela Lima: “Die Brauchbarkeit des Anichabwassers zu Wirtschaftszwecken und zum Tränken von Vieh steht für mich außer Frage, nachdem ich selbst mehrere Wochen in Anichab zugebracht habe”. In: Relatório Dr. Lotz, Berlim, 30.05.1906, St.-Unit. 1454/1455, File P. V. E. 3. In: Acta betr. Kondensator- Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureaus des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), National Archives of Namibia, Windhoek.

iam entregues caso a licença fosse concedida (artigo 3º). Em troca, o capitão se comprometia a colaborar como fosse necessário, cedendo gratuitamente à CWG todo o material por ele coletado anteriormente e contribuindo com engenheiros e outros funcionários da empresa durante a construção do sistema hidráulico.¹⁷³

A despeito do esforço pessoal de H. Von Blottnitz, ao fim e ao cabo, o projeto de canalizar as águas de Anichab recebeu parecer negativo, obliterando os sonhos deste sujeito de se tornar o “senhor das águas” de Lüderitz. Dentre os vários motivos que concorreram para isto estavam a qualidade questionável do líquido, o consumo de energia para conduzi-lo, a dificuldade de vigiar e cuidar das tubulações expostas às intempéries da natureza e aos riscos da população nativa sediciosa. Os condensadores permaneceram cumprindo a função de abastecimento em Lüderitz durante todo o período colonial, posto que a água do interior também chegava na cidade em vagões-cisterna.

As soluções desenvolvidas para o abastecimento hídrico nessa pequena região portuária incrustada entre o mar e o deserto, sempre passaram pelas baldadas pretensões de domínio sobre a natureza. Porém, como observou Sílvio Correa (2013, pp. 138), a lógica dual dos interesses coloniais se expressava também através do beneficiamento das empresas privadas alemãs com os eventuais problemas enfrentados por colonos e administradores nas colônias. As colônias, assim, serviam também como um mercado consumidor dos produtos alemães. A “questão da água” em Lüderitz é exemplar nesse sentido, pois, tanto a companhia ferroviária, quanto a firma Niemeyer lucraram a expensas da comunidade de Lüderitz.

Além disso, é interessante observar que a carência de água facilitou sobremaneira a institucionalização e a rígida normatização do acesso ao líquido. Por outro lado, a busca constante por um preço justo e, aos olhos da população branca, acessível, indica que as pessoas não aceitavam passivamente a imposição de um preço muito acima do custo de produção.

Infelizmente, somente as queixas e reclamações da elite colonial ficaram registradas, bem como as palavras daqueles que percebiam a delicada questão como um filão político e econômico; por

¹⁷³ Correspondência assinada pelo comissário Rintelen. Lüderitzbucht, 23.06.1910. In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht (1906/1909). Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements (1884-1915), vol.2, National Archives of Namibia, Windhoek. Ver também (CORREA, 2013, p.138).

outro lado, resta-nos justamente o silêncio daqueles que mais foram prejudicados pela falta de água e por sua desigual divisão social. O terrível fosso entre essas duas realidades coetâneas ficou marcado na fotografia do carregador de água de Lüderitz (**figura 18**).



Figura 18: Transporte de água em Lüderitz, 1909. In: SCHMIDT, Wilhelm R. **Deutsch-Südwest-Afrika:** fotos aus der Kolonialzeit 1884-1918. Frankfurt: Universitätsbibliothek Frankfurt a. M., 2001. p.13.

A fotografia acima foi tirada nos arrabaldes de Lüderitz. O cenário composto por uma terra nua e rochas exumadas indica a completa falta de água em superfície. Por isso, o sujeito que carrega o líquido está realizando uma atividade ao mesmo tempo banal e de extrema importância. A questão do acesso e consumo desigual da água está expressa nos trajes das pessoas. Suas vestes visivelmente de tom escuro e manchadas pelo uso contrastam com a alvura das roupas e panos contidos nos registros de colonos alemães estudados por Schweitzer (2013, pp. 48-49), ao mesmo tempo em que indica um uso muito restrito do líquido por parte da população africana, que não ia muito além de cozinhar e beber.

Não se sabe se o indivíduo da foto carrega água para ele ou para outrem, mas, com base no cálculo de consumo realizado por Reinhard para 1909 – o mesmo ano em que a fotografia foi tirada – talvez ele esteja prestando um serviço ordinário, levando o que em média seria consumido por um único colono alemão em apenas um dia; ou talvez estivesse transportando sua própria água, em quantidade para ele e mais dois africanos consumirem durante uma semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “questão das águas” é um dos maiores desafios contemporâneos para gestores e administradores de todo o mundo, sobretudo, em ambientes áridos e semiáridos. A água doce é preciosa e muitas vezes têm sido tratadas com negligência. Se por um lado a terra é o “planeta azul”, por outro, 97, 5% de toda a água disponível são salgadas. Dos 2,5% restantes 70% estão confinadas nos polos em forma de gelo, não sendo por isso, utilizadas e boa parte se encontra reservada em profundos lençóis freáticos de onerosa exploração. Nesse sentido, apenas 0, 007% de toda a água disponível da terra são consideradas de fácil acesso (UNESCO, 1999, p. 18). Ao atentar apenas para o consumo humano, notar-se-á que quantidade de água doce disponível por habitante atualmente é menos da metade do que havia em 1950. A situação se torna ainda mais grave em face de uma dupla pressão exercida: a contaminação das águas doces e sua consequente diminuição e o aumento do consumo residencial, agrícola e industrial. Além da disponibilidade, deve-se atentar para a qualidade da água consumida, pois se estima que cerca de 34.000 pessoas pereçam diariamente por enfermidades ligadas direta e indiretamente à água, como diarreia, parasitas intestinais, ou mesmo sede (UNESCO, 1999, pp. 20-21).

Entrementes, as respostas levantadas para essa questão quase nunca estão ligadas à reeducação do consumo, partilha socialmente responsável do líquido, ou um aprendizado para conviver com os recursos disponíveis em determinada região. Amiúde, passam pela crença na capacidade científica de resolver o problema, dentre elas, a fabricação de água, notadamente, através da dessalinização e a transformação da água em mercadoria como forma de preservá-la. Para ficar em um exemplo, em 2013, o concurso *Jovem Cientista* do Governo do Brasil tinha como tema “água: desafios da sociedade”. O vice-colocado no concurso na categoria “ensino superior” foi um projeto de destilação da água por meio de energia solar, confeccionado na Universidade Federal do Ceará.

O objetivo do idealizador do projeto é alcançar as famílias em áreas secas e que sofrem de carência de água. Segundo Osvaldo Assunção Mendonça, o aparelho “pode ser instalado em comunidades isoladas. Não precisa haver uma infraestrutura que leve energia elétrica para estes sistemas. Também ele pode ser operado por uma pessoa sem maiores conhecimentos técnicos. Se fosse produzido em larga escala o

preço deste protótipo ia ser reduzido consideravelmente”.¹⁷⁴ Afora o custo de confecção do maquinário, soluções como estas, quando muito, podem mitigar a sede, pois sua máquina produz até 28 litros diários. A questão das águas não pode se restringir somente a produzir a água de beber, mas devem-se buscar formas viáveis econômica e socialmente de garantir as condições reais de existência.

A partir da luz lançada sobre essas duas regiões portuárias, cujos processos históricos de colonização foram totalmente distintos, pode-se refletir sobre os modos de apropriação e de significação que são atribuídos ao elemento imprescindível à vida: a água. A perspectiva comparativa possibilitou discutirmos como as relações com as águas não são óbvias, mas historicamente produzidas pelas diferentes sociedades em face do ambiente e da relação recíproca que se estabelece. Observamos como a *técnica*, por meio de quem a detém, modifica nossas relações com determinados territórios, engendram novas temporalidades, deslocam as relações de poder.

A região portuária de Aracati teve sua colonização efetiva já no início do século XVIII, sendo, por um lado, um importante ponto de convergência para o gado das fazendas de criar do Jaguaribe. Por meio do seu porto escoava o gado abatido e charqueado nas oficinas de salga da vila, durante o setecentos. Por outro, o poder de Aracati se irradiava sertões adentro com a mesma força e intensidade que soprava diariamente o vento homônimo, e seus produtos, advindos principalmente de Pernambuco, corriam pelos mais recônditos sertões do Jaguaribe.

As formas de organização adventícias, trazidas de além-mar, se amalgamaram às características do território, aproveitando os recursos naturais assim significados. Assim, os habitantes de Aracati, juntamente com as autoridades locais, buscaram contornar os infortúnios da falta de água apelando para soluções pouco transformadoras do espaço circundante. A criação de poços, e moinhos de ventos feitos com matéria prima beneficiada da carnaúba, são exemplos de respostas inteligentes aos problemas de abastecimento e que, além disso, marcaram profundamente a paisagem da região, povoando o imaginário local e estampando os cadernos de anotações dos viajantes.

¹⁷⁴< <http://webradioagua.org/index.php/agua-e-ciencia/item/1456-pr%C3%AAmio-jovem-cientista-estudante-utiliza-energia-solar-para-dessaliniza%C3%A7%C3%A3o-da-%C3%A1gua>>. Acessado em 28 de janeiro de 2014

A opção mais extravagante de manipulação das águas, proposta e levada a cabo por José da Maia, foi de um insucesso fragoroso, de sorte que foi rejeitada quer por parte da população que discordava do valor venal fixado na água; quer pelas torrentes do Jaguaribe, que fizeram frente às correntezas domesticadas, puras e calmas que corriam pelo aqueduto, destruindo-o parcialmente na enchente de 1839.

Em oposição à vila de Aracati, a colonização alemã no sudoeste da África se ancorou na pretensão de domesticar e moldar a natureza para os seus desígnios coloniais. Com maior tecnologia disponível que o Aracati Oitocentista, a administração da cidade de Lüderitz ignorou qualquer conhecimento local acerca dos usos das águas. As análises alemãs realizadas no manancial de Anichab reprovaram a qualidade da água, que não se encaixava nas exigências sanitárias e higiênicas alemãs, posto que fosse consumida por nativos. Sob o subterfúgio da impropriedade da fonte, escolheu-se pela água produzida através da destilação da água do mar, o que trouxe consigo problemas crônicos. Dependendo energética e tecnologicamente de empresas estrangeiras, o custo da água permaneceu elevadíssimo e o poder de agência dos habitantes de Lüderitz se resumiu a solicitar menores taxas sobre o precioso líquido. A “questão da água” na pequena cidade portuária do deserto permite entrever a lógica ambivalente do colonialismo alemão, onde o descompasso entre colonos e agentes imperiais pode ser expresso através do modo como estes se beneficiaram dos problemas enfrentados por aqueles.

Além disso, a extrema falta de disponibilidade hídrica na costa árida da África favoreceu o rígido controle da produção e distribuição da água. Isso tornou sua partilha extremamente desigual e impregnada do cariz colonial, de sorte que a população nativa, em particular, e africana, em geral, possuía acesso apenas à quantia necessária para sua sobrevivência.

Por outro lado, poder-se-á encontrar alguns pontos convergentes no modo de expansão colonial em terras secas. A busca para torná-las economicamente produtivas, em ambos os casos, contou com a prospecção de metais, embora esta tenha sido infrutífera no sertão da capitania do Ceará. Porém, a atividade predileta dos colonos foi mesmo a pecuária, que consumia as espécies forrageiras já presentes no ambiente seco. A competição ecológica gerada por essa atividade também esteve no centro dos confrontos com as populações autóctones, seja no interior da África do Sudoeste Alemã, onde a atividade pastoril já era há muito praticada; seja na capitania do Ceará, onde o gado era uma espécie exótica e invasora. Além disso, a fixação dos primeiros

alóctones acompanhou a potamografia dos deflúvios intermitentes, ocorrendo sempre à beira rio, como foi o caso do sistema de distribuição de sesmarias na capitania do Ceará e dos assentamentos missionários alemães no sudoeste africano. Destarte, as relações entre natureza e cultura, que são historicamente construídas, podem guardar algumas semelhanças mesmo em processos históricos distintos, fruto de limitações ambientais.

FONTES

Jornais e Boletins

- *A Constituição* (1863-1889)
- *Gazeta do Norte* – (1880-1890)
- *O Cearense* (1846-1891)
- *Kolonie und Heimat im Wort und Bild* (1909-1911)
- *Deutsche Südwestafrikanische Zeitung* (1901-1914)
- *Lüderitzbuchter Zeitung Lüderitzbucht* (1909-1922)
- *Swakopmunder Zeitung* Swakopmund (1911-1912)

Revistas

- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*
- *Revista do Instituto do Ceará*.

Documentos e publicações oficiais

- **Arquivo Público do Estado do Ceará** (APEC – fontes manuscritas).
 - Atas da Câmara Municipal de Aracati (1828-1830). Ala 01, estante 03, prateleira 16, caixa 19 e livros 50 e 53.
 - Ofícios expedidos a diversas autoridades (1838-1853). Ala 02, estante 02, prateleira 10, caixa 93, livro S/N.
 - Quadro de Recitas e Despesas de 1863. Ala 02, estante 02, prateleira 10, caixa 93. Livro S/N.
- **Arquivo Nacional da Namíbia** (NAN – fontes impressas).
 - KÖNIG, Friedrich. **Die Wasserversorgung in Deutsch-Südwest-Afrika**: Ein Beitrag zu ihrer Lösung auf Grund geologischer, klimatischer und hydrologischer Studien. Leipzig: Otto Wigand, 1907.
 - **Wasserversorgung in unseren Kolonien** (Sonderabdruck aus dem Archiv des Deutschen Landwirtschaftsrats). Berlin, 1909.
 - KONDENSATORANLAGEN. Kondensator Lüderitzbucht (1904-1907). Arquivo P.V.P.E.3, filmes nº 729/730. Regierungskondensator für Lüderitzbucht (1904-1914) 1907-1908. Arquivo P.V.P.E.3, Vol. 1º ao 6º, filmes nº 729/730 e 731/732.
 - REGULIERUNG DER WASSERVERHÄLTNISSE IN LÜDERITZBUCHT. ARQUIVO P.V.C.12, filme 725/726.
 - WASSERREGISTER DES SCHUTZGEBIETS Wasserregister des Schutzgebietes Lüderitzbucht (1910-1913). Arquivo P.H.F.32, filme 686.

-WAPPLINGE, O. **Sea water distillation plant**: Lüderitz. Windhuk, 1962.

- In Acta betr. Kondensator-Lüderitzbucht. Inventar der Akten des Zentralbureau des Kaiserlichen Gouvernements(1884-1915).

- **Relatórios de Presidente de Província (1836-1860)**

- Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/ceará>>.

- **Leis Provinciais (1835-1861)**

-BARROSO, José Liberato. **Índice alfabético da legislação provincial do Ceará**: compreendendo os annos de 1835 a 1861 precedido de um resumo histórico das convocações e encerramento das sessões da assembleia e seus trabalhos. Edição fac-similar. Fortaleza: FWA, 2009. [1º edição de 1862]

- CEARÁ. **Compilação das leis provinciaes do Ceará 1835 – 1846**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmer, 1847.

- CEARÁ. **Compilação das leis provinciaes do Ceará 1835 – 1855**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmer, 1856.

- CEARÁ. **Compilação das leis provinciaes do Ceará 1856 – 1861**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmer, 1862.

- OLIVEIRA, Almir Leal de e BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Fortaleza: INESP, 2009. 03 Volumes.

Literatura coetânea

- **Adressbuch für Stadt und Bezirk Lüderitzbucht**. Lüderitzbucht: R. Geschke, 1914.

- ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

- ALENCAR, Alvaro Gurgel de. **Diccionario Geographico historico e descriptivo do estado do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1939. [1º edição de 1903]

- ANAIS da Biblioteca Nacional. **Correspondência Passiva do Senhor José Martiniano de Alencar**. Rio de Janeiro: 1966.

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**: por suas drogas e minas. Rio de Janeiro: Villeneuve e Cia, 1837.

- BAERICKE, Max Ewald. **Historische Erinnerungen**: eines alten diamantensuchers aus der deutschen diamantenzeit in Südwestafrika zwischen den jahren 1908 und 1914 mit einer geschichtlichen Einleitung. Windhoek: Namibia Wissenschaftliche Gesellschaft, 2001.

- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia, 1925.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 38ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.
- GARDNER, George. **Viagens ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e distritos do ouro e dos diamantes durante os anos de 1836 - 1841**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora USP, 1975.
- _____. Information respecting botanical travelers. In: TAYLOR, J. E. **Annals of Natural History, Or Magazine of Zoology, Botany, and Geology**. Londres: Impresso e publicado por J. E. Taylor, 1839. Vol. 3.
- **Historical records of Australia: governors' despatches to and from England, 1788-1796**. Vol. 1-9. The library Committee of the Commonwealth Parliament, 1914-28.
- IMRAY, James. **The Atlantic navigator**. Londres: publicado por Jams Imray e filho, 1854.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução, prefácio e comentários de Câmara Cascudo. 12ª edição. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC, 2003.
- MENEZES, Antonio Bezerra de. A cidade do Aracati. In: **Almanach Administrativo Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará para o anno de 1902**. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901, p. 132-151.
- MENEZES, Barba Alardo de. Memória sobre a Capitania do Ceará. In: **Revista trimestral do IHGB**. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro: Livreiro editor, 1871, pp. 255-286.
- PAUL, Von Pfarrer Carl. **Die Mission in Deutsch-Südwest-Afrika**. Dresden: Ludwig Ungelenk, , 1905.
- PAULET, Antonio Jozé da Silva. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. In: **Revista trimestral do IHGB**. Tomo LX. Rio de Janeiro: Companhia Typográfica do Brazil, 1897, pp. 75-101.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730, p. 127.
- PORTO, Antônio Francisco Ferreira da Silva. **Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de Antônio Francisco Ferreira da Silva Porto**. Coimbra: Biblioteca Geral da

Universidade de Coimbra, 1986. Introdução e notas de Maria Emília Madeira Santos.

- PURDY, John. **The Brazilian navigator; or, Sailing directory for all the coasts of Brasil, to accompany Laurie's new general chart.** Londres: publicado por R. H. Laurie, 1855.

- REBOUÇAS, André. **A Secca nas Províncias do Norte.** Rio de Janeiro: Tipografia de. G. Louzinger & Filhos, 1877.

- REHBOCK, Theodor. **Deutsch-Südwest-Afrika.** Berlim: Dietrich Reimer, 1898.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.** São Paulo; Rio de Janeiro : Weiszflog Irmãos, 1918.

- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo ou civilização e barbárie.** São Paulo: Cosac Naify, 2010. Tradução de Sérgio Alcides.

- SOUSA, Eusebio. **Álbum do Jaguaribe.** Comemorativo da passagem do primeiro centenário da independência do Brasil. Belém: Empresa Graphica Amazonia, 1992.

- SOUTHEY, Robert. **History of Brazil.** Vol. 3. Londres: impresso por Longman, Hurst, Rees, Orme, e Brown. 1819.

- STUDART, Guilherme. **Dicionário bio-bliográfico cearense.** Edição fac-símile. Fortaleza: Iris; Secult, 2012. Vol. 1.

- _____. Administração Barba Alardo. **Revista do Instituto Histórico do Ceará,** Fortaleza, Tomo XXII, 1908.

_____. Martins Soares de Moreno: o fundador do Ceará. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará,** Fortaleza, Tomo XVII, 1903.

STUDART, Barão de. Estrangeiros e o Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, Tomo XXXV, 1921.

- _____. Estrangeiros e o Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, Tomo XXXII, 1918.

- STUDART FILHO. Carlos. Vias de comunicação do ceará colonial. **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, v. LI, 1937.

_____. **História e pré-história.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

SUTHERLAND, Alexander; SUTHERLAND, George. **The history of Australia and New Zealand: from 1606 to 1890.** Londres; Nova Iorque: Longmans, Green & C.o; George Robertson & Co.,1894.

- VOLLBEHR, Ernst. **Im Lande der deutschen Diamanten.** Tagebuch von einer Reise in Südwest. Cöln. 1912.

- _____. **Bunte leuchtende Welt: Die Lebensfahrt des Malers.** Berlin: Ullstein, 1935.

- WEIBEL, Leo. **Urwald. Veldi. Wüste.** Breslau: Ferdinand Hirt, 1921.

- ZACHE, Hans. **Die deutschen Kolonien:** in Wort und Bild. Berlin/Leipzig: Wilhelm Andermann, 2003.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo; Belo Horizonte: Usp; Itatiaia, 1988. (2ªed.).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALVES, Joaquim. **História das secas: séculos XVII a XIX**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- ALVES, Teresa. Paisagem: em busca do lugar perdido. **Finisterra**. Lisboa: XXXVI, 72, 2001.
- AMARAL, K. J. **Estuário do rio macaé: modelagem computacional como ferramenta para o gerenciamento integrado de recursos hídricos**. 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia civil)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- _____, K. J. ; Rosman, P.C.C. ; Azevedo, J.P.S. . Estuário do Rio Macaé: Modelagem Computacional como Ferramenta para o Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos. In: **Congresso sobre Métodos Numericos y sus Aplicaciones, 2004, Bariloche**. Anais Mecanica Computacional, 2004. v. XXIII. p. 1167-1185.
- ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo, FFLCH; USP, 2004.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**. Bauru: Edusc, 2000.
- AXSTER, Felix. Die Angst vor dem Verkauffern - Politiken der Reinigung im deutschen Kolonialismus. **WerkstattGeschichte**. Klartext verlag, nº 39, 39-53, 2005.
- BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'o Brasil dos Viajantes. In: **Brasil dos Viajantes**. Revista USP, São Paulo (30): junho/agosto de 1996.
- BERQUE, Augustin. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Editions Champ Vallon, 1994.
- BLOCH, Marc. "Pour une histoire comparée des sociétés européennes". Apud: HAUPT, Heinz-Gerhard. *O lento surgimento de uma história comparada*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.
- BOLLIG, Michael; GEWALD, Jan-Bart. People, cattle and land: Transformations of pastoral society. In: BOLLIG, Michael; GEWALD, Jan-Bart. **People, cattle and land: transformations of a pastoral society in southwestern**. Colônia: Rüdiger Köppe Verlag, 2000, pp. 3-52.

BRAGA, Renato. Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, tomo LXI, 1947.

_____. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

- BRÍGIDO, João. A Fortaleza de 1810. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, Tomo XXVI, 1912. pp. 83-131.

- CALVINO, Italo. **Um general na biblioteca**. São Paulo: companhia das letras, 2010.

- CAMPOS, Eduardo. **A invenção do discurso ambiental**: estudos de antigas posturas municipais do Ceará. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998.

- CARREIRA, Liberato de Castro. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará retificada pelo Dr. Liberato de Castro Carreira.

Revista trimestral do IHGB. Tomo LX parte II. Rio de Janeiro: Companhia Typográfica do Brazil, 1897, pp. 109 – 133.

- CARVALHO Neta, Maria de Lourdes. **Evolução geomorfológica atual e análise ambiental da foz do rio Jaguaribe-CE**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007.

- CASTRO, José Liberal de. **A Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande**. Pleito de Tombamento. Formulada ao IPHAN. 2005. (texto não publicado)

- CAUQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 13ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

- COMPTON, John S. Holocene evolution of the Anichab Pan on the south-west coast of Namibia. **Sedimentology**. Volume 54, 55–70, Fevereiro de 2007.

- CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- CORREA, Dora Shellard. A história ambiental e a paisagem. **HALAC**. Belo Horizonte, volume II, numero 1, setembro 2012.– fevereiro 2013, p. 47-69.

- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. SCHINKE, Karl Wilhelm. Diário da África: o diário de um médico alemão na guerra dos hotentotes – Berichte aus Afrika: Tagebuch eines deutschen Arztes während des

Hererokrieges. **Métis: História & Cultura**. Universidade de Caxias do Sul, Dossiê História da África. v. 10, n. 19.

- _____. História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, 85-103, 2011.

- _____. Imigração e privatização dos recursos naturais na África durante o colonialismo alemão (1884-1914). In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012a.

- _____. Sociabilidades numa pequena cidade portuária do sudoeste africano (1884-1914). **Revista Urbana** (Dossiê Cidades e Sociabilidades), Unicamp, v.4, n.5, 2012b.

- _____. Potabilizar a água do Atlântico. Do desafio de uma comunidade alemã entre o mar e o deserto do Namib. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza (org.). **Migrações e natureza**. 2013. (texto no prelo)

- _____. Notas sobre a paisagem humana na África do Sudoeste Alemã. Texto inédito. 2012d.

- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. São Paulo: Ideias e letras, 2004.

- DIAS, Francisco José da Silva. **Hidrodinâmica das descargas fluviais para o estuário do Rio Jaguaribe (CE)**. Dissertação de mestrado. Fortaleza: 2007.

- DIAS, F. J. S; MARINS, R. V; MAIA, L. P.; DE FARIAS, E. G. G. Dependência do tempo de residência da água no estuário do rio Jaguaribe (ne, brasil), em relação à entrada de águas marinhas e a descarga de água doce. In: **XII Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar** - Florianópolis, XII COLACMAR, 2007.

- DIAS, Jill. Famine and Disease in the History of Angola c. 1830-1930. **The Journal of African History**. Vol. 22, Nº. 3. 349-378. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

- DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco**. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

- DOMINGUES, Angela. O Brasil nos relatos ingleses do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, vol. 28, nº 55. 2008.

- _____. Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p.150-174, Jan/Jun 2006.

- DYER, K. R. **Estuaries - A Physical Introduction**. 2. ed. West Sussex: 1997. Apud.
- DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2011.
- ERICHSEN, Casper W. Zwangsarbeit im Konzentrationslager auf der Haifischinsel. In: ZIMMERER, J.; ZELLER, J. (org.) **Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg (1904- 1908) in Namibia und seine Folgen**. Berlim: Ch. Links Verlag, 2004, p.80-85.
- _____. **“The angel of death has descended violently among them”**: concentration camps and prisoners-of-war in Namibia, 1904-08. Leida: African Studies Centre, 2005.
- GEWALD, Jan-Bart. **Herero Heroes**: a socio-political history of the Herero of Namibia, 1890- 1923. Athens, Ohio University Press, 1999.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.
- GOMBRICH, Ernest Hans. **A história da arte**. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GOMES, José Eudes. As armas e o governo da República: tropas locais e governação no Ceará setecentista. In: GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica Imperial no antigo regime português**: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 189-208.
- _____. **As milícias d'el rey**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GOUBERT, Jean Pierre. **Une histoire de l'hygiène. Eau et salubrité dans la France contemporaine**. Paris: Hachette, coll. Pluriel , 2008.
- _____. L'eau et le changement entre transcendance et réalités. Le cas de la France », IN: GÉLARD, J-P. (org.), **L'eau, source de vie, source de conflits**, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2006, p. 7-72.
- GOUDIE, Andrew S. **Arid and semi-arid geomorphology**. New York: Cambridge, 2013.
- GOULART, Jose Alípio. **Brasil do boi e do couro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.
- HENRICHSEN, Dag. Pastoralism, capitalism and power in nineteenth-century Namibia. In: BOLLIG, Michael; SCHNEGG, Michael; WOTZKA, Hans-Peter. **Pastoralism in Africa**. Oxford: Berghahn, 2013.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **Monções**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

- _____. **Sérgio Buarque de Holanda:** escritos coligidos, livro 1, 1920-1949. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011. Organização de Marcos Costa.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará setecentista:** As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. 2007. 600 f. Tese (Doutor) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- KIENETZ, Alvin. The Key Role of the Orlam Migrations in the Early Europeanization of South-West Africa (Namibia). **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 10, Nº 4, 553-572, 1977.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e votos; o município e o regime representativo no Brasil. 2- ed., São Paulo: Alfa-umega, 1975.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e hegemonia urbana:** o caso de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 1983.
- _____. **As razões de uma cidade:** conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos:** história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.
- _____. **Os historiadores e os rios:** natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15; Editora UNB, 1999.
- MCNEILL, John R. ***Algo Nuevo Bajo el Sol: Historia medioambiental del mundo en el siglo XX.*** Madri: Alianza Editorial, 2003.
- MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). **História ambiental paulista:** temas, fontes e métodos. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.
- MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos Viajantes:** o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. **Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada:** guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. **A ferida de narciso:** ensaio de história regional. São Paulo: Senac, 2001. (Livre pensar; 10).
- _____. **A fronda dos mazombos nobres contra mascates:** Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **O bagaço da cana:** os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.

- MILLS, William J. **Explorer polar frontiers: a historical encyclopedia**. Santa Bárbara: ABC-CLIO, 2003.
- MORAES, A. S. . Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo. **Revista de história comparada**. (UFRJ), vol. 5, 2009.
- MORAIS, Jader Onofre de. Processos de Impactos Ambientais em Zonas Costeiras. Geologia do Planejamento Ambiental. **Revista de Geologia da UFC**. Fortaleza, vol. 9, 1996.
- MORAIS, Artur de. **Memórias de Angola: as minhas memórias sobre a pacificação do sul de Angola**. Prólogo organização e notas de João A. David de Moraes. Casal de Cambra: caleidoscópio, 2007
- NAGY, Mariano. 'Los pueblos originarios y las consecuencias de la Conquista **del** desierto (1878-1885) Perspectivas desde un estado de La cuestión. In: 'Estado Nación y Genocidio indígena, Mariano Nagy (coord.) Anais do seminário **Introduccion a los Derechos Humanos** . Oficina de Publicaciones de la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), Junho de 2008.
- NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. 2010. 358f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- OLIVEIRA, Almir Leal. A dimensão atlântica da empresa colonial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). **I Encontro Nordestino de História Colonial: territorialidades, poder e identidades na América Portuguesa – séculos XV a XVIII**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- OLIVEIRA, R. R. ; ENGEMANN, C. . História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro. **Esboços** (UFSC), v. 18, p. 9-31, 2011.
- PARSONS, Anthony J.; ABRAHAM, Athol D.. **Geomorphology desert environments**. New York: Springer, 2009.
- PAULA, Davis Pereira de. **Elaboração de Paisagens contíguas ao estuário do rio Jaguaribe-CE**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2006.
- PEEL, M. C.; FINLAYSON, B. L.; MCMAHON, T. A. Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification. **Hydrology and Earth System Sciences**. Melbourne: Vol.11, 1633–1644, 2007.
- PEREIRA, Marçal Duarte; SIEGLE, E. ; MIRANDA, L. B.; SCHETTINI, Carlos Augusto Franca . Caracterização sazonal da hidrodinâmica e do material particulado em suspensão em um estuário

dominado por maré: estuário de Caravelas (BA). **Revista Brasileira de Geofísica**, 427-444, 2010.

- PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará, 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

-REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp : Imprensa Oficial do Estado, 2000.

- REVEL, Jaques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

- ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

- SÁ JÚNIOR, Arionaldo. **Aplicação da Classificação de Köppen para o zoneamento climático de Minas Gerais**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Cidade das águas: Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

- SCHAFFER, Simon. Visions of empire: afterword. In: MILLER, David Philip; REILL, Peter Hanns. **Visions of empire: voyages, botany, and representations of nature**. Cambridge: Cambridge University: 2011.

- SCHAMA, Simon, **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- SCHNEIDER, Martin. **Bewässerungslandwirtschaft in Namibia und ihre Grundlagen in der Kolonialzeit**. NWG, Windhoek, 1990.
- SCHMIDT, Wilhelm R. **Deutsch-Südwest-Afrika**: fotos aus der Kolonialzeit 1884-1918. Frankfurt: Universitätsbibliothek Frankfurt a. M., 2001.
- SCHOEDDER, Edda; RUSH, Walter. **Lüderitzbucht damals und gestern**. Cidade do Cabo: National Book Printers, 1998.
- SCHVEITZER, Ana Carolina. **Representações dos trabalhos femininos nas fotografias da revista Kolonie und Heimat in Wort und Bild**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2013.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'**- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 362 f. Tese (História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003
- SIMMEL, Georg. **A Filosofia da Paisagem**. Covilhã :Universidade da Beira Interior, 2009.
- SMITH, Meris; COMPTON, John S. Matrix effects in the icp-ms analysis of selenium in saline water samples. **Water Institute of Southern Africa (WISA) Biennial Conference**. Cidade do Cabo: : Document Transformation Technologies, 2004, pp. 28-34.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Alguns aspectos da geografia humana cearense. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, vol. 57. 1940, pp. 153-192.
- _____. **Sesmarias cearenses**. Distribuição geográfica. Fortaleza: SUDEC, 1979.
- TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN, 1995.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Sao Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Maria da Cunha. história comparada: olhares plurais. **Revista de História comparada**. (UFRJ) vol. 1, número 1, jun./2007.
- TODD, Simon W. Gradients in vegetation cover, structure and species richness of Nama-Karoo shrublands in relation to distance from

livestock watering points. **Journal of Applied Ecology**. Vol. 43, 293–304, Abril 2006.

- VERHEYE, Willy. Dry lands and desertification. In: **Land use, land cover and soil sciences. Encyclopedia of Life Support Systems**. EOLSS, 2009 Vol 1.

- VIANA JÚNIOR, Mario Martins; SILVA, Rafael Ricarte da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

- VIEIRA, T. V.; FEITOSA, F. A. C. ; BENVENUTI, S. M. P.

Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará: Diagnóstico do município de Aracati. Fortaleza: Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial Residência de Fortaleza, 1998.

- WASSINK, Jörg. **Auf den Spuren des deutschen Völkermordes in Südwestafrika:** Der Herero-/Namaufstand in der deutschen Kolonialliteratur; eine literarhistorische Analyse. Munique: M. Press, 2004.

- WILKE, Sabine. Romantic Images of Africa: Paradigms of German Colonial Paintings. *German Studies Review*, Vol. 29, No. 2 (May, 2006), pp. 285-298.

- WESSELING, Henri. **Dividir para dominar:** a Partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Revan, 1998.

- _____. **Les empires coloniaux européens:** 1815-1919. Paris: Gallimard, 2009.

- WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista brasileira de História**, 1998, vol. 18, nº 36, pp. 187-250.

- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, pp. 198-215.